

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais

Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade

Turismo na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra –
Potencial para a *ecoclusterização*

Elisabete Cristina Mateus de Sampaio

Coimbra, 2017

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Elisabete Cristina Mateus de Sampaio

Turismo na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra –
Potencial para a *ecoclusterização*

Dissertação de Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade,
apresentada ao Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais da Escola
Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Constituição do júri

Presidente: Professora Doutora Adília Rita Cabral Carvalho Viana Ramos

Arguente: Professora Doutora Maria do Rosário Borges

Orientadora: Professora Doutora Susana Maria Peixoto Godinho Lima

maio/2017

AGRADECIMENTOS

*Às Professoras Doutora Susana Maria Peixoto Godinho Lima e
Doutora Sofia de Lurdes Rosas da Silva pela orientação e interesse,
à Professora Doutora Adília Rita Cabral Carvalho Viana Ramos pela
disponibilidade prestada,
à minha família e amigos pela paciência e apoio incondicional,
um sincero agradecimento.*

RESUMO

Os territórios de interior (TI) constituem espaços nos quais a reduzida dimensão e interioridade são, por um lado, condições limitativas, por outro, vantagens capazes de desencadear oportunidades. Estas particularidades intensificam a necessidade destes territórios se sustentarem nos seus pontos fortes para desenvolver produtos diferenciadores orientados, fundamentalmente, para segmentos turísticos singulares, com forte identidade e fomentadores de experiências e emoções enriquecedoras capazes de desenvolver uma consciência ecológica distintiva.

Com esta investigação pretende-se avaliar qual o potencial de desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo em dez municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra o que implica, desde logo, uma abordagem a dois níveis, um mais sistémico aplicado ao ecodesenvolvimento, e outro aplicado aos *stakeholders* do ecoturismo.

O principal objetivo deste estudo consiste na apresentação de uma proposta de modelo de *cluster* de ecoturismo. Para responder ao objetivo traçado foi adotada a seguinte metodologia: revisão da literatura e estudo empírico de cariz quantitativo, baseado na teoria dos *stakeholders* locais, tendo sido aplicados questionários através de um processo de amostragem por *cluster* e multietapas.

Os resultados permitiram desenvolver uma proposta de modelo com identificação e fundamentação dos seus elementos estruturantes. Muitos processos inter-relacionados influenciam o potencial e sucesso do ecoturismo dentro de um determinado território e os processos de *ecoclusterização* aplicados aos TI revelam ser tão complexos como exigentes. Para o sucesso da implementação do modelo proposto, os TI necessitam de investir no reforço de um conjunto de forças suportadas em torno dos recursos endógenos existentes e no envolvimento e responsabilização dos diversos *stakeholders*, nomeadamente, na construção e implementação de um modelo de gestão (*cluster*) capaz de desenvolver processos e ações reais qualitativamente diferenciadores.

Palavras-chave: Territórios de interior, Ecoturismo, Ecodesenvolvimento, *Ecoclusterização*, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

ABSTRACT

The Inland Territories (IT) constitute spaces in which the small size and interiority are, on the one hand, limiting conditions and, on the other, advantages capable of triggering opportunities. These particularities intensify the need of these territories to sustain themselves in their strengths to develop differentiating products oriented, fundamentally, to singular tourist segments, with strong identity and fomenters of experiences and enriching emotions capable of developing a distinctive ecological awareness.

This research intends to evaluate the development potential of an ecotourism cluster in ten municipalities of the Intermunicipal Community of the Coimbra Region, which implies firstly, a two-level approach, one more systemic applied to ecodevelopment, and another applied to ecotourism stakeholders.

The main objective of this study is to present a proposal of an ecotourism cluster model. In order to respond to the objective outlined for this study, the following methodology was adopted: a review of the literature and a quantitative empirical study, based on the local stakeholders theory, by applying questionnaires through a cluster and multi-step sampling process.

The results allowed to develop a proposal of a model with identification and foundation of its structuring elements. Many interrelated processes influence the potential and success of ecotourism within a given territory, and the ecoclusterization processes applied to IT prove to be as complex as it is demanding. For the success of the implementation of the proposed model, IT needs to invest in reinforcing a set of forces supported around existing endogenous resources and in the involvement and accountability of the various stakeholders, namely, in the construction and implementation of a management model (cluster) capable of developing qualitatively differentiating real processes and actions.

Keywords: Inland territories, Ecotourism, Ecodevelopment, Ecoclusterization, Intermunicipal Community of the Region of Coimbra.

SUMÁRIO

PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO	1
CAPÍTULO I INTRODUÇÃO	3
1.1 Problemática e contornos da investigação	9
1.2 Objetivos da investigação	13
1.3 Organização e estrutura da dissertação	14
1.4 Justificação da escolha do território de estudo.....	15
CAPÍTULO II ECOTURISMO - A consciência de um desenvolvimento sustentável	17
2.1. Nota Introdutória.....	19
2.2. Considerações históricas e teóricas.....	20
2.2.1. Definições e conceitos	21
2.2.2. O ecoturismo na agenda do desenvolvimento sustentável – Origem e debate internacional.....	24
2.2.3. Os <i>stakeholders</i> do ecoturismo	27
2.3. Ecoturismo e o seu papel no desenvolvimento sustentável	28
2.3.1. Ecodesenvolvimento.....	33
2.4 Operacionalização do ecoturismo – possíveis indicadores	35
2.5. Síntese	36
CAPÍTULO III Uma análise ao <i>cluster</i> turístico - <i>Ecoclusterização</i>	39
3.1 Nota introdutória	41
3.2 Conceito de <i>cluster</i> turístico.....	42
3.3 Modelo auxiliar de identificação de um <i>cluster</i> turístico.....	44
3.4 Representação gráfica e descrição do modelo de <i>cluster</i> de turismo de natureza	47

3.5	O <i>cluster</i> ecoturístico	47
3.5.1	<i>Clusters</i> ecoturísticos – Tendências de formação e boas práticas	49
3.6	Síntese	53
PARTE II ESTUDO EMPÍRICO		57
CAPÍTULO IV METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO		59
4.1	Nota introdutória	61
4.2	Método e técnicas	61
4.3	Modelo empírico adotado face aos objetivos da investigação	64
4.4	Dimensões do estudo empírico	65
4.5	Universo e amostra	66
4.6	Construção do questionário	70
4.7	Procedimentos de aplicação do questionário	74
CAPÍTULO V ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS		77
5.1	Nota introdutória	79
5.2	Caracterização geral dos inquiridos (D0)	80
5.3	Perceção dos <i>stakeholders</i> sobre os atributos da região para o ecodesenvolvimento – Aspectos de interesse turístico (D1)	84
5.3.1	Sustentabilidade sociocultural (D1.1)	84
5.3.2	Sustentabilidade económica (D1.2)	87
5.3.3	Sustentabilidade ambiental (D1.3)	90
5.3.4	Forças e fraquezas (D1.4)	95
5.4	Perceção dos <i>stakeholders</i> sobre a <i>ecoclusterização</i> (D2)	99
5.4.1	Aglomerção de agentes: Tipologia/Município de prestação de serviços associados ao ecoturismo (D2.1)	100
5.4.2	Iniciativa empresarial – privada e pública (D2.2)	102
VI		

5.4.3	Ações coletivas (D2.3).....	103
5.4.4	Ambiente de cooperação e competição (D2.4).....	105
5.5.	Síntese	110
CAPÍTULO VI MODELO EMPÍRICO DE <i>CLUSTER</i> DE ECOTURISMO DA CIM RC.....		115
6.1.	Nota introdutória	117
6.2.	O modelo.....	117
6.3.	Síntese	125
CAPÍTULO VII CONCLUSÃO		129
7.1	Nota introdutória	131
7.2	Conclusões teóricas e empíricas – principais resultados.....	131
7.3	Limitações e orientações para investigações futuras	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		139
ANEXOS		151
Anexo I Protocolo e inquérito por questionário		153

ABREVIATURAS

AT - Agentes de Animação Turística

AV - Agencias de Viagem

ESEC - Escola Superior de Educação de Coimbra

CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

EIM - Entidades Intermunicipais

IGT'S - Instrumentos de Gestão territorial

IUCN - *The World Conservation Union*

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais

ONG's - Organizações não-governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PENT - Plano Estratégico Nacional de Turismo

SPSS - *Software Statistical Package for social Sciences*

TER - Turismo em espaço rural

TI - Territórios de Interior

TIES - *The International Ecotourism Society*

WTO - *World Tourism Organization*

UNEP - Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas

FIGURAS

Figura 1 Áreas de enquadramento da investigação	11
Figura 2 Modelo auxiliar de identificação de um cluster turístico.....	45
Figura 3 Figura 4 Distribuição por grupo de stakeholder (nº).....	81
Figura 4 Pontos fortes (Q16)	97
Figura 5 Pontos Fracos (Q17)	98
Figura 6 Fatores de motivação para o exercício da atividade turística (Q19).....	101
Figura 7 Vantagens de atuar em <i>cluster</i> (Q27)	109

QUADROS

Quadro 1 Dimensões e objetivos do ecodesenvolvimento	34
Quadro 2 Objetivos/Variáveis de avaliação das potencialidades de um território....	36
Quadro 3 Objetivos e dimensões do estudo empírico aplicado à CIM RC.....	66
Quadro 4 Universo e amostra de estudo empírico	69
Quadro 5 Estudos considerados na construção do questionário	71
Quadro 6 Dimensões/Variáveis/Questões do estudo empírico	72
Quadro 7 Principais abreviaturas utilizadas na apresentação dos resultados do questionário	79
Quadro 8 Q1/Q2- Inquiridos por município de atividade profissional e por grupo de <i>stakeholders</i>	80
Quadro 9 Q3- Função principal na entidade (%)	82
Quadro 10 Q4- Ligação a projetos de ecoturismo.....	82
Quadro 11 Q5- Habilitações literárias (%).....	83

Quadro 12 Q6- Grau de satisfação com as necessidades básicas nos municípios.....	85
Quadro 13 Q7- Concordância sobre a contribuição do ecoturismo para a melhoria da qualidade de vida local.....	86
Quadro 14 Q8- Grau de concordância sobre processos de endogeneização	88
Quadro 15 Q9- Grau de concordância sobre a gestão e uso eficiente dos recursos ..	89
Quadro 16 Q10- Nível de importância dado à implementação de iniciativas associadas ao turismo sustentável	90
Quadro 17 Q11- Grau de concordância com aspetos da sustentabilidade ecológica	91
Quadro 18 Q12- Estado da oferta de serviços/recursos de educação ambiental	93
Quadro 19 Q13- Potencial de desenvolvimento de serviços/recursos de educação ambiental	94
Quadro 20 Q14- Fase atual de desenvolvimento turístico na CIM RC %.....	95
Quadro 21 Q15- Potencial de ecodesenvolvimento a médio prazo (5 a 10 anos).....	95
Quadro 22 Q16- Principais pontos fortes do turismo da CIM RC (nº/%).....	98
Quadro 23 Q17- Principais pontos fracos do turismo da CIM RC (nº/%)	99
Quadro 24 Q18- Entidades e municípios em que prestam serviços associados ao ecoturismo	100
Quadro 25 Q20- Nº de candidaturas apresentadas <i>versus</i> Candidaturas aprovadas	102
Quadro 26 Q20 - Grau de importância dos apoios financeiros dados às empresas.	102
Quadro 27 Q21 - Grau de concordância com aspetos relacionados com o investimento do setor produtivo local ligado diretamente ao segmento ecoturismo	103
Quadro 28 Q22 - Grau de satisfação associada às ações coletivas existentes ligadas ao ecoturismo	104

Quadro 29 Q23 – Nível de importância dado às ações coletivas existentes ligadas ao ecoturismo	105
Quadro 30 Q24 - Grau de concordância sobre a competitividade existente no mercado ligado ao ecoturismo	106
Quadro 31 Q25 - Grau de concordância sobre a cooperação existente no mercado ligado ao ecoturismo	107
Quadro 32 Q26 - Grau de importância dado ao desenvolvimento de processos e ações que favorecem a cooperação/ competitividade	108
Quadro 33 Q27- Vantagens de atuar em um <i>cluster</i> ecoturístico.....	109

PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I | INTRODUÇÃO

A realidade em que se encontra atualmente o mundo, toda a problemática associada às questões ambientais, à procura de modelos de crescimento e desenvolvimento e à preservação de recursos, leva a que a adoção de práticas de gestão sustentáveis tenham deixado de ser uma opção para passar a ser uma condição de sobrevivência e sucesso. Para o equilíbrio desta balança mundial, têm pesado ao longo dos tempos, não só as inquietações crescentes com o meio ambiente e as alterações climáticas, mas também a gradual consciencialização da importância que a atividade turística tem num crescimento económico local sustentável e inclusivo, que estimule a criação de emprego e a redução da pobreza nos destinos, assim como o respeito pela diversidade cultural e natural.

Abre-se assim um espaço, cada vez mais importante, ao estudo das possibilidades de interação entre a atividade turística e a preservação de recursos como forma de garantia de desenvolvimento de atividades sustentáveis. A sua atual importância ultrapassa, em muito, a dimensão económica da atividade turística, constituindo um importante estímulo para fazer mudanças, quer a nível da globalização e modernidade, quer como contribuindo para a valorização dos territórios e valores endógenos à escala macro e local (Silva, 2013).

À primeira vista, o título desta dissertação “Turismo na CIM RC - Potencial para a *ecoclusterização*”, parece um pouco generalista, pelo que de imediato se considera importante lembrar e considerar alguns aspetos e a própria essência desta investigação.

O primeiro aspeto a considerar, é que o ecoturismo, como se verá ao longo deste trabalho, é um segmento turístico que se tem vindo a desenvolver em todo o mundo, com crescente necessidade e conseqüente procura de um turismo ligado à natureza, à cultura local, à autenticidade, às emoções, à educação e a novas experiências.

É, por definição, um segmento turístico sustentável que mantém o binómio: sério compromisso com a natureza /responsabilidade social. Junta-se a estes fatores o despertar para a urgente necessidade de conservação do nosso planeta e dos seus recursos, estando por isso a crescer a procura de produtos turísticos que cumpram

critérios mais fortes de sustentabilidade (Dorsey, Steeves, & Porras, 2004). Por todos estes fatores o ecoturismo é, cada vez mais, um segmento turístico aliciante para os investidores ligados ao setor.

Também é de considerar, que os recursos de um local são o elemento primário para o seu desenvolvimento, pelo que a sua conservação é fundamental, principalmente, em territórios de interior que têm na diversidade e conservação do património natural, cultural e humano a sua atratividade.

A esse respeito, Diegues (1996, p.20) sublinha que “um dos sustentáculos do conceito de desenvolvimento sustentável é a sua base ecológica. A conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais é condição básica para o desenvolvimento sustentável”. Lindberg e Hawkins (1955) salientam que as áreas naturais, em particular as legalmente protegidas, a sua paisagem, fauna e flora, juntamente com os elementos culturais existentes, constituem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para turistas/visitantes de todo o mundo.

Os autores reforçam, ainda, que promover o ecoturismo em áreas naturais sem nenhuma proteção oficial pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais por iniciativa própria, e não devido a pressões externas, conseguindo assim assegurar o binómio promoção/conservação e em simultâneo proporcionar, de forma benéfica e ativa, o envolvimento e melhoria das condições socioeconómicas locais (Ceballos-Lascuráin, 1996).

Ainda, tão ou mais importante, a considerar nesta investigação é a referência à natureza multissetorial dos *stakeholders*¹ deste segmento de turismo e ao grande tema a ser discutido: o do potencial turístico para a *ecoclusterização*, enquanto modelo que estimula a interação e sinergias entre os seus elementos, promovendo

¹ O termo é utilizado para designar todas as pessoas ou organizações que tenham algum interesse no turismo no destino (Tkaczynski, 2009).

ganhos de produtividade, competitividade e desenvolvimento sustentável. Assim, assume-se como base neste estudo que o binómio “sério compromisso com a natureza /responsabilidade social” deve ser assumido por todos os *stakeholders* que concorrem para esta prática, considerando-se que este é um fenómeno multidisciplinar (Amaral, 2012).

A inclusão do neologismo² “*ecoclusterização*” permite-nos focar e direcionar a atividade económica deste segmento turístico para uma exploração que respeite inteiramente os seus princípios.

Tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, no meio académico e político, a procura de métodos e políticas que permitam desenvolver estratégias que consigam assegurar o binómio descrito, têm sido uma constante ao longo dos últimos anos. Segundo Schuch e Rodegheri (2010), existe uma vasta bibliografia sobre planeamento estratégico, apresentada por diversos autores, como Kaplan (2008), Fischmann e Almeida (2009), Porter (1986), em que são identificadas estratégias e modelos de desenvolvimento capazes de, em simultâneo, melhorar a competitividade das organizações e dos destinos e reforçar os valores da sustentabilidade ambiental, social e económica ao longo dos tempos.

Entre as estratégias identificadas, destacam-se as diretamente relacionadas com a construção de vantagens competitivas dos destinos, nomeadamente, as que têm por base a redução de custos e/ou a diferenciação, ou ainda a segmentação de mercados (denominadas estratégias genéricas de Porter). Contudo, há que referir que, na formação de um *cluster* de ecoturismo, essas vantagens devem partir da interação de todos os atores envolvidos, de “forma a assegurar a sustentabilidade da exploração daquilo que inicialmente era apenas uma vantagem competitiva natural” (Barbosa & Zamboni, 2000, p. 2) e possibilitar a inovação como forma de otimizar o uso dos recursos de forma sustentável (Barbosa & Zamboni, 2000).

² “Termo utilizado para classificar uma palavra nova que surge numa língua devido à necessidade de designar novas realidades - novos conhecimentos técnicos, objetos gerados pelo progresso científico (neologismos técnicos e científicos) e até por questões estilísticas e literárias, tornando a língua mais expressiva e rica (neologismos literários)” (Ceia, para. 1).

Tendo por base que o produto turístico é um bem social, tendo em conta que é direcionado para a satisfação das necessidades sociais dos turistas, do meio ambiente e dos meios de comercialização (Corona-Armenta et al., 2012), considera-se fundamental, que todos os *stakeholders* envolvidos tenham capacidade de se juntar em prol de objetivos e diretrizes capazes de sustentar a atividade económica e ao mesmo tempo, garantir que o meio ambiente e as populações locais não são afetadas.

Pelo exposto, considera-se que o modelo que se tornou generalizadamente conhecido como o “diamante competitivo” de Michael Porter³, não possa ser aplicado diretamente ao ecoturismo pela sua visão exclusivamente empresarial (Silva, 2004).

Ainda assim, é sabido que através da aplicação de algumas das estratégias genéricas de Porter (diferenciação e/ou segmentação), empresas inseridas num *cluster* específico podem oferecer produtos personalizados e com nível de qualidade superior, direcionados para a satisfação de um tipo específico de consumidor que está atento às mudanças ambientais do planeta, conseguindo com isso a satisfação do consumidor, tornar as atividades economicamente sustentáveis e melhorar a qualidade de vida da população local (Santos & Cerveira, 2013).

A *clusterização* do ecoturismo ou *ecoclusterização*, em determinados territórios em que a competitividade e a sustentabilidade do desenvolvimento turístico assenta, em grande parte, na sua base territorial e endógena, requer uma visão estratégia com forte enfoque na coesão social (Barbosa & Zamboni, 2000), um estudo eficaz da base de valores existentes.

Castro (2006, p.30) endossa a ideia ao afirmar que o “fulcro da relação geográfica e turismo é o facto do deslocamento espacial se situar no centro da prática social do turismo, uma vez que os produtos turísticos são consumidos *in situ*, e a procura é que se desloca”.

³ Considerado como o autor de maior influência na composição estrutural do conceito de *cluster* na década de 90.

De facto, apesar do turismo ser um fenómeno multidisciplinar, que engloba variadas dimensões, a territorialidade é uma dimensão aglutinadora, não só porque o setor tem como base a deslocação entre territórios, mas também por ser uma atividade que pode modificar espaços, sendo assim responsável por novas territorialidades⁴ (Rodrigues, 2001).

1.1 Problemática e contornos da investigação

Bull (1994 cit. in Mira & Ramos, 2013, p.50) é um dos autores que defende que “a abordagem sistémica do turismo permite o seu estudo e ancoragem científica porque integra dimensões, estruturas e intervenientes”, contudo, a existência de diversos paradigmas associados à realidade turística, a existência de grandes limitações associadas aos dados estatísticos disponíveis, a dificuldade em se estabelecer consenso sobre alguns dos conceitos, leva a que “a produção científica seja ainda muito diminuta, em particular se a compararmos com as outras áreas científicas” (Ferraz, 2008 p.14) e, nomeadamente, no que se refere à produção científica na área do ecoturismo. Verifica-se que, apesar da importância que a atividade ecoturística passou a desempenhar na economia e na sociedade e da multidisciplinaridade de abrangência, a imaturidade do setor e a subjetividade de alguns estudos, acentuou ainda mais a escassez de estudos empíricos relacionados com este segmento turístico.

Em verdade, a maioria da investigação empírica na área do turismo tem necessidade de estabelecer laços fortes com os estudos aplicados - desenvolvidos por profissionais do setor, não académicos - para despertar o cruzamento das diferentes perspetivas. Também é verdade que os estudos aplicados beneficiam se forem complementados pela investigação em torno da análise teórica (Davis, 2001; Hughes, 1992), pelo que o objetivo final ideal passa pelos estudos aplicados consubstanciarem-se em teorias resultantes de uma investigação académica que, por sua vez, tenham recorrido a estudos práticos para a sua validação.

⁴ Conceito originário da geografia política, pode ser definido como sendo o conjunto das relações sociais que “dão corpo e conferem função ao território (...), são a razão de ser dos territórios, conferindo-lhe existência, seja material ou imaterial” (Mariani & Arruda, 2010, p.8).

No âmbito das abordagens direcionadas para as temáticas dos *clusters*, a unidade de referência é a indústria, sendo relativamente escassas as aplicações no campo de ação dos serviços aos quais pertence o *cluster* do turismo. No entanto, esta tipologia de *cluster*, e em particular o do ecoturismo, é considerado um *cluster* “emocional” que assenta em “perceções e sensações” dos vários atores que o compõem (Lorga, 2014, p.15), levando-nos assim à aplicação desta perspetiva de abordagem na investigação a desenvolver no âmbito deste estudo.

Esta investigação parte do pressuposto que a atividade ecoturística se constitui como uma oportunidade para o desenvolvimento de territórios de interior (TI), e que o seu desenvolvimento sustentável passa pela adoção de um *cluster* estruturado, que inclua uma abordagem sistémica.

Sem dúvida que este campo de investigação se apresenta como auspicioso. Se, por um lado, pode contribuir para melhorar a competitividade desses territórios, por outro, pode contribuir para solucionar problemas associados à conservação, às relações e interligações dos *stakeholders* e também ao sistema turístico local.

Estamos assim perante uma investigação inserida no âmbito das Ciências Sociais e enquadrada no campo de ação do desenvolvimento regional, que é direcionada para o desenvolvimento turístico aplicado à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC), em particular aos municípios nos quais o ecoturismo possa constituir-se como produto estratégico.

Como ponto de partida pretende-se definir princípios de desenvolvimento turístico sustentável e, partindo de representações gráficas de *clusters* existentes que apresentam uma abordagem holística do setor do ecoturismo, procurar-se-á chegar a uma proposta aplicada, considerando as particularidades e potencialidades dos municípios em estudo que apresentem uma forte identificação com o ecoturismo (cf. Figura1).

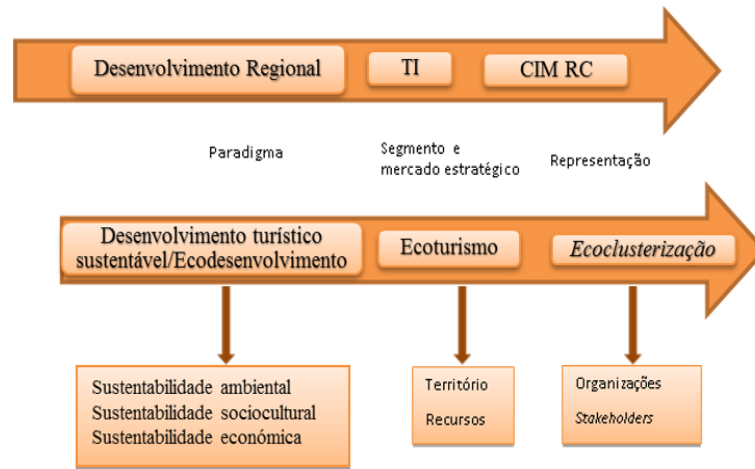


Figura 1| Áreas de enquadramento da investigação

A oportunidade de desenvolvimento associada ao ecoturismo (com benefícios que se traduzam essencialmente na melhoria da qualidade de vida das populações, na valorização e conservação do património, na melhoria dos valores de educação ambiental e no despertar de uma consciência ecológica), a abordagem direcionada para a *ecoclusterização* (ainda hoje pouco considerada na investigação direcionada para os TI) e a proposta de um modelo de *cluster* específico para a CIM RC (tendo como base uma visão territorial, contribuindo para se tornar um destino mais competitivo) constituem os principais desafios desta investigação.

Outro desafio relevante, e não menos importante, está diretamente relacionado com a necessidade de mudança de paradigma para uma sociedade mais informada. Hoje em dia, é tido como verdade que os *stakeholders* de qualquer atividade devem ser mais participativos e interventivos no planeamento e gestão dos recursos. No entanto, verifica-se que a sua intervenção é ainda diminuta e limitada, o que é visível, por exemplo, na fase de consulta pública dos instrumentos de gestão territorial (IGT), quando o ideal seria que estes se inteirassem de todos os pontos de vista existentes, para assim se conseguir chegar a soluções que satisfaçam o interesse das comunidades locais em detrimento da satisfação dos grupos particulares existentes.

Segundo Freeman (2004) e Bryd (2007), todas as organizações, nos seus princípios de gestão, devem ter por base o envolvimento dos direitos de todos os *stakeholders*, e para ser bem-sucedido, o turismo sustentável deve incluir em todos os seus processos a sua participação ativa, porque “os discursos dos *stakeholders* e a sua capacidade de influência, não são simplesmente uma maneira de ver, nem de falar das coisas (...) são sempre embebidos de práticas sociais, psicológicas e políticas, que assim reproduzem uma determinada maneira de ver” (Mira & Ramos, 2013, p.51).

Perante este panorama, é essencial que esta investigação aposte numa profunda reflexão crítica sobre as potencialidades efetivas e percebidas por todos os *stakeholders* diretamente ligados à atividade ecoturística. Considera-se também importante fazer uma reflexão crítica sobre o possível desfasamento existente entre o que é a teoria e as práticas existentes relativas a este segmento turístico na CIM RC.

Com o exposto, chegou-se à **questão de partida** para a investigação empírica a realizar: Qual o potencial de desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo na CIM RC?

A questão de partida remete-nos de imediato para uma abordagem cujo foco é o território de estudo e as suas potencialidades turísticas, em particular, as potencialidades para o desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo. Como já foi referido, a investigação empírica será beneficiada se for sustentada com referências teóricas, precedida de uma fase exploratória, que possibilite implementar os princípios de base de uma investigação científica e defendidos por Fortin (2009): a rutura, a construção e a verificação, partindo do geral para o particular.

Na abordagem do tema, numa primeira fase de exploração, procurar-se-á abordar as teorias principais através da revisão da literatura, nomeadamente, verificar conceitos de referência, obter descrições e definições de características e fenómenos associados ao ecoturismo e ao território a estudar, “o que confere a esta investigação um caráter exploratório descritivo” (Kovacs, Barbosa, Sousa & Mesquita, 2012, p.25).

No que se refere à investigação empírica, a abordagem será de cariz quantitativo, em que os números são representativos de opiniões e conceitos e terá por base a “teoria

dos *stakeholders*” (Byrd, 2007; Friedman & Miles, 2006), justificada por serem estes os principais beneficiários e intervenientes no setor e, sobretudo, porque qualquer proposta de modelo de *cluster* deve considerá-los logo à partida.

No processo de amostragem considera-se importante usar técnicas probabilísticas, nomeadamente amostragem por *cluster* (com identificação de grupos específicos de inquirição) e amostragem multietapas, com a divisão da região em estudo em sub-regiões (municípios) de forma a avaliar as potencialidades individuais e coletivas, uma vez que “estas técnicas revelam-se particularmente adequadas, pois permitem contemplar tanto a dimensão temporal como espacial” (Eusébio, Kastenholz & Carneiro, 2003, p.19).

Para inquirir os principais grupos de *stakeholders* do setor na CIM RC irá recorrer-se ao questionário. No capítulo IV será apresentada detalhadamente a descrição da metodologia aplicada na investigação empírica.

1.2 Objetivos da investigação

Do exposto anteriormente assume-se que, neste estudo, estamos perante uma abordagem a dois níveis: um mais sistémico, aplicado ao desenvolvimento turístico/ecodesenvolvimento na CIM RC e outro aplicado em particular aos *stakeholders* do ecoturismo (*ecoclusterização*).

Assim, o trabalho a desenvolver nesta investigação, tem como **principal objetivo** a apresentação de uma proposta de modelo de *cluster* de ecoturismo com enfoque de aplicação na CIM RC, com identificação das suas potencialidades de desenvolvimento.

- Visa uma reflexão crítica e a apresentação de uma representação gráfica (modelo) de *cluster* com base no estado da arte e na teoria dos *stakeholders* do setor do turismo local.

Dada a alargada área de estudo do conceito de *cluster* e em coerência com o objetivo geral, destacam-se ainda os seguintes objetivos específicos que se pretendem atingir: verificar os atributos da região para o ecodesenvolvimento através do levantamento

da perceção dos *stakeholders* do setor do turismo; verificar se existem desfasamentos entre a perceção dos *stakeholders* do setor do turismo, sobre os atributos da região para o ecodesenvolvimento; determinar em que medida a educação ambiental está implementada nos *stakeholders* do setor do turismo; verificar os atributos da região para a *ecoclusterização* através do levantamento da perceção dos *stakeholders* do setor do turismo.

1.3 Organização e estrutura da dissertação

Como já foi referenciado, o processo científico é constituído por três elementos essenciais: a rutura, a construção e a verificação, que correspondem às etapas desta investigação. Para atingirmos os objetivos definidos, a presente dissertação está composta por duas partes, que na totalidade englobam sete capítulos. Esta dualidade de desenvolvimentos distintos pretende criar uma corroboração entre a componente teórica e a prática.

Na primeira parte deste trabalho, que corresponde essencialmente à etapa conceptual da investigação, incorpora-se o capítulo um, onde é apresentado o enquadramento do tema, a problemática e contornos da investigação, objetivos, estrutura e justificação do território de estudo.

Seguem-se os capítulos dois e três, onde é apresentado o estado da arte nas três áreas de investigação (desenvolvimento turístico sustentável/ecodesenvolvimento, ecoturismo e *ecoclusterização*), que constituirão a base para a fundamentação do estudo. Nesta fase pretende-se proceder à avaliação das teorias abordadas e identificar os pressupostos para a rutura que se pretende vir a fortalecer e confirmar no final de todo o processo.

A segunda parte do trabalho, que corresponde às etapas metodológica e empírica, refere-se especificamente à região da CIM RC e à apresentação de um modelo de *cluster* de ecoturismo. Nesta parte centram-se, as segunda e terceira fases do processo de investigação: construção e verificação. Subdivide-se em quatro capítulos e inicia-se com o capítulo quatro, no qual é apresentada a metodologia da investigação empírica aplicada e apresenta-se uma abordagem ao território de estudo.

No quinto capítulo são apresentados, analisados e discutidos os dados obtidos pela aplicação dos questionários aos *stakeholders* do setor. Tendo por base estes resultados e toda a discussão apresentada na parte concetual em torno das áreas de enquadramento da presente investigação, no sexto capítulo apresenta-se uma proposta de modelo de *cluster* de ecoturismo para a CIM RC. No sétimo e último capítulo apresentam-se os principais resultados, as conclusões, as limitações do estudo e orientações para investigações futuras.

1.4 Justificação da escolha do território de estudo

A CIM RC é uma sub-região estatística integrada nas NUTS III ⁵, situada na Região Centro (NUT II) da qual fazem parte dezanove municípios, constituindo-se este um território, caracterizado por uma grande abrangência territorial, possuidor de perfis populacionais, paisagens e recursos diversificados e, como efeito, por conter oportunidades de desenvolvimento de sinergias entre atividades e setores económicos distintos.

A escolha deste território prende-se tanto com fatores pessoais como com as particularidades do mesmo. Em termos pessoais, grande parte do trabalho desenvolvido nos últimos anos pela autora, permitiu ter um apreciável conhecimento do território. Quanto às características do próprio, este enquadra-se perfeitamente dentro dos TI⁶, apresentando ainda a vantagem de ser um território diversificado e multicultural (POC, 2011), tendo na sua diversificação o fator chave para a sua diferenciação, o que, se por um lado constitui uma vantagem quanto à abordagem,

⁵ Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS), “criada pelo EUROSTAT com os Institutos Nacionais de Estatística dos diferentes países da União Europeia (UE) para efeitos de análise estatística de dados, com base numa divisão coerente e estruturada do território económico comunitário. A NUTS é composta por níveis hierárquicos (NUTS I, II e III), servindo de suporte a toda a recolha, organização e difusão de informação estatística regional harmonizada a nível europeu” (INE, I.P., 2015 p. 3).

⁶ Territórios de interior ou de baixa densidade são considerados “aqueles que possuem população inferior a 20000 habitantes” (Braga; Natário; Daniel & Fernandes, 2013, p. 3). Segundo o Coordenador da CIC Portugal 2020, sete dos dez municípios a estudar estão incluídos na classificação dos 164 municípios de baixa densidade (Almeida, 2015).

por outro dificulta a análise da oferta e da procura. Contudo, em termos ecoturísticos, é um destino com potencial de crescimento, o que por si só, constitui um desafio.

Como se depreende desta contextualização, estamos perante um território de investigação muito vasto, que certamente levaria a um trabalho de dimensão excessiva, pelo que se decidiu definir um enfoque mais específico, centrado em dez⁷ dos dezanove municípios, para que se consiga realizar o mesmo dentro do tempo determinado. Os critérios subjacentes a esta delimitação serão explicados na segunda parte deste trabalho. Salienta-se ainda a existência de um leque de desafios muito interessantes e que podem contribuir para a problemática em torno da investigação aplicada. Apesar de a natureza ser o recurso de base na paisagem da CIM RC, e seguramente o principal ponto-chave para o desenvolvimento do ecoturismo na região, é essencial não negligenciar que estamos perante um território recheado de história, onde predomina o património cultural e os usos e costumes da população local. Estes factos tornam ainda mais aliciante o desenvolvimento de uma proposta de um modelo de *cluster* que possa contribuir para o desenvolvimento endógeno do ecoturismo na região, conseguindo assim perpetrar no tempo toda uma herança secular, nunca esquecendo que o futuro, cada vez mais, depende da atuação atual do homem.

⁷ Considerando as particularidades dos municípios e o reconhecimento que está associado à facilidade de identificação do *stakeholders* pertencentes aos grupos da população alvo, através do levantamento dos registos efetuados no RNT – Registo Nacional do Turismo, de Portugal.

CAPÍTULO II | ECOTURISMO - A consciência de um desenvolvimento sustentável

2.1. Nota Introdutória

Segmento de turismo emergente (Martínez, 2007), o ecoturismo tem vindo a despertar o interesse dos investigadores desde 1995, com inúmeros trabalhos publicados desde então (Allcock, Jones, Lane, & Grant, 1994; Byrd, 2007; Ceballos-Lascuráin, 1996; Fennell & Dowlind, 2003; Honey, 1999; Krippendorf, 2001; Lindberg & Hawkins, 1995; OMT, 2003; Pires, 1998; Tonon, 2012; Weaver, 2001).

Uma das razões que pode justificar este interesse pela temática, é o seu presumível impacto nas questões ambientais, na procura de modelos de crescimento e desenvolvimento económico e preservação de recursos mundiais, que leva a que a adoção de práticas sustentáveis tenham deixado de ser uma opção para passar a ser uma condição de sobrevivência e sucesso, tornando cada vez mais importante o estudo das possibilidades de interação entre a atividade turística e a preservação de recursos, como forma de garantia de desenvolvimento de atividades sustentáveis.

As implicações mais importantes que a temática envolve e que lhe dão dimensão possibilitam neste estudo uma abordagem completa e compatível com a sua magnitude. A sua atual importância ultrapassa, em muito, a dimensão económica da atividade turística, constituindo um importante estímulo para fazer mudanças, quer a nível da globalização e modernidade, quer como contribuindo para a valorização dos territórios e culturas (Silva, 2013), conseguindo-se assim um impacto positivo no desempenho das organizações, do desenvolvimento regional e competitividade dos países onde se desenvolve.

O objetivo do presente capítulo é apresentar algumas considerações históricas e teóricas sobre o conceito de ecoturismo, nomeadamente, apresentar um conjunto de definições de ecoturismo, quer de âmbito académico, quer de âmbito institucional, identificando alguns pontos comuns e distintos entre si.

Dado que o ecoturismo é usado frequentemente como conceito “guarda-chuva” e muitas vezes sinónimo de outros produtos baseados na natureza, distinguimos ainda neste capítulo alguns termos usados na sua classificação, de forma a clarificar a relação e a divergência entre eles. Por fim, apresentamos o estado da arte deste

segmento de turismo e como o mesmo pode contribuir para o desenvolvimento endógeno de regiões menos favorecidas. As referências e citações apresentadas nesta base concetual proporcionam a procura de fundamentação para que se compreenda o estado da arte e se oriente a pesquisa.

2.2. Considerações históricas e teóricas

No decorrer da história recente, no âmbito do desenvolvimento de práticas sustentáveis no turismo e do desenvolvimento do “novo paradigma ecológico”⁸, emergiram, nos anos 90, novas tipologias de turismo e novas segmentações turísticas⁹ que se têm vindo a consolidar até aos dias de hoje. A partir dos anos 90, e em oposição ao turismo de massas convencional e ao turista padrão, desenvolveram-se novas práticas turísticas que têm como princípio a satisfação das necessidades de um novo turista (Poon, 1993) mais exigente, rigoroso, seletivo e consciente de todas as questões relacionadas com as questões ambientais, a conservação e uso de recursos não renováveis e que seleciona o seu destino de férias com base em critérios ambientais e sociais (fase do turismo alternativo sustentável). Segundo Pires (1998, p. 76) “o turismo alternativo, enquanto proposta de bandeira de transformações nos rumos do turismo convencional” tem-se perpetuado até aos dias atuais, com a crescente oferta de um tratamento personalizado que nos remete para uma época onde o ritmo alucinante das grandes cidades e o uso indevido dos recursos ambientais não existia.

⁸ Inicialmente chamado de “novo paradigma ambiental” NPA (*new environmental paradigm* – NEP), concentra-se em cinco construções principais: valorizar a natureza por si mesma, planear e agir para controlar o risco pessoal e universal, reconhecer limites reais para o crescimento acreditando nas necessidades de uma nova sociedade, estimular a participação de indivíduos que não estão necessariamente envolvidos no mercado (...), contrapõe-se ao “paradigma social dominante”, PSD (*dominant social paradigm* – DSP) vigente em grande parte da sociedade ocidental até 1970 (Filho, Neto, Abreu, Cantalice & Júnior, 2010, p. 3).

⁹ A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo. É um “processo de divisão do mercado em subgrupos homogêneos, com o fim de levar a cabo uma estratégia comercial diferenciada para cada um deles, permitindo satisfazer de forma mais eficaz as suas necessidades e alcançar os objetivos do mercado” (Lopes, Maia & Boubeta, 2010, p. 53). Os segmentos turísticos podem ser segmentados quer a partir das características da oferta quer das características da procura.

Foi este cenário de vontade de transformação que levou ao começo do ecoturismo e à adoção do mesmo como rótulo bandeira (amplamente utilizado) para expressar “um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no ramo das viagens que se posicionam na interface turismo e ambiente (...) e que conferem fatores de agregação de interesses múltiplos” (Pires, 1998, p. 76).

Entre os mais ambiciosos, dentro das diversas “atividades económicas que atualmente se vislumbram como alternativas de desenvolvimento sustentável em comunidades inseridas num contexto de necessidade de desenvolvimento” (Oliveira, 2005), o ecoturismo apresenta-se como uma alternativa capaz de compatibilizar o desenvolvimento turístico e a conservação dos recursos.

Tendo em vista que é uma atividade económica que se caracteriza genericamente por promover o uso sustentável dos recursos, a procura de uma consciência ambiental e o envolvimento das populações locais (Oliveira, 2005), se bem gerida, poderá ser um dos alicerces para alcançar um modelo de desenvolvimento turístico sustentável global (Pires, 1998).

No entanto, a gestão responsável e sustentável dos recursos e o respeito pela identidade cultural das populações locais têm sido, muitas vezes, barreiras de contenção “nos anseios e necessidades desenvolvimentistas de muitos países” (Oliveira, 2005, p. 2).

2.2.1. Definições e conceitos

Seria possível apresentar neste estudo diversas definições e tentativas de aproximações conceituais de ecoturismo capazes de, á luz das mesmas, demonstrar os interesses subjacentes incluídos nelas. No entanto, a sua descrição somente traria um aporte quantitativo e não qualitativo à compreensão do tema, no sentido de “que as várias definições que têm sido dadas ao termo ecoturismo evidenciam uma ampla variação de significados” (Pires, 1998, p. 77) que refletem as ideologias de cada um dos grupos de *stakeholders* do ecoturismo, em função dos seus interesses e das suas particularidades e, como tal, nem sempre consensuais.

Contudo, considerou-se pertinente uma reflexão sobre algumas definições consideradas mais relevantes para esta investigação. Com o propósito de reconhecer as definições que se mostram mais consensuais com os princípios indicados para o ecoturismo, identificam-se de seguida algumas das adotadas por entidades e autores como Ceballos-Lascuráin (1987); Mowforth (1993); Healy (1994); TIES (1990; 2015).

A definição do arquiteto, ambientalista e consultor internacional mexicano Hector Ceballos-Lascuráin (1987), pela sua precedência, foi muito difundida em publicações importantes da especialidade. O autor define então que,

o ecoturismo é a realização de uma viagem a áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nestas áreas (Pires, 1998, p. 79).

O mesmo autor, na década de 90, passa a definir o ecoturismo como sendo,

uma viagem e visita ambientalmente responsável a áreas naturais relativamente pouco exploradas, de modo a gozar e apreciar a natureza (e quaisquer fatores culturais associados – tanto presentes como passados). Promove a conservação, tem baixo impacto negativo dos visitantes e proporciona de forma benéfica e ativa o envolvimento socioeconómico das populações locais (Ceballos-Lascuráin, 1996, p. 30).

Para Mowforth (1993, cit. in Pires, 1998, p. 80), membro de diversas ONG,

o ecoturismo é (...) uma prática planeada de turismo na qual o desfrute da natureza e o saber sobre as formas de vida e o seu relacionamento com o ambiente são proporcionados ao mesmo tempo; é uma atividade que não resulta na deterioração do ambiente, que fornece um apoio para a conservação dos recursos naturais e culturais, produzindo em consequência benefícios económicos mais voltados para a população.

Healy (1994 cit. in Pires, 1998, p. 76), Professor Emérito de Ciências e Políticas Ambientais, afirma que,

o turismo desenvolvido junto aos parques e reservas do mundo inteiro é frequentemente chamado de ecoturismo. Esta palavra descreve tanto a motivação dos turistas em visitar ecossistemas naturais, como as expectativas de benefícios para a conservação gerados a partir desta atividade.

Relativamente às organizações, a primeira definição a ser aceite a um nível mais amplo, foi a proposta pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (*The International Ecotourism Society* [TIES])¹⁰, em 1990, que define o ecoturismo como “uma viagem responsável para áreas naturais que conservem o meio ambiente e promovam o bem-estar da população local” (cit. in Drumm & Moore, 2002, p. 15). Em 2015, a TIES reviu a sua definição (e princípios), implementou pequenas alterações e adições, com o objetivo de dar maior clareza e eliminar qualquer ambiguidade, visando com isso reduzir as interpretações abusivas que levam à prática incorreta por parte da indústria do turismo.

Como a maioria das definições existentes incluíam apenas dois - conservação e comunidades locais - dos três pilares do ecoturismo, nesta atualização, a TIES passou a incluir o último pilar, educação/interpretação ambiental. Assim a definição revista da TIES, e que se adota neste estudo, define ecoturismo como uma "viagem responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar das populações locais e envolve interpretação e educação" (TIES, 2015, para. 2).

Na impossibilidade de definir ecoturismo de uma forma consensual, utilizável e abrangente, identificam-se, no entanto, nestas definições, dimensões comuns: “característica da área (que aspeto tem a área visitada), comportamento dos turistas (o que os turistas fazem), o objeto em foco (em que tipo de recurso está o turista

¹⁰ A *Ecotourism Society* é uma organização internacional sem fins lucrativos, dedicada à localização de recursos e à construção de conhecimento especializado para fazer do turismo um meio para a conservação e o desenvolvimento sustentável.

interessado) e os resultados (os efeitos do comportamento dos ecoturistas) ” (Freitas, 2012, p.17). Apesar de tudo, não surgiu ainda um conceito ou definição universalmente aceite por todos.

2.2.2. O ecoturismo na agenda do desenvolvimento sustentável – Origem e debate internacional

A impossibilidade de universalidade da definição consensual do conceito estende-se também à origem do próprio termo “ecoturismo”. Uma das teorias aceites no meio académico é a de que foi Ceballos-Lascuráin, em 1983, o primeiro a escrever sobre ele (Pires, 2002). Contudo, Fenell (2002) defende que já em 1965, Hetzer o tinha utilizado no estudo *Environment, tourism, culture*, no qual o autor já falava sobre a sustentabilidade e responsabilidade do turismo, e defendia quatro fatores-chave para o seu desenvolvimento: menor impacto possível no ambiente, o respeito pela cultura de acolhimento, aumentar os benefícios para a população local e aumentar a satisfação dos turistas (Weaver, 2001).

Apesar de ainda hoje não existir consenso sobre a definição e origem, é no entanto mais consensual, a caracterização do panorama mundial em que o ecoturismo surgiu, nomeadamente, relacionando-o com os movimentos ambientalistas que surgiram nos anos de 60 e 70 do século XX. Resultante de variadas ações promovidas pelos movimentos ambientalistas que surgiram à data, e que começaram a contestar os valores da sociedade, a década de 60 foi o marco da origem do ecoturismo (Fennell, 2002). Passaram então a questionar-se os custos ambientais derivados do uso inadequado dos recursos e da degradação ambiental, (Pires, 2002), começou a chamada de atenção para temáticas como a poluição e a contaminação dos ambientes naturais, resultante do modelo económico diretamente relacionado com o paradigma social dominante.

Também ao longo das décadas de 60 e 70, a importância dada ao património natural e cultural por organizações internacionais como UNESCO e diversas entidades governamentais, tornaria fundamental uma valorização social permanente, que incluía princípios orientadores de responsabilidade socio ambiental em diferentes

atividades económicas, entre elas, as relacionadas com o turismo (Carbone & Yunis, 2005).

A *International Ecotourism Society* (2007) acentua que o termo ecoturismo cresceu com a emergência do movimento ambiental global dos anos 1970. Um importante marco dos movimentos ambientalistas foi protagonizado em 1972, com a realização da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Pela primeira vez, o conceito de sustentabilidade ambiental foi incluído na agenda internacional e expuseram-se e discutiram-se à escala mundial, os direitos da humanidade a ter um ambiente saudável. Desta conferência, resultou um importante documento político, a *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*, também conhecido como Declaração de Estocolmo. De acordo com Pires (2002, p.49), “esse evento foi o reflexo da pressão e da mobilização de uma sociedade que despertava para a importância transcendente desse tema e, por isso, firmou-se como um referencial do ambientalismo contemporâneo”.

Já na década de 90, os acontecimentos impulsionados pela consciência ambiental dos quais se destaca a Conferência da Terra ou Rio 92,

saudada como sendo o mais importante e promissor encontro planetário do final de século, onde a Cúpula da Terra chamou a atenção do mundo para a dimensão global dos perigos que ameaçam a vida no Planeta e, por conseguinte, para a necessidade de uma aliança entre todos os povos em prol de uma sociedade sustentável (Câmara dos deputados, 1995, p. 7),

foi outro marco importante. Nesta conferência foram estabelecidos vários acordos e protocolos que deram origem a diversos documentos, dos quais se destacam: A Carta da Terra; A Convenção da Biodiversidade; A Convenção Sobre as Alterações Climáticas; A Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e a criação da

Agenda de Ação para Atingir o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 21¹¹) (Silva, 2013). Foi a partir desta conferência que o conceito de sustentabilidade adquiriu destaque na tentativa de equilibrar a exploração ilimitada de recursos escassos e finitos, chamando a atenção para a importância do legado deixado para as gerações vindouras. Foram listados 27 princípios de sustentabilidade e defendida a necessidade de se desenvolverem indicadores para avaliar esse desenvolvimento.

Este panorama mundial acabaria por impulsionar, ainda nos anos 90, discussões académicas e científicas sobre a sustentabilidade da sociedade, a conservação de recursos e o desenvolvimento sustentável. O papel que as ONG tiveram ao assumirem o lema “pensar globalmente, agir localmente” foi igualmente marcante.

A expressão “pensar globalmente e agir localmente”, depois de utilizada em contexto ambiental pela primeira vez em 1978, pelo conceituado microbiologista e ambientalista conselheiro na Conferência de Estocolmo, René Dubos, passou então a vulgarizar-se. Contudo, apenas nos anos 80 “o tema passou a ser amplamente debatido e estudado, e o conceito de desenvolvimento sustentável oficialmente assumido como elemento de valor e distintivo no relatório *World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development*” (Silva, 2013, p.62).

Já no início do século XXI, outros eventos importantes aconteceram relacionados com a temática, nomeadamente, a Conferência Rio +10, conhecida como Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo em 2002.

Este foi também o ano em que o ecoturismo passou a ter grande relevância, com a realização da Conferência Mundial do Ecoturismo, na qual foi aprovada a “Declaração de Ecoturismo do Québec” ou “Carta de Québec”, documento aprovado em 10 de junho de 2002 pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que estabelece

¹¹ “Através da Agenda 21 a comunidade das nações procurou identificar os problemas prioritários, os recursos e meios para enfrentá-los e as metas para as próximas décadas” (Câmara dos deputados, 1995, p. 7).

recomendações para a implementação do Ecoturismo no contexto do desenvolvimento sustentável (Silva, 2013). Foi também nesse ano que foi declarado o Ano Internacional do Ecoturismo pela ONU, através do UNEP, com apoio da Organização Mundial do Turismo (Pinto, 2008).

Foi neste cenário que começam a intensificar-se as discussões académicas e científicas em torno do ecoturismo (Martins, Silva & Déjardin, 2013), pelo que se pode afirmar que “o ecoturismo nasce de um momento de reflexão da sociedade contemporânea que visa conciliar o desenvolvimento com sustentabilidade” (Bezerra, 2009, p. 8), que ambiciona descrever uma atitude, estabelecer uma filosofia e defender um modelo de desenvolvimento.

Mas, conseguir aliar desenvolvimento e sustentabilidade de recursos, não é uma tarefa fácil para os grupos de *stakeholders* interessados no desenvolvimento turístico mundial e, em particular, para os *stakeholders* de setores com interesse no desenvolvimento do ecoturismo.

2.2.3. Os *stakeholders* do ecoturismo

Pires (1998) identifica seis grupos de *stakeholders* interessados no desenvolvimento do ecoturismo: o meio académico e científico, o *trade* turístico, a área governamental e organismos oficiais, as ONG (ambientalistas), os turistas e a população residente.

Identificados os setores interessados no desenvolvimento do ecoturismo e partindo das definições e conceitos recolhidos da base bibliográfica, será interessante neste ponto fazer uma reflexão sobre o seu significado à luz da visão e objetivos dos grupos identificados.

Segundo Pires (1998), os diversos enfoques conceituais dados pelas diversas setores envolvidos refletem as suas ideologias e objetivos. Assim, o meio académico e científico tenta fazer um esforço de reflexão mais pormenorizado e uma premeditada intenção de levar à exaustão a abordagem teórico-conceitual sobre o ecoturismo. Já o *trade* turístico descreve o ecoturismo valendo-se da força do prefixo “eco”,

convenientemente e amplamente associado ao marketing turístico, e nem sempre usado corretamente no sentido conceitual da terminologia.

A área governamental e organismos oficiais procuram associar o ecoturismo com as estratégias nacionais de planeamento, voltadas para a área de desenvolvimento, incorporando ao conceito um enfoque conservacionista, de realização pessoal e consciência ecológica, sinal de reconhecimento da sua importância. As organizações não-governamentais veem o ecoturismo como um meio útil para atingir o desenvolvimento conservacionista de regiões de interior, economicamente mais frágeis. Nesse sentido, incluem no seu conceito os princípios orientadores desse grande objetivo: autodeterminação das populações anfitriãs, geração de benefícios locais, utilização sustentada do património natural, conscientização ambiental através da educação e da capacitação de todos (Pires, 1998).

O turista, normalmente, incorpora no seu conceito uma subjetividade condicionada, quer pelas suas motivações e expectativas, quer pelo grau de satisfação ou de frustração experienciados, normalmente emite um conceito simplista e até mesmo emotivo sobre o ecoturismo. A população residente inclui o seu próprio envolvimento nas distintas etapas de desenvolvimento do ecoturismo, desde o planeamento até à capacidade de gerar benefícios locais. O seu conceito integra uma nova dimensão de (re) valorização dos recursos naturais e culturais locais, como fonte de sua própria sobrevivência e de seu progresso material (Pires, 1998).

Martins, Silva e Déjardin, (2013, p. 194) confirmam a ideia supra descrita ao afirmar que “a controvérsia existente em torno dos conceitos do ecoturismo deriva da visão dialética de seus sujeitos, das determinações a respeito de seu próprio objeto, bem como de seu campo teórico”.

2.3. Ecoturismo e o seu papel no desenvolvimento sustentável

As divergências filosóficas, conceituais e ideológicas sobre o ecoturismo talvez possam assumir-se como um ponto central na análise do seu carácter distintivo, e da medida em que ele difere de outros segmentos turísticos.

A maior dificuldade nessa análise inicia-se pelo facto do termo ecoturismo ser uma ideia “guarda-chuva”, uma vez que os seus critérios e a sua agregação aos produtos desenvolvidos com base na utilização da natureza levam a que, frequentemente, o conceito seja usado como sinónimo, entre outros, de turismo na natureza ou mesmo turismo sustentável, e que, como observa Pires (1998, p.86), para aumentar ainda mais a confusão, esses termos são utilizados muitas vezes com sentidos sobrepostos.

Ceballos-Lascurain (1996) refere que o ecoturismo está contido no turismo na natureza, uma vez que este inclui todo e qualquer segmento de turismo que dependente dos recursos naturais, condição fundamental para a prática do ecoturismo. Mckercher (2002, p.17) reforça a ideia, ao afirmar que “o turismo na natureza engloba o ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e uma profusão de outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo”.

Atualmente é quase regra rotular de ecoturismo qualquer viagem cuja motivação tenha o seu enfoque no natural e ou cultural. No entanto, o carácter distintivo em relação a segmentos turísticos, que têm a natureza como base, é o facto de o ecoturismo possuir uma orientação educacional (Fennell, 2002) que lhe confere a particularidade de conseguir, direta ou indiretamente, influenciar a construção de uma nova filosofia de vida.

Também o termo de turismo sustentável é, frequentemente, utilizado para designar ecoturismo, o que, numa observação superficial, pode levar a considerá-los como sinónimos. Apesar destes conceitos serem distintos, muitas vezes, são utilizados com sentidos sobrepostos.

O turismo sustentável define-se como “o turismo que tem plenamente em conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais atuais e futuros, abordando as necessidades dos visitantes, a indústria, o meio ambiente e as comunidades de acolhimento” (UNWTO, 2005, p. 11). O conceito de turismo sustentável, fundamenta-se no próprio princípio universal de sustentabilidade, que tem por base pilares (económico, sociocultural, ecológico e político) que aglutinam a necessidade

de conservação de recursos, para que as futuras gerações possam utilizá-los e desfrutá-los com os mesmos direitos das gerações atuais. Os seus princípios e dimensões podem ser aplicáveis em todos os tipos de destinos, a todo tipo de turismo, incluindo o turismo de massas (UNWTO, 2005).

De acordo com Pires (2002, p.122), são princípios e dimensões do turismo sustentável,

a sustentabilidade ecológica – o desenvolvimento deverá ser compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os recursos biológicos; Sustentabilidade cultural – o desenvolvimento deverá proporcionar ao homem mais controle de sua vida, ser compatível com a cultura e com os valores da população envolvida, manter e fortalecer a identidade da comunidade; Sustentabilidade económica – o desenvolvimento deverá ser economicamente eficiente e os recursos deverão ordenar-se de tal maneira que também sirvam às gerações futuras; Sustentabilidade local – o desenvolvimento tem por objetivo beneficiar as comunidades locais e sustentar a rentabilidade das empresas locais.

Do exposto pode-se então inferir que não é condição *sinequanone* que o turismo de massas seja um turismo irresponsável ou insustentável. Concordando com a opinião de Lima e Partidário (2002, p. 1),

o respeito pelos principais padrões de qualidade ambiental e cultural, em particular (...) o reconhecimento e promoção da identidade cultural dos destinos, a preservação das estruturas ecológicas fundamentais, a infraestruturização adequada e eficiente, a disponibilidade de serviços eficazes, a compensação por perda de determinados bens públicos e globais, (...), são condições que, a serem cumpridas, podem permitir níveis de sustentabilidade num contexto de turismo de massas.

Contudo, em função das suas características, o turismo de massas é frequentemente visto como exemplo de turismo causador de diversos problemas (Fennell, 2002). Krippendorf (2001, p.20) explica esse fenómeno ao referir que o “turismo de massas constituiu uma das formas de lazer mais marcantes, de maiores consequências e de

impactos menos controláveis” e, por isso, “criticado pelo facto de dominar o turismo dentro de uma região, por causa da sua orientação não local, e pelo facto de que muito pouco do dinheiro gasto ali, efetivamente, permanece no local e gera mais recursos” (Fennell, 2002, p.20).

Em síntese, a definição concetual de turismo sustentável leva a que se possa afirmar que o mesmo ultrapassa os limites dum segmento turístico, porquanto é transversal a todos os segmentos e tipologias de turismo, nomeadamente o ecoturismo.

Os pilares de sustentabilidade em que assenta são visíveis, por exemplo, nos próprios princípios e funções do ecoturismo: minimizar impactos¹² causados (físicos, sociais, comportamentais e psicológicos); construir uma consciência ambiental e cultural com base no respeito dos direitos e das crenças espirituais das comunidades recetoras; proporcionar experiências positivas para os visitantes e comunidades recetoras; gerar benefícios financeiros que diretamente sejam canalizados para a conservação dos recursos, para a melhoria da qualidade de vida das comunidades recetoras e empresas privadas existentes; oferecer experiências interpretativas memoráveis para os visitantes, contribuindo assim para que através da educação ambiental se amenizem conflitos políticos, ambientais e sociais dos países; reconhecer e trabalhar em parceria com as comunidades recetoras com o objetivo de as fortalecer na sua autossuficiência (TIES, 2015).

Partindo da opinião de Weaver (2001, p.54) que defende que o “turismo sustentável pode ser considerado basicamente como a aplicação da ideia de desenvolvimento sustentável para o setor do turismo”, e considerando que em determinados territórios, como os TI, em que a sustentabilidade do seu desenvolvimento assenta, em grande parte, na sua base territorial e endógena, torna-se então essencial para o seu

¹² Para Boo (1995), os impactos do turismo podem ser contabilizados através da relação custo/benefício potencial. O ecoturismo é um segmento turístico que, se por um lado, tenta minimizar os possíveis custos provocados pela sua atividade, por outro, tenta potencializa os benefícios causados com essa mesma atividade (criação de receita, criação de empregos, promoção de educação ambiental e consciencialização conservacionista).

desenvolvimento ter uma visão estratégia com forte enfoque no território, na gestão e na coesão social (Barbosa & Zamboni, 2000).

Segundo Samagaio (2000, p. 103), esta conceção de desenvolvimento passa a atender às especificidades de cada região, destaca a importância da ideia de que,

the small is beautiful e admite que todo o processo de desenvolvimento que se manifesta numa sociedade ou numa região, deverá começar pelo respetivo aproveitamento dos recursos materiais/imateriais e endógenos; deverá solicitar a intervenção ativa do poder local; deverá solicitar a participação da sociedade civil e deverá estar devidamente enquadrado num contexto de mudança social essencialmente entendido numa lógica de parcerias¹³.

O conceito de desenvolvimento tem implícita uma conceção desejável da mudança, num determinado grupo social, num determinado tempo e espaço. Visto desta perspetiva, é claro que o conceito espelha a necessidade de se considerar o desenvolvimento um processo dinâmico.

Neste sentido, Cater (1995, cit. in Weaver, 2001, p. 85) afirma que, com respeito à hierarquia espacial do turismo, “é interessante observar como a comunidade internacional se tornou cada vez mais envolvida com o ecoturismo, não só como uma forma de turismo sustentável, mas também pelo seu papel na contribuição para o desenvolvimento sustentável em geral”.

Cada um dos princípios e funções do ecoturismo, já anteriormente referenciados neste trabalho, são fundamentais para o sucesso global do ecoturismo no seu contributo para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente, para se conseguir atingir objetivos específicos que podem influenciar o seu sucesso ou fracasso.

¹³ A tentativa de alcançar o equilíbrio entre as necessidades das gerações atuais e a garantia de uma boa gestão dos recursos e de impactos, passou a designar-se por “desenvolvimento sustentável”. O termo foi usado pela primeira vez em 1972, no livro *The Limits to Growth* escrito por um grupo de cientistas americanos do MIT (Meadows, Meadows, Randers, & Behrens, 1972), no entanto, o mesmo só se popularizou após o lançamento do chamado Relatório Brundtland em 1987 (Weaver, 2001).

Se se conseguir atingir a maioria dos objetivos, então o ecoturismo torna-se um suporte adequado para a solução de um infundável temporal de debates ligados ao desenvolvimento sustentável (Tungchwal, 2001) e aos processos inter-relacionados, como por exemplo, os processos de ecodesenvolvimento.

2.3.1. Ecodesenvolvimento

Muitos dos debates relacionados com a temática do desenvolvimento sustentável e do ecoturismo levam-nos a refletir sobre o conceito de “ecodesenvolvimento” como base de operacionalização na implementação do ecoturismo. Este conceito foi introduzido por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo e amplamente estudado pelo economista Ignacy Sachs a partir de 1974 (Filho, 1993).

Sachs foi referido como ecossocioeconomista pela sua conceção de desenvolvimento que integrou uma convergência de crescimento económico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental (Filho, 1993). Há várias décadas “lançou alguns dos fundamentos do debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na convergência entre economia, ecologia, antropologia cultural e ciência política” (Miles, 2011, p. 95), hoje claramente contemporâneo no cenário de todas as mudanças ambientais, crises sociais e políticas mundiais.

Na sua definição Sachs, citado por Filho (1993, p.132), define ecodesenvolvimento como "desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e económicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio".

Esta definição deixa claro, desde logo, que o ecodesenvolvimento é um processo que tem por base preocupações com os aspetos económicos mas associados a necessidades sociais abrangentes, como a melhoria da qualidade de vida da população e o cuidado com a preservação ambiental. É o assumir o desenvolvimento como uma responsabilidade para com as gerações que se sucederão. Trata-se, portanto, de um “projeto de civilização, na medida em que evoca: um novo estilo de

vida; um conjunto de valores próprios; um conjunto de objetivos escolhidos socialmente e visão de futuro” (Sachs, 1981 cit. in Filho, 1993, p. 133).

Sachs (1981, cit. in Filho, 1993) identificou cinco dimensões associadas ao ecodesenvolvimento (cf. Quadro 1), que podem ser aceites como bases na operacionalização do ecoturismo: a preocupação com o bem-estar social, a solidariedade com as gerações futuras, a responsabilidade para com a conservação e gestão de recursos e, não menos importante, a valorização do ambiente como parte do processo de desenvolvimento.

Quadro 1| Dimensões e objetivos do ecodesenvolvimento

DIMENSÃO	COMPONENTES PRINCIPAIS	OBJETIVO
Sustentabilidade social	Criação de postos de trabalho que permitam um rendimento individual adequado, conseguindo-se assim melhores condições de vida e a melhor qualificação profissional; Produção de bens dirigidos para as necessidades básicas sociais.	Redução das desigualdades sociais.
Sustentabilidade económica	Fluxo permanente de investimentos públicos e privados; Uso eficiente dos recursos; Custos ambientais absorvidos pelas empresas; Endogeneização: contar com as suas próprias forças.	Aumento da produção de riqueza social sem dependência externa
Sustentabilidade ecológica	Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas. Prudência no uso de recursos não renováveis; Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de recursos naturais renováveis; Redução da intensidade energética e conservação de energia; Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos; Cuidados ambientais.	Qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações.
Sustentabilidade espacial ou geográfica	Descentralização espacial de atividades e da população; Descentralização do poder local e regional; Procura duma relação equilibrada entre cidade e campo equilibrada (benefícios centrípetos).	Evitar excesso de aglomerações.
Sustentabilidade cultural	Soluções adaptadas a cada ecossistema; Respeito pela formação cultural comunitária (Respeito pelas especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local).	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo.

Fonte: adaptado de Filho (1993)

2.4 Operacionalização do ecoturismo – possíveis indicadores

Se algum consenso pode ser alcançado em relação ao que é o ecoturismo e o que pretende fazer, o desafio seguinte é tentar a operacionalização do conceito em territórios específicos, em particular nesta investigação, nos TI. Por outras palavras, é aclarar como deve ser feito, conseguir identificar pontos fortes existentes, pontos fracos e potencialidades a serem exploradas, à luz de determinados objetivos e indicadores.

Autores como Kusler (1991), Moore (1991) e Boo (1992), citados por Ross e Wall (1999), têm sugerido princípios orientadores que, segundo os mesmos, são um fio condutor de como o ecoturismo se deve desenvolver para ser verdadeiro ecoturismo. Contudo, devido à multiplicidade de variáveis interrelacionadas envolvidas, conseguir incluir todos os aspetos e implicações do ecoturismo é quase uma utopia (Ross & Wall, 1999).

Embora não exista nenhum método padrão abrangente para avaliar as potencialidades de um local de ecoturismo, várias abordagens que avaliam a realização dos objetivos através de indicadores mensuráveis provaram ser úteis.

Seguindo a abordagem de Wallace e Pierce (1996), uma análise das possíveis interações existentes, ou com potencial de existirem, entre os recursos naturais, as comunidades locais e o turismo, através de indicadores relevantes, tendo por base a consulta às partes interessadas (*stakeholders*), pode ser um bom ponto de partida para avaliar as potencialidades de um território para a prática ecoturística. Os mesmos autores alvitraram possíveis indicadores (cf. Quadro 2) que, neste estudo, se consideraram relevantes para delimitar o estudo empírico.

Vários outros indicadores poderão e deverão ser considerados na avaliação das potencialidades de um território, nomeadamente, na avaliação de impactos sociais e biofísicos do turismo, da estimativa de capacidade de carga (limites de variação aceitável), na análise custo-benefício e na gestão de impactos/visitante (Wallace & Pierce, 1996), uma vez que é sabido que, projetos de ecoturismo planeados de forma negligente ou mal implementados podem, facilmente, tornar-se projetos de turismo

que não cumprem o princípio universal da sustentabilidade. No entanto, atendendo aos objetivos deste estudo, estes consideram-se fora do nosso âmbito.

Quadro 2| Objetivos/Variáveis de avaliação das potencialidades de um território

OBJETIVO (s)	EXEMPLOS DE VARIÁVEIS QUE INDICAM REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS
1. Aumento de benefícios socioeconómicos	<ul style="list-style-type: none"> -Aumento das oportunidades de emprego; -Distribuição local das receitas de turismo; -Melhoria da infraestrutura local (transporte, comunicações, acesso e disposições de bens e serviços); -Melhoria do acesso aos benefícios sociais (por exemplo, saúde, educação); -Melhoria das relações interculturais (por meio de interações positivas de acolhimento turístico); -Criação de capacidades locais para a autossuficiência, descentralização e responsabilização local.
2. Prestação de serviços de educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> -Aprendizagem passiva e ativa através de serviços de interpretação em áreas protegidas ou local de ecoturismo; -Envolvimento e participação das comunidades locais; -Projetos de educação ambiental ou serviços e programas interpretativos; -Maior conscientização e apreciação da natureza (valores de transformação) para os visitantes e moradores locais.
3. Conservação dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> -O dinheiro gerado a partir de receitas do turismo contribui para a manutenção e proteção dos recursos; -A proteção tem por base a participação de interessados em ecoturismo e conservação (através de doações ou através da participação ativa). (Maximizado se os objetivos 1, 2 e 4 forem atingidos)
4. Oferecer experiências positivas e de qualidade	Se os objetivos 1-3 forem atingidos
5. Promoção de políticas ambientais	<ul style="list-style-type: none"> -Visitantes e comunidades locais apoiam a conservação dos recursos devido à alteração de valores, estimulada pelas experiências positivas com a natureza e pelo alcance dos objetivos 1-5

Fonte: adaptado de Ross e Wall (1999)

2.5. Síntese

Este capítulo tentou esclarecer a relação entre ecoturismo e outros segmentos de turismo que, por norma, são associados ao ecoturismo. Ao resumir essas relações, dois padrões distintos são aparentes. A associação dos termos “turismo na natureza” e “turismo sustentável” com o ecoturismo é uma sobreposição. Esta sobreposição permitiu neste capítulo apresentar as características distintivas em que cada termo é definido.

No entanto, “ecoturismo” não é um conceito simples de definir, nem um fenómeno simples de implementar e avaliar. Considerado como um segmento turístico que, para além de ter por base a natureza, é um meio de combinar os objetivos de

conservação de recursos e desenvolvimento local de forma sinérgica, necessita, no entanto, aquando da sua operacionalização, de planeamento e gestão adequadas para assegurar que as metas de desenvolvimento não interferem com os seus objetivos.

O ecoturismo, enquanto segmento turístico, deve ser operacionalizado sob as premissas de que, entre outros aspetos, os recursos são finitos e a sua apreciação e proteção podem ser promovidas através da educação, de fontes complementares de rendimento do turismo e da participação ativa da população local. Cada um dos princípios e funções do ecoturismo são fundamentais para o sucesso global do seu contributo para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente, para se atingirem os seus objetivos que podem influenciar o sucesso ou fracasso do processo de ecodesenvolvimento.

Muitos processos inter-relacionados influenciam o potencial e sucesso do ecoturismo dentro de um determinado território, os *stakeholders* do ecoturismo foram destacados neste papel.

Embora não exista nenhum método padrão abrangente para avaliar as potencialidades de um local de ecoturismo, várias abordagens que avaliam a realização dos objetivos através de indicadores mensuráveis provaram ser úteis. No quadro de variáveis apresentado (cf. Quadro 2) para orientar o trabalho de campo, evidencia-se de que forma as relações de sinergia entre recursos, populações locais e turismo podem ser alcançadas.

Não existem benefícios automáticos associados ao ecoturismo, o seu êxito depende de um bom planeamento, de uma boa gestão e, tão ou mais importante a considerar, da natureza multisectorial dos *stakeholders* deste segmento de turismo.

Projetos de ecoturismo planeados de forma negligente ou mal implementados podem, facilmente, tornar-se projetos de turismo que não cumprem o princípio universal da sustentabilidade. Esta reflexão leva-nos no próximo capítulo, ao grande tema a ser discutido: o do potencial turístico para a *ecoclusterização*, enquanto modelo que estimula a interação e sinergias entre os seus elementos.

CAPÍTULO III | Uma análise ao *cluster* turístico - *Ecoclusterização*

3.1 Nota introdutória

Na década de 90, Michael Porter, considerado o autor de maior influência na composição estrutural do conceito de *cluster*¹⁴, confirmou que a concentração geográfica de empresas congéneres conduzia à obtenção de “vantagens competitivas para as organizações nela inseridas e para a região como um todo” (Pires, Carvalho, Donaire, & Gaspar, 2013, p. 158).

Este mesmo autor, passou a denominar esta concentração geográfica de empresas com o termo clássico de *cluster*. Contudo, a concentração geográfica de empresas afins num determinado território, tem dado origem, frequentemente, ao uso indiscriminado do termo *cluster* aquando da sua avaliação.

Usando a literatura existente como ponto de partida, verifica-se que a maioria dos estudos de identificação de *clusters* têm como base de análise indicadores de aglomeração - quocientes de localização, coeficientes de especialização - ou pareceres de peritos (Santos, 2007). Não obstante a riqueza e contributo desses estudos, constata-se que os mesmos tendem a negligenciar pontos fundamentais do conceito de *cluster*, tais como a interação e cooperação entre *stakeholders* e o uso das vantagens competitivas naturais de forma sustentável.

Tendo por base que o produto turístico é um bem social, ponderando que é direcionado para a satisfação das necessidades sociais dos turistas, do meio ambiente e dos meios de comercialização (Corona-Armenta et al., 2012), considera-se fundamental, neste estudo, que todos os *stakeholders* envolvidos tenham capacidade de se juntar em prol de objetivos e diretrizes capazes de sustentar a atividade económica e, ao mesmo tempo, garantir que o meio ambiente e as populações locais não são afetadas negativamente.

¹⁴ Alfred Marshall, economista inglês, já em 1925 tinha descrito as vantagens existentes para uma região, na qual existisse uma concentração de empresas afins, dedicadas a uma determinada atividade ou produto (Pires et al., 2013).

Dado que o conceito de *cluster* é usado frequentemente como conceito “guarda-chuva” que representa diversos ambientes empresariais, o objetivo deste capítulo é destacar a relevância do referencial conceitual de *cluster*, apresentando algumas definições, estudos de caso e representação gráfica de *cluster* que permitem clarificar e identificar as especificidades dos *clusters* turísticos e em particular ecoturísticos.

Procurar-se-á analisar as contribuições que têm por base teorias diferenciadas daquelas que integram o designado “modelo porteriano”, bem como as que o têm como base e tragam algum aspeto distintivo no seu enquadramento.

Por fim, apresentamos uma metodologia que auxiliará na visualização das potencialidades de uma região para a *ecoclusterização*. As referências e citações apresentadas nesta base concetual proporcionam a procura de fundamentação para que se compreenda o estado da arte e orientem a pesquisa.

3.2 Conceito de *cluster* turístico

Ao iniciar o estudo da temática de *clusters*, várias definições do conceito surgem de imediato. A considerada clássica e generalista, foi disseminada a partir dos trabalhos do especialista norte-americano Michael E. Porter e resume a essência dessa metodologia de gestão adotada por diferentes setores da economia em diversos países.

Porter, em “Competição: Estratégias Competitivas Essenciais” (1999, p. 211), definiu *cluster* como “agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares”.

Guaiato (2013) refere que os *clusters* afetam a competição entre os *stakeholders* que o integram, nomeadamente, aumentam a produtividade das empresas, indicam uma direção e o ritmo de inovação que permite, a longo prazo, sustentar a própria produtividade e estimulam o início de novas atividades e conseqüentemente, de novas empresas que irão sustentar o próprio *cluster*.

No entanto, Silva (2004, p.8) salienta que esta definição e o modelo que se tornou generalizadamente conhecido como o “diamante competitivo” de Michael Porter não pode ser aplicado diretamente ao turismo pelo seu “enfoque marcadamente empresarial”. Evidência disso é que, ao longo dos tempos, autores como Montfort Mir e Mário Beni, constataram que havia necessidade de adaptar o conceito clássico de *cluster* de Michael Porter às particularidades da atividade turística “tendo em vista que o turismo é uma atividade produtiva bastante distinta das demais” (Silveira, 2005, p.132), com características intersectoriais e relações com outros ambientes, culminando na formação de um sistema amplo, heterogéneo e aberto¹⁵.

Na sua definição, Monfort (2000, p. 46) salienta os elementos e as especificidades de um *cluster* e de acordo com o modelo de Porter, no qual se baseia, exprime-o como,

um conjunto complexo de diferentes elementos, entre os quais se encontram os serviços prestados por empresas ou negócios turísticos (alojamento, restauração, agência de viagens, parques, etc.); a riqueza que proporciona a experiência das férias de um turista; o encontro multidimensional entre empresas e indústrias relacionadas; as infraestruturas de comunicação e transporte; as atividades complementares (dotação comercial, tradição em feiras, etc.); os serviços de apoio (formação e informação, etc.); e os recursos naturais e as políticas institucionais.

Beni (2003, p. 74) amplia o conceito e passa a evidenciar a coesão e cooperação entre os *stakeholders*. Segundo o autor, a diversificação de recursos naturais e patrimoniais constitui o elemento que vai determinar as vantagens competitivas e comparativas numa região. O autor menciona a definição de *cluster* turístico como,

um conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado dotado de equipamentos e serviços de qualidade, de eficiência coletiva, de coesão social e política, de articulação da cadeia produtiva e cultura associativa, e com excelência gerencial em

¹⁵ O produto turístico só se materializa se existir uma heterogeneidade de atividades e serviços que formem um composto amplo.

redes de empresas que geram vantagens estratégicas comparativas e competitivas.

Nessa perspetiva, Cunha e Cunha (2005, p.50) referem que um *cluster* turístico é uma tipologia de *cluster* com “caraterísticas específicas da atividade”, pelo facto do produto oferecido estar “vinculado à sua base local e à ação conjunta de um aglomerado de empresas vinculadas aos produtos turísticos da região”. Os autores enriquecem assim o conceito ao incluírem nela novas caraterísticas de territorialização.

Castro (2006, p.30), endossa a ideia ao afirmar que o “fulcro da relação geográfica e turismo é o facto do deslocamento espacial se situar no centro da prática social do turismo, uma vez que os produtos turísticos são consumidos *in situ*, e a procura é que se desloca”.

A abordagem de Silveira (2005, p.133), reforça a ideia de que a implantação de um *cluster* de turismo deve ter por base “uma visão integrada em termos territoriais e articulada em termos sociais e políticos”, ou seja, uma visão baseada nos princípios e dimensões da sustentabilidade (económica, social, cultural, política, ambiental e espacial).

De facto, apesar do turismo ser um fenómeno multidisciplinar que engloba variadas dimensões, a territorialidade é uma dimensão aglutinadora, não só porque o setor tem como base a deslocação entre territórios, mas também por ser uma atividade que pode modificar espaços, sendo assim responsável por novas territorialidades (Rodrigues, 2001).

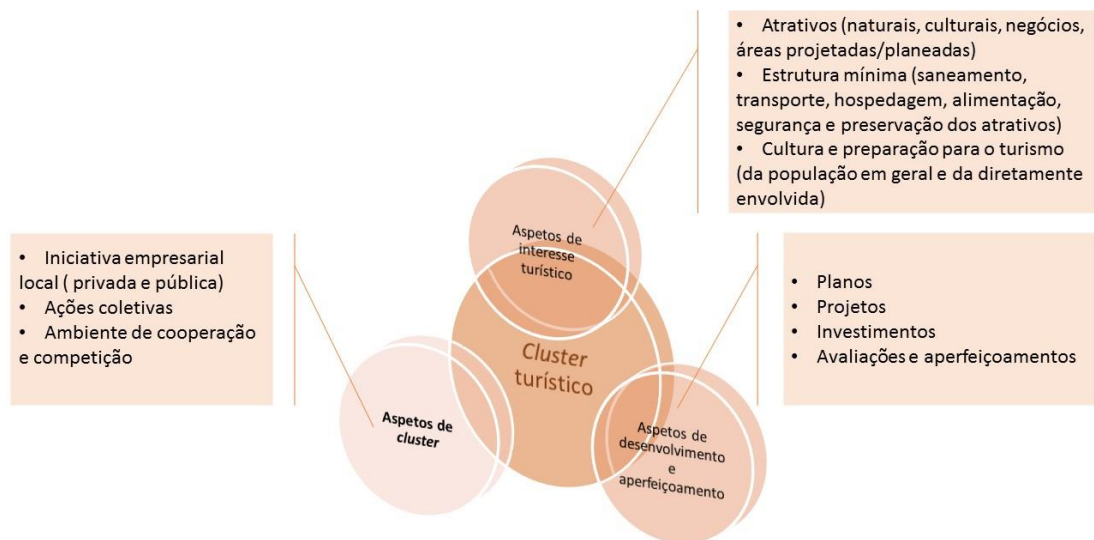
3.3 Modelo auxiliar de identificação de um *cluster* turístico

Procurando legar uma contribuição na área de serviços turísticos, Martins e Sicsú (2005) propuseram um modelo que, segundo os autores, proporcionará identificar as potencialidades de uma região para a *clusterização* turística.

Ainda segundo os mesmos autores, este modelo é de fácil aplicação, tendo em conta que todos os conjuntos de aspetos propostos para além de contemplarem o conceito

clássico e generalista, disseminado a partir dos trabalhos de Michael Porter, contemplam também fatores de interesse turístico e aspetos de estratégia e desenvolvimento que podem ser verificados por diversos meios de observação.

O modelo proposto (cf. Figura 2) considera três conjuntos de aspetos a serem analisados - interesse turístico, *cluster*, sobrevivência e desenvolvimento de *cluster* - em que cada conjunto integra fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística de uma região.



Fonte: elaborado pela autora do estudo com base em Martins e Sicsú (2005)

Figura 2| Modelo auxiliar de identificação de um *cluster* turístico

O primeiro conjunto – aspetos de interesse turístico – engloba tudo aquilo que alicia os turistas/visitantes, salientando-se os atrativos, infraestruturas básicas e a receptividade da população local. Nunca poderemos ignorar o facto de que, para além de uma boa qualificação, das interdependências e alianças dos *stakeholders* diretamente ligados à atividade turística, será necessário ter uma boa aceitação da atividade por parte da população local, ou seja, terá que existir “a cultura do turismo”

(Martins, 2005, p. 54) para que todos se possam sentir integrados na atividade e com isso, todos terem vontade própria de cuidar do que sentem como seu.

O segundo conjunto – aspetos de *cluster* – engloba alguns itens que, inexoravelmente, caracterizam uma região como *cluster*. Devem ser observadas neste grupo todas as interatividades que possibilitam aos grupos de *stakeholders* atingir bons resultados e conseqüentemente uma melhoria económica. Empresas e instituições devem procurar a inovação como forma de poder satisfazer a procura, devem ser competitivas, eficientes, concretizar atividades e projetos que permitam o envolvimento de todos, criar mecanismos de socialização e troca de informação que possibilite a existência de interatividade e negociações mútuas e permita também promover um clima de cooperação “para que com isso se alcance e aumente a competitividade de todos, tornando o ambiente extremamente propício ao desenvolvimento de bons negócios no setor da sua atividade e áreas correlatas” (Martins, 2005, p. 55).

Por último, o terceiro conjunto – aspetos de sobrevivência e desenvolvimento de *cluster* – caracteriza-se pela criação de ferramentas de gestão estratégica de *cluster* (organizadas e coordenadas quer por iniciativa pública quer privada) que sustentem a sua sobrevivência e desenvolvimento.

Os diversos aspetos que aqui se analisam são de grande utilidade para auxiliar no processo de identificação das potencialidades de uma região para a *ecoclusterização*. No entanto, e atendendo aos objetivos deste estudo, a análise do terceiro conjunto de aspetos considera-se fora do seu âmbito. As informações obtidas com a visualização dos dois primeiros conjuntos de aspetos – interesses turísticos e *cluster* – subsidiarão o processo de superação do objetivo principal desta dissertação e poderão resultar no fortalecimento do turismo da região em estudo.

3.4 Representação gráfica e descrição do modelo de *cluster* de turismo de natureza

Segundo Silva (2004, p.444), “quanto mais ampliada for a dimensão do *cluster*, mais abstrata a sua referência espacial, assumindo o conceito apenas uma utilidade didática de teorização”. Para uma consistente aplicação do conceito para efeito de estudo dos seus enlances funcionais, institucionais e territoriais, “menor deverá ser sua dimensão territorial de referência e mais restrito o seu enquadramento teórico”.

Concordando com o autor, considera-se assim relevante para delimitar o estudo empírico desta dissertação, seguir o modelo auxiliar de identificação de *clusters* proposto por Martins e Sicsú, através do qual é possível visualizar as potencialidades de uma determinada região para a *ecoclusterização*. Assumimos, assim, neste trabalho, que o estudo dos recursos e atrativos de um território, bem como a sustentabilidade e o enfoque social, são um dos instrumentos importantes para entender as suas potencialidades para a *ecoclusterização*, destacando-se assim o território.

Cada anel representa uma característica a ser estudada na avaliação das potencialidades existentes para a formação de um *cluster* turístico e, em particular, ecoturístico, através do levantamento de dados quantitativos e qualitativos relevantes tendo como foco os municípios estudados da CIM RC.

3.5 O *cluster* ecoturístico

À primeira vista o conceito de *cluster* ecoturístico e as suas especificidades não caracteriza uma abordagem totalmente distinta da e dos que lhe inspiraram, ou seja, do conceito porteriano e generalista já referido anteriormente com acréscimos provenientes das definições de Montfort Mir e Mário Beni.

Contudo, pela necessidade de adaptação do conceito clássico de *cluster* às particularidades da atividade ecoturística é importante neste ponto relembrar e considerar alguns aspetos e a própria essência deste segmento turístico, para que se logre identificar a distinção de um *cluster* ecoturístico.

O primeiro aspeto a considerar é que, nesta tipologia de *cluster*, o ecoturismo afigura-se como “peça-chave” e núcleo do *cluster*, do qual faz parte integrante, sendo indissociável o capital natural, cultural e humano das localidades recetoras.

Deve ainda considerar-se que, apesar de existir uma importante diversidade de realidades da atividade turística, o universo de definições e conceitos de ecoturismo, já amplamente apresentados no capítulo dois, onde se identificaram os princípios éticos e as particularidades que lhe estão subjacentes, permite-nos postular uma primeira característica distintiva em um *cluster* ecoturístico, é que a “interação entre os agentes tem por missão principal assegurar a sustentabilidade da exploração dos recursos que inicialmente eram apenas uma vantagem competitiva natural” (Barbosa & Zamboni, 2000, p. 7).

Deverá ser a interação entre os *stakeholders* a possibilitar “a otimização no uso das vantagens competitivas naturais de forma sustentável” (Barbosa & Zamboni, 2000, p. 7) em oposição aos *clusters* turísticos meramente empresariais, em que a construção de vantagens competitivas tem por base “as inovações que possibilitam a redução de custos ou a diferenciação como estratégias para conquistar o mercado” (Barbosa & Zamboni, 2000, p. 7).

Não descurando, no entanto, a importância do desenvolvimento de novos produtos ecoturísticos pelos *stakeholders* deste segmento turístico, devemos aqui também lembrar o carácter distintivo do mesmo em relação a segmentos turísticos que têm a natureza como base, nomeadamente, o facto de o ecoturismo possuir uma orientação educacional (Fennell, 2002) que lhe confere a particularidade de conseguir, direta ou indiretamente, influenciar a construção de uma nova filosofia de vida.

Desse modo, enfatiza-se a ideia de Barbosa e Zamboni (2000), segundo a qual a *clusterização* do ecoturismo ou *ecoclusterização*, em determinados territórios em que a competitividade e sustentabilidade do desenvolvimento turístico assenta, em grande

parte, na sua base territorial e endógena, requer uma visão estratégia com forte enfoque na coesão social¹⁶ e num estudo eficaz da base de valores existentes.

Salienta-se, que como em toda a tipologia de *clusters*, as relações existentes entre os grupos de *stakeholders* que o integram, oscilam entre o conflito e a cooperação, prevalecendo, no entanto, na *ecoclusterização*, as relações de cooperação, por efeito das características do perfil dos ecoturistas e dos valores de educação e preservação ambiental inerentes a esta tipologia de *cluster*.

3.5.1 *Clusters* ecoturísticos – Tendências de formação e boas práticas

No seminário internacional “*Ecoturismo: políticas locais para oportunidades globales*”, realizado em Santiago do Chile no ano de 2001, um grupo de investigadores internacionais apresentou alguns estudos e experiências considerados casos interessantes de *clusters* com base no ecoturismo. Consideramos que no âmbito deste trabalho, a sua análise e descrição sumária, traz um aporte qualitativo à compreensão do tema, no sentido de que, à luz dos mesmos, se pode ainda atualmente demonstrar os interesses subjacentes neles incluídos.

Neste seminário Cecilia Montero e Constanza Parra (2001), expuseram o seu estudo intitulado “*El cluster del ecoturismo en San Pedro*”, no qual apresentaram os resultados sobre a possibilidade de desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo no deserto, nomeadamente no deserto Chileno, na cidade de San Pedro de Atacama (SPA). Neste estudo as autoras analisaram o estado de desenvolvimento do tecido produtivo que sustenta a atividade ecoturística, o seu potencial económico e as condições socioeconómicas e políticas necessárias para o desenvolvimento do mesmo.

Analisando o estudo, podemos afirmar que a localidade de San Pedro de Atacama é uma evidência estatística de como em menos de uma década uma pequena localidade

¹⁶ Fundamentalmente, a coesão social corresponde a um acesso equilibrado da população aos frutos do progresso económico, traduzidos, entre outros, em níveis acrescidos de escolaridade e esperança média de vida.

agrícola, encaixada no deserto chileno, se pôde desenvolver e acompanhar o crescimento mundial do turismo. O que ocorreu nesta localidade é um exemplo claro de um compromisso entre o local e o global, em que uma pequena localidade e a sua comunidade se integraram no circuito global do turismo.

Apesar de, á data, apresentar potencial para oferecer um turismo de qualidade e atrativo e se encontrar em plena fase de desenvolvimento, ainda apresentava claras deficiências de regulamentação e gestão que inviabilizavam o envolvimento de todos os *stakeholders* na resolução dos vários conflitos sociais existentes (diminuição da tranquilidade da população local, deterioração dos atrativos naturais e culturais).

Neste contexto, Montero e Parra (2001) concluíram que na última década em San Pedro de Atacama foi criado um novo cenário social com o desenvolvimento do turismo, composto pela existência de múltiplos *stakeholders* e caracterizado pela presença de múltiplos conflitos e pressões, mas que, sem dúvida, se tornou “uma fonte de novas oportunidades de desenvolvimento e novos desafios” (Montero & Parra, 2001, p.113).

Um dos desafios referidos vai no sentido de conduzir um processo participativo que envolva todos os *stakeholders* que culmine na formação de redes de capital social/território e no reforço de parcerias e de cooperação entre as instituições públicas e o sector privado (Montero & Parra, 2001).

Não podemos aqui deixar de lembrar que nas práticas ecoturísticas, é fundamental a formação de uma consciência ambiental que seja compartilhada por todos os envolvidos,

não há sustentabilidade de um *cluster* se a forma como se relaciona com a natureza (...) levar a um uso da base de recursos renováveis e não-renováveis que venha a comprometer os níveis de produtividade económica e de bem-estar social das futuras gerações. (...) Nesse sentido, um *cluster* poderá se tornar autofágico se não souber lidar (...) com as relações comunitárias e (...) ambientais em sua área de influência (Dall’Acqua, 2003 cit. in Silva, 2004, p. 228).

Ainda neste seminário os autores Barbosa e Zamboni deram a conhecer o seu estudo intitulado “*La formación de un cluster en torno al turismo de naturaleza sustentable en Bonito, Brasil*”. Este estudo documenta uma experiência bem-sucedida e ilustrativa de como o potencial económico do ecoturismo contribui decisivamente para o desenvolvimento de localidades com poucas oportunidades de crescimento que não sejam as ligadas, direta ou indiretamente, ao setor do turismo (Barbosa & Zamboni, 2001).

Nesta área rural adjacente ao Pantanal Brasileiro, na serra de Bodoquena, em Mato Grosso do Sul, município de Bonito, os autores avaliaram a importância económica do ecoturismo e as políticas públicas locais que têm sido fundamentais para o crescimento do segmento ecoturístico no local, descrevendo as transformações económicas e socioculturais que existiram na última década.

O designado “*Cluster de Bonito*” é um *cluster* que nasceu de forma espontânea na década de 90 e que transformou, não só a economia, mas também a sociedade local. Prova disso é que, ao longo dos anos, o declínio das atividades do setor primário (agricultura) e o gradual interesse dos visitantes pelos recursos naturais da região, foram aumentando as atividades ligadas ao setor secundário e de serviços, em particular ligadas à atividade turística, foram criadas ferramentas capazes de qualificar a população o que, subsequentemente, transformou e configurou o espaço com população carateristicamente distinta de outrora.

Ainda segundo as autoras do estudo, à data, Bonito apresentava-se como um *cluster* de ecoturismo potencial em que se podia encontrar em torno das atividades turísticas fatores de competitividade naturais de qualidade superior bem como fatores de competitividade de nível macroeconómico suficientes, com grande número de instituições de apoio. No entanto, ao nível dos fatores de competitividade de nível microeconómico (empresas, associações) estes ainda se configuravam insuficientes, não só devido à falta de prática associativa, mas também da capacidade empreendedora e tempo de emergência do turismo no local. Neste contexto, Barbosa e Zamboni (2001) concluíram que para alcançar o objetivo central era ainda necessário definir estratégias que contribuam para o fortalecimento de um ambiente

de eficiência assim como a promoção da otimização do uso dos recursos naturais na região de forma sustentável.

A experiência de Monteverde, Costa Rica, apresentada pelos autores Acuña, Céspedes e Mejías (2001), apresenta-nos uma tipologia de *cluster* distinta das supra citadas. Este *cluster* nasceu pelo interesse da comunidade científica internacional no estudo da biodiversidade da Reserva Biológica Floresta Monteverde Cloud. Posteriormente, os estudos científicos da área atraíram visitantes/turistas e como forma de dar resposta a essa procura iniciaram-se as primeiras atividades ligadas ao turismo.

Mas, segundo os autores, Monteverde apresentou desde sempre variados atrativos que ultrapassam a singularidade dos recursos naturais mundialmente reconhecidos. A comunidade local rural foi uma “peça-chave” e mais-valia para o *cluster*, porquanto esta apresenta-se no estudo como uma comunidade empreendedora e próspera, que conseguiu ao longo dos tempos conciliar os seus objetivos de desenvolvimento socioeconómico com a preservação do seu ambiente e recursos naturais.

A força deste *cluster* está na importância que a população deu à conservação do meio ambiente local. Com o vigoroso empenho de uma cultura conservacionista e ambientalista, a comunidade local exerceu uma forte pressão sobre vários grupos de *stakeholders*, nomeadamente sobre os empresários, que assim sentiram necessidade de inovar investindo em novos sistemas e equipas que melhoraram a gestão ambiental das suas empresas. O espírito conservacionista tornou possível criar oportunidades de emprego e, subsequentemente, um aumento do rendimento associado ao desenvolvimento do turismo. Este desenvolvimento permitiu que, Monteverde se tornasse um destino turístico atraente para vários investidores, o que tem levado à melhoria nos serviços comunitários, ainda que, à data, segundo os autores, insuficientes, em face do crescimento rápido da população e de uma crescente procura turística na área.

No entanto, Acuña et al. (2001), constataram que apesar da crescente procura turística ter levado a que se tenham verificado vários impactos ambientais e

socioculturais na área, pelo que, segundo os mesmos, “a reconstrução inicial da capacidade de organização da comunidade depende da acumulação destes impactos não causarem deterioração na qualidade e desempenho do *cluster*” (2001, p. 172), a rivalidade existente entre os *stakeholders* do *cluster* deu origem a processos de inovação, que por si, têm dado origem a novos atrativos naturais que, para além de promoverem uma melhoria de vida da população, também induziram a um reforço de práticas conservacionistas das riquezas naturais, diminuindo a pressão sobre a capacidade das mesmas, e assim permitir a preservação de recursos que são escassos e finitos.

Com base no aqui exposto e nos resultados apresentados nos estudos citados, podemos postular que a tendência de formação dos *clusters* ecoturísticos é espontânea e que estes são ferramentas vantajosas quer a nível interno, quer externo.

Prova disso é que a inovação, não só na criação do próprio *cluster* (que por si só já pode ser considerado como tal) mas também a conceção de produtos inovadores permitem comunicar com o exterior, onde a procura se tornou, ao longo dos anos, mais exigente, sensível e recetiva a este tipo de segmento turístico.

É sabido também que um *cluster* nas suas díspares fases de crescimento necessita de se consubstanciar, nomeadamente através de acordos e legislação que permita a sua estruturação pela ação dos vários *stakeholders* que nele operam.

3.6 Síntese

Ao visualizar as características do *cluster* turístico, é esperado que o mesmo evidencie uma forte interação entre os seus *stakeholders*, que a sua formação tenha como base especificidades e valores endógenos singulares que possam ser potencializados, quer pela iniciativa privada, quer pela iniciativa pública ou mesmo público-privada (tendo por base uma filosofia de sustentabilidade), conseguindo assim a satisfação da procura cada vez mais exigente e o desenvolvimento de novas vantagens competitivas para as organizações e regiões.

O conceito de *cluster* ecoturístico e as suas especificidades não caracteriza uma abordagem totalmente distinta da ideia original associada ao conceito porteriano e

generalista, com acréscimos provenientes das definições de Montfort Mir e Mário Beni pela necessidade de adaptação do conceito clássico de *cluster* às particularidades da atividade turística, em que o ecoturismo é a peça-chave e o núcleo do *cluster* do qual faz parte integrante o capital natural, cultural e humano das localidades recetoras.

A importância do desenvolvimento de novos produtos ecoturísticos pelos *stakeholders* deste segmento turístico permitiu-nos lembrar o carácter distintivo em relação a segmentos turísticos que têm a natureza como base, nomeadamente, o facto de o ecoturismo possuir uma orientação educacional que lhe confere a particularidade de conseguir, direta ou indiretamente, influenciar a construção de uma nova filosofia de vida.

Num *cluster* ecoturístico é fundamental a formação de uma consciência ambiental que seja compartilhada por todos os envolvidos. Desse modo, enfatiza-se que a *clusterização* do ecoturismo ou *ecoclusterização*, em determinados territórios em que a competitividade e sustentabilidade do desenvolvimento turístico assenta, em grande parte, na sua base territorial e endógena, requer uma visão estratégia com forte enfoque na coesão social e num estudo eficaz da base de valores existentes.

Corroborando o pensamento expresso por Barbosa e Zamboni (2000), assumimos neste trabalho que o estudo dos recursos e atrativos de um território, bem como a sustentabilidade e o já referido enfoque social, são um dos instrumentos importantes para entender as suas potencialidades para a *ecoclusterização*.

Considera-se relevante para delimitar o estudo empírico deste trabalho, seguir um modelo auxiliar de identificação de *clusters* de turismo, através do qual seja possível visualizar as potencialidades de uma região para a *ecoclusterização*.

Com o fim de apresentar uma metodologia de representação gráfica e descrição do *cluster* ecoturístico, recorreremos ao modelo proposto por Martins e Sicsú (2005) que, segundo os autores, proporcionará identificar as potencialidades de uma região para a *clusterização* turística.

O modelo proposto considera três conjuntos de aspetos a serem analisados - interesse turístico, *cluster*, sobrevivência e desenvolvimento de *cluster* - em que cada conjunto integra fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística de uma região.

PARTE II | ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO IV | METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

4.7 Nota introdutória

Com base na revisão da literatura feita nos capítulos anteriores, aprofundámos os conceitos de ecoturismo, qualificámos a importância da atividade e salientámos as suas potencialidades como ferramenta de desenvolvimento (Capítulo II). No âmbito do estudo da temática da *ecoclusterização*, foi apresentada a sua relevância, as especificidades dos *clusters* de turismo e em particular as de ecoturismo (Capítulo III).

Uma boa pesquisa é a chave para o desenvolvimento de uma base de conhecimento credível, pelo que depois da abordagem em torno das áreas de estudo associadas ao objetivo geral e específicos deste estudo, descrevem-se neste capítulo os procedimentos metodológicos associados à investigação empírica.

Neste capítulo serão apresentados os métodos, técnicas e tipologia de dados utilizados bem como os objetivos, dimensões, universo e amostra do estudo. Será também apresentado o instrumento de recolha de dados primários e o modelo empírico da investigação.

4.2 Método e técnicas

A “escolha da metodologia de investigação deve fazer-se em função da natureza do problema a estudar” (Craveiro, 2007, p. 203) e a decisão de realizar um estudo qualitativo ou quantitativo depende da contribuição potencial de um ou outro método para responder ao problema de investigação.

O *cluster* de ecoturismo é considerado um *cluster* “emocional” que assenta em “perceções e sensações” dos vários *stakeholders* que o compõem (Lorga, 2014, p.15), o que nos impeliria de imediato a adotar uma pesquisa qualitativa, que se preocuparia “mais com a compreensão e a interpretação sobre como os factos e os fenómenos se manifestam do que em determinar causas para os mesmos” (Craveiro, 2007, p. 203). No entanto, e segundo a mesma autora, uma pesquisa qualitativa não permite “estabelecer leis gerais – pressupostos de uma perspectiva de investigação positivista” (p. 204) que se pretende adotar neste estudo.

Em contraste com a perspetiva qualitativa, em que a construção da realidade é percebida como um ato subjetivo (Kovacs, et al., 2012), surge a investigação quantitativa, baseada no paradigma positivista - paradigma caracterizado “pela unidade do método científico, o caráter eminentemente empírico, e isenção de valor do pesquisador” (Kovacs et al., 2012, p.21) - e que tem como “objetivo explicar a ocorrência de um determinado fenómeno baseada em números para tentar representar uma realidade observada” (Kovacs, et al., 2012, p.22), conseguindo-se com a sua aplicação “a supremacia da racionalidade em que os números são representativos de opiniões, conceitos e sensações” (Kovacs et al., 2012, p.21) que permitem fornecer índices que podem ser comparados.

Do exposto, assume-se que a aplicação de uma metodologia quantitativa será a mais adequada para identificar, caracterizar e avaliar os processos e os fenómenos essenciais à problemática deste estudo.

No processo de amostragem considera-se importante ter por base técnicas probabilísticas, considerando-se as mais adequadas ao presente estudo a amostragem por *cluster* e a amostragem multietapas. Na primeira a população é dividida em grupos ou *clusters*, selecionados aleatoriamente entre a população a estudar, sendo que cada um dos grupos é representativo da população total (Martins, 2009). Esta técnica inicia-se pela seleção aleatória de alguns dos grupos importantes para o estudo e em seguida, incluem-se na amostra todos os indivíduos pertencentes aos grupos selecionados. Não é necessário existir uma listagem completa dos elementos da população a estudar, basta apenas que se disponha de uma listagem dos grupos selecionados (Martins, 2009). Na amostragem multietapas seleciona-se, em primeiro lugar, uma amostra por *clusters* e posteriormente pode-se, ou não, realizar uma segunda etapa na qual são escolhidos aleatoriamente alguns elementos dos *clusters* selecionados na fase anterior, ou selecionar novos clusters até se chegar às unidades essenciais (Martins, 2009). Assim, neste estudo considera-se adequado dividir a região em estudo em “sub-regiões” de forma a avaliar as potencialidades individuais e coletivas, uma vez que “estas técnicas revelam-se particularmente adequadas, pois

permitem contemplar tanto a dimensão temporal como espacial” (Eusébio et al., 2003, p. 21).

Relativamente à tipologia de dados utilizados, e de acordo com Eusébio et al. (2003, p.2), “em qualquer projeto de investigação antes de se partir para a recolha de dados primários¹⁷ dever-se-ão consultar as fontes de dados secundários existentes e verificar se possuem a informação necessária”. Em turismo, a utilização de dados secundários é prioritária uma vez que se consegue assim grande vantagem na redução de gastos financeiros e temporais. Contudo, nem sempre é possível utilizar esses dados.

Finn, Elliott-White e Walton (2000) referem que muitas vezes surgem problemas associados à utilização dos dados secundários, nomeadamente no que se refere aos métodos de recolha, períodos de referência e até mesmo a forma como são tratados e publicados. Por norma, a grande maioria dos estudos e estatísticas que estão disponíveis para consulta na maioria dos países, incluindo Portugal, são de âmbito nacional (podendo desde logo não coincidir com as definições geográficas necessárias para o objeto de estudo), ficando assim de imediato uma enorme lacuna a nível de dados regionais e locais, sobretudo, quando se pretende aceder a dados que envolvam sensações e perceções, ou não existem ou não estão disponíveis na forma mais conveniente, o que demonstra as grandes dificuldades que a maioria dos investigadores em turismo relatam na utilização desses dados.

Pelo exposto, verifica-se a necessidade de recorrer neste estudo a um misto de dados secundários e primários para aumentar a probabilidade de se adequarem aos objetivos específicos do estudo e minimizar desvios e incorreções (Craveiro, 2007), tendo sempre presente que, associado à recolha de dados primários estão associados custos elevados e que nem sempre a adesão à participação na recolha dos mesmos é suficiente e favorável, correndo-se assim algum risco.

¹⁷ Segundo Kovacs et al., (2012, p. 22) os “dados primários são produzidos pelo próprio investigador com o objetivo de solucionar o seu problema de pesquisa”. No que se refere aos dados secundários, estes já foram recolhidos para solucionar problemáticas que não exatamente as da pesquisa em questão. Kovacs et al., (2012).

Como já foi referenciado, é pertinente para esta investigação a auscultação dos diversos grupos de *stakeholders* do turismo da CIM RC, pois o planeamento de qualquer intervenção nos destinos deve ter por base a visão, participação e intervenção de todas as partes interessadas, conseguindo assim garantir uma abordagem holística e sustentável devido à motivação das diferentes partes para atrair e acolher novos desafios (Tkaczynski, Rundle-Thiele, & Beaumont, 2009).

Na recolha de dados primários, e perante a constatação de que esta é uma área de estudo que integra grande diversificação multisectorial, assume-se que o questionário é o instrumento de recolha de dados primários mais adequado.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p.21) “este método é especialmente adequado quando se pretende ter conhecimento dos comportamentos, valores e opiniões de uma população”, mas “ouvir” os variados *stakeholders* através de questionário não é um processo simples pois, pressupõe auscultar diversos grupos com motivações e perceções distintas sobre os diversos aspetos associados ao turismo (Hardy & Beeton, 2001). No entanto, torna-se imperativo a utilização deste instrumento de recolha, apresentando este vantagens em relação a outros, nomeadamente, a “possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder a numerosas análises de correlação, satisfação da representatividade e a análise estatística dos dados recolhidos que dá utilidade e significado aos mesmos” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.21).

No ponto 4.6 deste trabalho será apresentada detalhadamente a descrição da construção do questionário, nomeadamente, a inclusão de dois temas e um conjunto de subtemas, a definição das dimensões, a construção das questões e a definição das escalas de medida.

4.3 Modelo empírico adotado face aos objetivos da investigação

Dada a natureza do setor, investigar em turismo exige abordagens de investigação específicas e multidisciplinares que integrem “um modelo concetual que englobe a dimensão económica e ambiental, a dimensão psicológica e a dimensão social como um todo” (Mira & Ramos, 2013, p.52).

Bachelard (1965, cit. in Quivy & Campenhoudt, 2008) resume o processo científico em poucas palavras referindo que o facto científico é conquistado (aos preconceitos existentes), construído (pela razão) e verificado pelos factos.

A pesquisa empírica deste estudo (construção do facto científico) teve por base o modelo auxiliar de identificação de um *cluster* turístico apresentado no Capítulo III (Figura 2) que integra, neste estudo particular, as especificidades da CIM RC e o desenvolvimento turístico sustentável (considerando as diversas dimensões) suportado pelo potencial turístico para a *ecoclusterização*, enquanto modelo que estimula a interação e sinergias entre os seus elementos e já amplamente debatido nos primeiros capítulos deste estudo.

4.4 Dimensões do estudo empírico

Tendo por base o modelo concetual definido e os objetivos geral (apresentação de uma proposta de modelo de *cluster* de ecoturismo com enfoque de aplicação na CIM RC) e específicos (verificar os atributos da região para o ecodesenvolvimento através do levantamento da perceção dos *stakeholders* do setor do turismo; verificar se existem desfasamentos entre a perceção dos *stakeholders* do setor do turismo, sobre os atributos da região para o ecodesenvolvimento; determinar em que medida a educação ambiental está implementada nos *stakeholders* do setor do turismo; verificar os atributos da região para a *ecoclusterização* através do levantamento da perceção dos *stakeholders* do setor do turismo), seguiu-se a identificação e definição das dimensões a considerar.

Estas foram divididas por níveis: o primeiro mais amplo, composto por três dimensões – caracterização dos inquiridos, ecodesenvolvimento na CIM RC e *ecoclusterização*. A decomposição do primeiro permitiu obter um segundo nível que teve como finalidade criar subgrupos a partir dos quais se definiram posteriormente as questões finais a incluir no questionário (cf. Quadro 3). Os dados recolhidos, deverão contribuir para atingir os objetivos apresentados.

Quadro 3| Objetivos e dimensões do estudo empírico aplicado à CIM RC

Objetivo geral
<p>Og 1 - Apresentação de uma proposta de modelo empírico de <i>cluster</i> de ecoturismo (enfoque de aplicação na CIM RC) com identificação das suas potencialidades de desenvolvimento pormenorizadamente descritas.</p>
Objetivos específicos
<p>Oe 1 - Verificar os atributos da região para o ecodesenvolvimento, através do levantamento da perceção dos <i>stakeholders</i> do setor do turismo</p> <p>Oe 2 - Verificar se existem desfasamentos entre a perceção dos <i>stakeholders</i> do setor do turismo, sobre os atributos da região para o ecodesenvolvimento</p> <p>Oe 3 - Determinar em que medida a educação ambiental está implementada nos <i>stakeholders</i> do setor do turismo.</p> <p>Oe 4 - Verificar os atributos da região para a <i>ecoclusterização</i>, através do levantamento da perceção dos <i>stakeholders</i> do setor do turismo.</p>
Dimensões – variáveis
<p>D0 - Caraterização pessoal e profissional dos inquiridos</p> <p>D1 – Ecodesenvolvimento na CIM RC</p> <ul style="list-style-type: none"> D1.1 – Sustentabilidade sociocultural D1.2 – Sustentabilidade económica D1.3 – Sustentabilidade ambiental D1.4 - Forças e fraquezas <p>D2 – Ecoclusterização</p> <ul style="list-style-type: none"> D2.1 – Aglomeração de agentes e tipologia D2.2 – Iniciativa empresarial local - pública e privada D2.3 – Ações coletivas D2.4 – Ambiente de cooperação e competição

4.5 Universo e amostra

Definido o modelo concetual e o instrumento de recolha e medição, surge de imediato a necessidade de definir o universo e amostra. A maioria dos estudos empíricos exige uma amostra aleatória ou representativa da população e um método de amostragem adequado, porquanto se a amostra não é considerada representativa o

estudo é descrito como tendencioso (Tkaczynski, 2009). Esta secção detalha a seleção e tamanho da amostra e ainda o método de amostragem adotado.

Considerando a revisão da literatura, “a primeira questão a dar resposta na definição da amostra é identificar a população que irá ser objeto de avaliação” (Eusébio et al., 2003, p. 10). A definição da população iniciou-se assim pela identificação dos *stakeholders* associados ao turismo da CIM RC. Fazem parte do grupo de *stakeholders* “todas as pessoas ou organizações que tenham algum interesse em turismo no destino” (Tkaczynski, 2009, p.8).

Após se ter definido a população em estudo, segundo Eusébio et al., (2003), a segunda questão a dar resposta é a definição dos critérios para a sua delimitação. Perante a dificuldade de “ouvir” todos os atores do turismo da CIM RC, considerando os objetivos, recursos e limitações inerentes a este estudo, concentra-se os grupos de *stakeholders* a consultar, nos atores de turismo mais relevantes e intervenientes¹⁸.

Após a definição dos critérios de delimitação da população em estudo, constata-se que fazem parte dela: a comunidade de investigadores da área, os agentes turísticos privados, as associações ligadas ao desenvolvimento local, ambiente e turismo e os decisores no âmbito do poder autárquico. A não inclusão do grupo correspondente à população local deveu-se desde logo à dificuldade em delimitá-la. “Em Portugal o investigador tem grandes dificuldades quando procura ter informação sobre a dimensão da população (...) estas dificuldades ainda são maiores quando se pretendem realizar estudos a nível local” (Eusébio et al., 2003, p.11) e também pela dificuldade prevista na obtenção de resposta. Contudo, considera-se que a seleção evidencia claramente a heterogeneidade e complexidade da população em estudo.

¹⁸ Taczynski (2009), no seu estudo intitulado “*Destination segmentation: a recommended two-step approach*”, apresentado à University of Southern Queensland, analisou vários estudos que tiveram por base a teoria dos *stakeholders* e aplicaram o questionário como instrumento de recolha e medida, tendo chegado à conclusão de que não havia um critério definido sobre os grupos de *stakeholders* a consultar.

Depois de definida a população em estudo e a sua delimitação “o investigador deverá seleccionar o processo de amostragem que permita obter uma amostra representativa da população” (Eusébio et al., 2003, p.12) o que pressupõe a adoção de um processo de seleção, em que a probabilidade de todos os indivíduos que fazem parte da população a inquirir estejam representados na amostra e tenham a mesma probabilidade de representação.

Apesar do universo da maioria dos grupos de *stakeholders* da CIM RC ser conhecido, considera-se importante ter por base técnicas de amostragem probabilísticas¹⁹, nomeadamente amostragem por *cluster* (com identificação de grupos específicos de inquirição) e amostragem multietapas, com a divisão da região em estudo em “sub-regiões” (municípios) de forma a avaliar as potencialidades individuais e coletivas.

Não se considerou adequado para este estudo outras técnicas de amostragem, largamente referenciadas na literatura, por não se considerarem adequadas aos objetivos definidos. A amostragem aleatória simples e a amostragem sistemática não poderiam ser aplicadas pela inexistência de listagem da população e, como tal, impossíveis de serem escolhidas por um sistema aleatório. A amostragem multifásica não seria adequada pelo facto de não ser intenção deste estudo considerar-se sempre os mesmos elementos da população. Já as técnicas de amostragem não probabilísticas poderiam ser aplicadas, contudo, ficaram desde logo excluídas pelo facto de se pretender que os resultados deste estudo pudessem ser extrapolados para a população.

Foram identificados para este estudo vários pontos de inquirição, durante o período de 6 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2017, em cada “sub-região” (municípios), de forma a abranger os diferentes grupos de *stakeholders*, tentando assim inquirir todos os elementos de cada grupo: Unidades alojamento turístico (turismo em espaço

¹⁹ Segundo Eusébio et al., (2003, p. 12), a utilização de técnicas probabilísticas em detrimento das não probabilísticas é explicado pelo fato destas “permitem demonstrar a representatividade da amostra, estimar o grau de confiança com o qual as conclusões tiradas da amostra podem ser extrapoladas para a população” e explicar ou comprovar as hipóteses empíricas.

rural²⁰ – TER); Agentes de viagens e turismo²¹; Agentes de animação turística com reconhecimento da atividade de turismo de natureza²²; Autarcas com pelouro no turismo; Instituições de ensino superior - Investigadores e especialistas em turismo; ONG e associações associadas ao ambiente.

Procurou-se inquirir a totalidade do universo alvo, contudo não foi possível conseguir a colaboração de resposta da totalidade dos elementos, pelo que se trabalhou com a amostra composta pelos respondentes, considerando-se no entanto essencial conseguir 50% de resposta em cada grupo para abonar a representatividade do universo.

No Quadro 4 apresenta-se o universo do estudo, dividido em seis grupos, composto por 83 casos, com a amostra composta por 65 casos que correspondem a 78,3% do universo total. Estes 65 casos representam os seis grupos de *stakeholders* selecionados para a amostra. Os resultados apresentados possuem um nível de confiança de 90 % e uma margem de erro máxima de 5 %.

Quadro 4| Universo e amostra de estudo empírico

Grupos de <i>stakeholders</i>	Universo			Respostas/Amostra		
	Alvo	Inquirido		Nº	% do universo de amostra	
	Nº	Nº	%		Alvo	Inquirido
Unidades alojamento turístico (TER)	29	29	100	27	93,1	93,1
Agentes de viagens e turismo	20	20	100	15	75,0	75,0
Agentes de animação turística com reconhecimento da atividade de turismo de natureza	12	12	100	10	83,3	83,3
Autarcas com pelouro no turismo	10	10	100	5	50,0	50,0
Instituições de ensino superior/ Investigadores e especialistas em turismo	-	7	-	4	-	57,1
ONG'S e associações	-	5	-	4	-	80,0
Total		83		65	-	78,3

²⁰ Registados no RNET – Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos.

²¹ Registados no RNAVT – Registo Nacional de Agentes de Viagem e Turismo.

²² Registados no RNAAT – Registo Nacional de Agentes de Animação Turística.

4.6 Construção do questionário

De acordo com Taczynski (2009, p. 47), “inquéritos por questionário são provavelmente a técnica mais utilizada na pesquisa em turismo”. No entanto, uma das limitações deste método prende-se com a criação do mesmo, nomeadamente, o tipo de informação a recolher, a operacionalização de conceitos, o tamanho, o formato de questões incluídas (formulação e estrutura), a redação das questões (muitas vezes pode influenciar as respostas) e a sequência das mesmas (Taczynski 2009; Eusébio et al., 2003).

Hill e Hill (2008, p. 20) evidenciam que “o processo de investigação não é só um processo de aplicação de conhecimentos mas também um processo de planificação e criatividade controlada”, o que neste estudo se aplica em toda a sua plenitude na construção deste instrumento de medida. A construção de um questionário capaz de ser aplicado a diversos grupos possuidores de distintas motivações, conhecimentos e perceções torna-se, por si só, um desafio que necessariamente passa pela criatividade e capacidade de planificação do investigador.

Atendendo aos objetivos do estudo e à abrangência geográfica e temática, não foi possível encontrar um instrumento de medida totalmente adequado que já se encontrasse devidamente construído e validado, pelo que se decidiu desenvolver um novo instrumento de medida. Embora seja um instrumento de medida novo, foram considerados vários estudos na sua construção (cf. Quadro 5), e tem por base outros questionários que apresentam uma abordagem holística com base na teoria dos *stakeholders* e que abordam áreas de estudo incluídas nesta investigação, em especial no que se refere ao ecoturismo e *clusters*.

Quadro 5| Estudos considerados na construção do questionário

Autor	Tema
Antunes (2012)	O ecoturismo como valorização do território – contributos para o aumento da oferta turística existente na CIM Médio Tejo
Eusébio, Kastenholz e Carneiro (2003)	A relevância da investigação no ensino do turismo: algumas estratégias de intervenção na realização do inquérito
Fennell e Dowlind (2003)	<i>Ecotourism policy and planning</i>
Freeman (2004)	<i>The stakeholder approach revisited</i>
Hill e Hill (2008)	Investigação por questionário
Inácio (2007)	O ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável: um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí
Ross e Wall (1999)	<i>Ecotourism: towards congruence between theory and practice</i>
Silva (2004)	Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbana-regional baseada em <i>cluster</i>
Silva (2009)	A visão holística do turismo Interno e a sua modelação
Silva (2013)	Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores
Tkaczynski (2009)	<i>Destination segmentation: a recommended two-step approach</i>
Tkaczynski, Rundle-Thiele e Beaumont (2009)	<i>Segmentation: A tourism stakeholder view</i>

Tendo em consideração a dimensão da amostra do estudo, constituída por sete grupos de *stakeholders*, surgiu de imediato uma nova questão a ser respondida: será mais vantajoso desenvolver um questionário para cada grupo ou um em comum? A aplicação de questionários consoante o público-alvo permite que estes sejam mais especializados e direcionados, o que é claramente uma vantagem. No entanto, de forma a permitir a possibilidade de comparabilidade e análise global, considera-se que é uma vantagem superior desenvolver um questionário comum a todos os grupos. Considerando a revisão da literatura, foram definidos para o questionário dois temas e um conjunto de subtemas, definiram-se as dimensões e, a partir destas foram construídas as questões (cf. Quadro 6) e definidas as escalas de medida (Hill & Hill, 2008).

Quadro 6| Dimensões/Variáveis/Questões do estudo empírico

Dimensões – Conjunto de variáveis (D)	Questões (Q)	Total
D0 – Caracterização pessoal e profissional dos inquiridos	1 a 5	5
D1 - Ecodesenvolvimento na CIM RC -Aspetos de interesse turístico		53
D1.1 - Sustentabilidade sociocultural	6.1 a 6.5; 7.1 a 7.5	10
D1.2 - Sustentabilidade económica	8.1 a 8.6; 9.1 a 9.5	11
D1.3 - Sustentabilidade ambiental	10.1 a 10.7; 11.1 a 11.4; 12.1 a 12.4; 13.1 a 13.4	19
D1.4 - Forças e fraquezas	14; 15.1 a 15.10; 16; 17	13
D2 – Ecoclusterização na CIM RC		33
D2.1 - Aglomeração de agentes e tipologia	18;19	2
D2.2 - Iniciativa empresarial local - pública e privada	20;21.1 a 21.6; 26.1;26.2	9
D2.3 - Ações coletivas	22.1 a 22.5;23.1 a 23.5;26.3;26.4	12
D2.4 - Ambiente de cooperação/competição	24.1 a 24.4;25.1 a 25.5;26.5	10

Na estrutura do questionário, optou-se por recorrer a perguntas fechadas, com respostas múltiplas e balizadas por uma escala de opinião, incorporando-se no entanto duas questões de resposta aberta que permitem uma maior liberdade de expressão. A opção de recorrer maioritariamente a perguntas fechadas tem por objetivo tornar o tratamento da informação mais objetivo. As variáveis a medir são maioritariamente qualitativas (ou categóricas) e ordinais, pelo que assume-se que a aplicação da escala de medição de tipo *Likert*²³ com quatro e cinco níveis é a mais adequada para este estudo. A opção pela aplicação da escala com cinco níveis nas questões que avaliam a satisfação e o grau de concordância justifica-se por ser uma opção que deixa o respondente mais à vontade no momento de expressar a sua opinião, uma vez que a utilização do ponto neutro assim o permite. Quanto à

²³ É apresentado um conjunto de dimensões para os quais os inquiridos têm de indicar o grau de concordância com a afirmação, assinalando uma das posições numa escala de pontos, que variam entre “nada importante” e “muito importante”, “discordo totalmente” e “concordo totalmente”, “muito insatisfeito” e “muito satisfeito”, “muito baixo” e “muito elevado”.

utilização dos quatro níveis nas questões associadas à importância dada, justifica-se pela necessidade de forçar o respondente a ter uma escolha positiva ou negativa, uma vez que o nível neutro não existe.

Com o propósito de avaliar a estrutura, a adequabilidade e concordância das questões face aos objetivos deste estudo, foi apresentada uma primeira versão do questionário às orientadoras da investigação para realizar uma primeira revisão. Após serem incluídas as correções necessárias e com o objetivo de realizar um pré-teste, foi apresentado, conjuntamente com a caracterização do estudo e garantia de anonimato e confidencialidade dos inquiridos, a um conjunto de casos (n= 6), distribuídos por diferentes municípios e diferentes grupos de *stakeholders*, solicitando que estes respondessem e apresentassem uma análise crítica do instrumento, nomeadamente, que indicassem qualquer dúvida referente à compreensão e preenchimento, pertinência dos conteúdos das questões e dimensão. Foi ainda pedido que indicassem o tempo de resposta, que variou entre os 10 e os 20 minutos. A maioria dos respondentes demorou 10 minutos a responder ao questionário direcionado aos *stakeholders* que não são responsáveis de organizações com prestação de serviços associados ao turismo e 20 minutos aos destinatários representantes dos setores de animação turística, TER e agências de viagem. Na totalidade, os *stakeholders* inquiridos consideraram não ter dúvidas e terem compreendido o que se lhes era pedido, salientando que a pertinência dos conteúdos das questões era adequada.

Mesmo após as fases anteriores, persistiram algumas dúvidas, em particular por se continuar a considerar o questionário relativamente longo, sendo que a maioria dos *stakeholders* a quem foi apresentado referiam que o mesmo era considerado “médio/longo”.

Apurada uma nova versão foi novamente realizada uma reunião com as orientadoras com o objetivo de esclarecer algumas dúvidas e aprovação do instrumento de medida final. Após uma nova análise e discussão considerou-se retirar algumas questões, assumindo-se que isso, apesar de discutível, constitui um fator pertinente na disponibilidade dos inquiridos para responderem.

Assumindo-se, assim, que a validação do questionário foi garantida pelos procedimentos metodológicos descritos (análise de estudos com aplicação de questionários, garantia de adequabilidade e concordância entre os objetivos do estudo, dimensões e questões - validade de construção, reuniões com investigadoras da área do turismo e teste piloto com reflexão crítica dos itens), o instrumento de medida final inclui 92 questões referentes às três dimensões a analisar (Anexo I, p. 153): a dimensão referente à caracterização pessoal e profissional dos inquiridos é composta por 5 questões, a referente à dimensão ecodesenvolvimento na CIM RC por 53 e a dimensão referente à *ecoclusterização* por 34.

4.7 Procedimentos de aplicação do questionário

O questionário foi aplicado entre os dias 6 de janeiro e 28 de fevereiro de 2017. O questionário foi elaborado em dois formatos distintos: Ficheiro eletrónico - formato PDF editável e em papel. O primeiro foi disponibilizado via correio eletrónico em conjunto com o protocolo de realização onde consta um texto de enquadramento ao estudo. Os respondentes apenas teriam de assinalar os campos, salvar o ficheiro e enviá-lo por correio eletrónico. Através deste método foram obtidas 45 respostas. O questionário em papel - com formato igual ao do ficheiro em PDF- foi enviado via C.T.T. com envelope selado para reenvio ao remetente. Através deste método foram obtidas 20 respostas.

4.8 Tratamento dos dados e técnicas estatísticas – Justificação dos meios de análise

Com o objetivo de proceder à análise comparativa da variável independente, considerando que existe uma variável independente²⁴ principal - grupo de *stakeholders*, pretendeu-se estabelecer uma análise comparativa das variáveis

²⁴ “ (...) são aquelas que são independentes dos procedimentos da investigação, que não dependem da investigação, constituindo no entanto fatores determinantes que a vão influenciar, recorrendo o investigador à sua manipulação para observar os efeitos produzidos nas variáveis dependentes” (Sousa, 2005, cit. in Amaral, Pio & Matos, 2009, p.2)

dependentes²⁵ em relação à variável independente. Contudo, e apesar de somente se proceder à análise comparativa apenas para a variável independente, a quantidade de resultados é vasta, pelo que se optou por apresentar os dados por agregados de variáveis, representados em forma de quadros e gráficos que possibilitem a interpretação agrupada e a leitura dos parâmetros mais pertinentes.

No tratamento dos dados recolhidos utilizou-se o programa informático de estatística *Software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), na versão 21, material licenciado propriedade da IBM.

Para analisar e interpretar os resultados recorreu-se essencialmente a parâmetros de tendência central (média e mediana) e de dispersão (desvio padrão).

4.9 Síntese

Depois da abordagem em torno das áreas de estudo associadas ao objetivo geral e específicos deste estudo nos capítulos anteriores, descrevem-se neste capítulo os procedimentos metodológicos associados à investigação empírica.

Neste estudo pretendeu-se adotar uma investigação positivista pelo que se elege efetuar uma pesquisa quantitativa que permite explicar a realidade com base em números, conseguindo-se assim com a sua aplicação, espelhar opiniões, conceitos e sensações através de números, que permitem fornecer índices que podem ser comparados.

No processo de amostragem considera-se importante ter por base técnicas probabilísticas, nomeadamente amostragem por *cluster* e multietapas, com a divisão da região em estudo em sub-regiões (municípios) de forma a avaliar as potencialidades individuais e coletivas.

²⁵ “ (...) aquelas que dependem dos procedimentos da investigação, conotando-se diretamente com as respostas que se procuram. São dados que se obtêm e que variam à medida que o investigador modifica as condições de investigação. Uma variável dependente é aquela que procuramos como resposta para a pergunta” (Sousa, 2005, cit. in Amaral, Pio & Matos, 2009, p.2)

Relativamente à tipologia de dados utilizados, verifica-se a necessidade de recorrer a um misto de dados secundários e primários para aumentar a probabilidade de se adequarem aos objetivos específicos do estudo e minimizar desvios e incorreções.

Na recolha de dados primários, e perante a constatação de que esta é uma área de estudo que integra grande diversificação multissectorial, assume-se que o questionário é o instrumento de recolha de dados primários mais adequado.

Tendo por base o modelo empírico definido e os objetivos geral e específicos apresentados na introdução, definiram-se as dimensões e, a partir da decomposição destas, foram construídas as questões finais do questionário.

Definido o modelo empírico e o instrumento de recolha e medição, surge de imediato a necessidade de definir o universo e amostra. A definição da população iniciou-se assim pela identificação dos *stakeholders* associados ao turismo da CIM RC.

Após se ter definido a população em estudo, definiu-se a sua delimitação. Perante a dificuldade de “ouvir” todos os atores do turismo da CIM RC, concentra-se os grupos de *stakeholders* a consultar nos atores de turismo mais relevantes e intervenientes: a comunidade de investigadores da área, os agentes turísticos privados, as associações ligadas ao desenvolvimento local, ambiente e turismo e os decisores no âmbito do poder autárquico. Considera-se que a seleção evidencia claramente a heterogeneidade e complexidade da população em estudo.

O instrumento de medida foi aplicado entre os dias 06 de janeiro e 28 de fevereiro de 2017. No tratamento dos dados recolhidos utilizou-se o programa informático de estatística *Software Statistical Package for social Sciences* (SPSS).

CAPÍTULO V | ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1 Nota introdutória

Com base na revisão da literatura feita nos capítulos anteriores e na investigação empírica realizada, neste capítulo são apresentados, analisados e discutidos os dados obtidos pela aplicação dos questionários aos *stakeholders* do setor.

O questionário aplicado no âmbito deste estudo procurou avaliar três dimensões, estando por isso dividido em três partes: 1.^a caracterização pessoal e profissional dos inquiridos (D0); 2.^a ecodesenvolvimento na CIM RC (D1) e 3.^a *ecoclusterização* (D2).

Na representação dos dados recolhidos através dos questionários recorre-se fundamentalmente a quadros e gráficos, agrupados pelas dimensões consideradas (D0;D1 e D2). São apresentados os valores para o total da amostra (CIM RC) e pela única variável independente constituída pela distribuição por grupo de *stakeholders*. Os dados são apresentados e analisados por agregados de variáveis.

No sentido de sintetizar informação foi usado um conjunto de abreviaturas, em particular para cada um dos grupos de *stakeholders* e municípios, conforme se apresenta no Quadro 7.

Quadro 7| Principais abreviaturas utilizadas na apresentação dos resultados do questionário

Município	Abrev.	<i>Stakeholders</i>	Abrev.
Arganil	AR	Agente de viagens e turismo	AV
Coimbra	CO	Agentes de animação turística	AT
Condeixa	CON	Autarca com pelouro do turismo	AU
Lousã	LO	Investigador/Especialista em turismo	I&E
Miranda do Corvo	MDC	Organização não-governamental/Associação	ONG/ASS
Montemor-o-Velho	MOV	Turismo em espaço rural	TER
Penacova	PE	Outros: Municípios estudados CIM RC	CIM RC
Penela	PEN	Outros: Média/Desvio padrão/máximo/mínimo	méd/σ/max/min
Soure	SO		
Vila Nova de Poiares	VNP		

Tendo em considerando que a maioria das variáveis são qualitativas e que se recorreu na sua maioria à escala de avaliação de *Likert*, procurou-se homogeneizar a apresentação dos resultados nos quadros e gráficos, com a apresentação da média, desvio padrão, máximos e mínimos de cada variável por grupo de *stakeholders*.

5.2 Caracterização geral dos inquiridos (D0)

A caracterização dos inquiridos faz parte integrante da designada dimensão zero do questionário (dados gerais) e contém cinco variáveis: Município em que exerce a atividade profissional (Q1); Grupo de *stakeholders* em que se insere (Q2); Função principal exercida na entidade que representa (Q3); Já esteve ou está envolvido(a) em algum projeto que possa ser ou ter sido significativo para o desenvolvimento do ecoturismo no território (Q4); Habilitações literárias (Q5).

Município em que exerce a atividade profissional e grupo de *stakeholders* em que se insere

A distribuição dos inquiridos por município (Q1) apresenta uma grande concentração no município de Coimbra, com 35% (n=23) dos respondentes, seguindo-se os municípios da Lousã com 17% (n=11) e Arganil com 11% (n=11). Em oposição, verifica-se uma menor concentração de respondentes nos municípios de Soure com 2% (n=2) e Montemor-o-Velho com 3% (n=3) (cf. Quadro 8).

Quadro 8| Q1/Q2- Inquiridos por município de atividade profissional e por grupo de *stakeholders*

Municípios	AR	CO	CON	LO	MDC	MOV	PE	PEN	SO	VNP	Total	Total%
<i>Stakeholders</i>												
AV		14			1						15	23
AT		5	1	4							10	15
AU			1	1			1	1		1	5	8
I&E		1	1	1			1				4	6
ONG/ASS		2	1			1					4	6
TER	7	1		5	4	1	3	3	1	2	27	42
Total dos inquiridos (n°.)	7	23	4	11	5	2	5	4	1	3	65	
Total dos inquiridos (%)	11	35	6	17	8	3	8	6	2	5		100

Já no que se refere à distribuição por grupo de *stakeholders* em que se insere (Q2), esta varia entre as 27 e as 4 respostas, correspondendo respetivamente às unidades de

turismo em espaço rural (TER), Organizações Não Governamentais/Associações (ONG/ASS) e Investigadores e Especialistas (I&E), (cf. Quadro 8 e Figura 3).

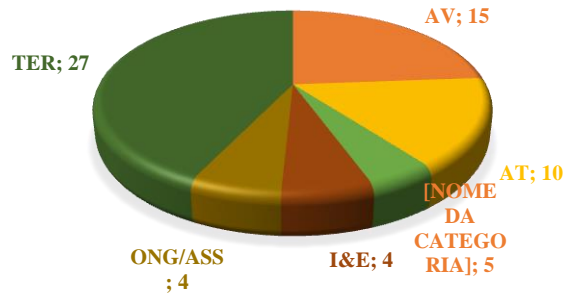


Figura 3| Distribuição por grupo de *stakeholders* (n°)

Função principal exercida na entidade que representa

No que se refere à função principal que cada inquirido exerce na entidade que representa (Q3), predominam as funções de gerente (35.4%; n=23) e proprietários (24.6%; n=16). Verificam-se diferenças estatísticas entre os diversos grupos de *stakeholders*. No grupo TER a maioria são proprietários (16 de 27 inquiridos), contrastando com todos os outros grupos em que essa função não é referida (cf. Quadro 9). Contudo, é de referir a limitação desta questão pela possibilidade do grupo TER ter assumido interpretações e critérios diferentes nas suas respostas, porquanto, muitas das respostas incluídas no grupo “proprietário” podem não ser somente referentes a essa função. A prestação de serviços numa unidade de TER engloba variadas funções que, muitas vezes, o próprio proprietário exerce.

Quadro 9 | Q3- Função principal na entidade (%)

Grupo	AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	Total	Total%
<i>Função exercida</i>								
Gerente	4	11	7		1		23	35.4
Proprietário			16				16	24.6
Sócio gerente	5		3				8	12.3
Presidente				2		5	7	10.8
Vendas		4					4	6.2
Docente					3		3	4.6
Animador turístico				1			1	1.5
Diretor				1			1	1.5
Membro da direção	1						1	1.5
Rececionista			1				1	1.5
Total dos inquiridos (n°)	10	15	27	4	4	5	65	
Total dos inquiridos (%)	15	23	42	6	6	8		100

Já esteve ou está envolvido (a) em algum projeto que possa ser ou ter sido significativo para o desenvolvimento do ecoturismo no território

A maioria dos inquiridos não apresenta uma ligação profissional a projetos de ecoturismo (67.7%; n=44), contudo, 24.6% (n=16) asseguram que já estiveram ligados mas como atividade secundária, salientando-se a baixa quantidade de elementos da amostra que esteve diretamente envolvido como atividade principal (7.7%; n=5) (cf. Quadro 10).

Quadro 10| Q4- Ligação a projetos de ecoturismo

%	AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	Total	Total%
Sim, como atividade principal	3		1		1		5	7.7
Sim, mas não como atividade principal	2	4	6	1	1	2	16	24.6
Não	5	11	20	3	2	3	44	67.7
Total dos inquiridos (n°)	10	15	27	4	4	5	65	
Total dos inquiridos (%)	15	23	42	6	6	8		100

Os grupos de *stakeholders* apresentam homogeneidade na baixa ligação a projetos de ecoturismo, contudo, é de salientar a franca ligação nos grupos AT e I&E (50% dos elementos da amostra, n=5 e n=2 respetivamente). No caso dos TER, seria de esperar uma maior ligação tendo em consideração que os valores estatísticos apresentados nesta questão estão diretamente relacionados com o grupo que a avalia e que, quando questionado sobre os motivos que os levaram a ingressar na atividade turística (Q19), a maioria das respostas estão incluídas no grupo “preservação do património/rentabilização do património”, como referido mais à frente neste estudo. Contudo, estes apresentam uma baixa ligação (74% dos elementos da amostra; n=20).

Habilitações literárias

Quanto às habilitações literárias dos inquiridos predomina a licenciatura (44.6%; n=29) e o ensino secundário (43.1%; n=28), constando o ensino básico com um valor residual (1.5%; n=1) (cf. Quadro 11). No grupo I&E destaca-se o elevado peso dos que referem possuir mestrado ou doutoramento (75% dos elementos da amostra; n=3). É curioso salientar no grupo AT o peso acentuado dos inquiridos com licenciatura (80% dos elementos da amostra; n=8).

Quadro 11| Q5- Habilitações literárias (%)

%	AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	Total	Total%
Ensino básico			1				1	1.5
Ensino secundário	2	10	15			1	28	43.1
Licenciatura	8	4	9	3	1	4	29	44.6
Mestrado/Doutoramento	1		2	1	3		7	10.8
Total dos inquiridos (n°.)	10	15	27	4	4	5	65	
Total dos inquiridos (%)	15	23	42	6	6	8		100

5.3 Perceção dos *stakeholders* sobre os atributos da região para o ecodesenvolvimento – Aspectos de interesse turístico (D1)

Na segunda parte do questionário, que visa apurar as potencialidades de ecodesenvolvimento nos municípios estudados da CIM RC - Aspectos de interesse turístico (D1), fazem parte integrante 53 variáveis agrupadas em quatro subdimensões: D1.1 - Sustentabilidade sociocultural (Questões - 6.1 a 6.5; 7.1 a 7.5); D1.2 - Sustentabilidade económica (Questões - 8.1 a 8.6; 9.1 a 9.5); D1.3 - Sustentabilidade ambiental (Questões - 10.1 a 10.7; 11.1 a 11.4; 12.1 a 12.4; 13.1 a 13.4) e D1.4 - Forças e fraquezas (Questões - 14; 15.1 a 15.10; 16; 17).

5.3.1 Sustentabilidade sociocultural (D1.1)

Grau de satisfação com as necessidades básicas no seu município

A dimensão satisfação com as necessidades básicas existentes no seu município engloba cinco itens que avaliam o grau de satisfação dos inquiridos em relação às necessidades básicas existentes nos seus municípios, numa escala de *likert* de cinco pontos. O grau de satisfação é razoável para todos os itens e grupo de *stakeholders*. No conjunto dos cinco itens (Q6.1 a Q6.5), apenas um exhibe a avaliação média próxima do insatisfeito: Qualificação profissional dos recursos humanos (média $2.9 \pm .91$) e num só grupo (TER) (cf. Quadro 12).

Entre os grupos de *stakeholders*, o grupo AT destaca-se como sendo o mais satisfeito com o acesso às diversas infraestruturas: Acesso a infraestruturas locais (saúde, educação), acesso a infraestruturas complementares (terminais multibanco, entidades bancárias, instalações desportivas) e acesso a benefícios sociais (saúde, educação) (média $4.6 \pm .51$) e o grupo TER, como o mais insatisfeito.

Quadro 12| Q6- Grau de satisfação com as necessidades básicas nos municípios

D1.1-Sustentabilidade Sociocultural		AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd /σ/ max/min	méd /σ/ max/min	méd /σ/ max/min	méd /σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	Méd/σ
6.1	Acesso a infraestruturas locais (transportes, comunicações)	4.3/.94/ 3/5	3.6/1.18/ 2/5	3.0/1.28/ 1/5	4.0/0/ 4/4	3.7/1.25/ 2/5	4.2/.44/ 4/5	3.8/.73
6.2	Acesso a infraestruturas locais (saúde, educação)	4.6/.51/ 4/5	4.07/.79/ 3/5	3.4/.88/ 1/5	3.7/.50/ 3/4	3.5/1.73/ 1/5	4.2/.44/ 4/5	3.9/.71
6.3	Acesso a infraestruturas complementares (terminais multibanco, entidades bancárias, instalações desportivas)	4.6/.51/ 4/5	3.8/.99/ 2/5	3.0/1.40/ 1/5	4.0/0/ 4/4	4.0/.81/ 3/5	4.2/.83/ 3/5	3.9/.76
6.4	Acesso a benefícios sociais (saúde, educação)	4.6/.51/ 4/5	3.4/.18/ 2/5	3.4/.97/ 2/5	3.7/.50/ 4/4	4.5/.57/ 4/5	4.2/.83/ 3/5	3.9/.76
6.5	Qualificação profissional dos recursos humanos	4.3/.94/ 3/5	3.4/.63/ 2/4	2.9/.91/ 1/5	3.0/0/ 3/3	3.5/1.00/ 2/4	3.2/.83/ 2/4	3.3/.71

(1-muito insatisfeito, 2-insatisfeito, 3-nem satisfeito nem insatisfeito, 4-satisfeito, 5-muito satisfeito)

O desvio padrão é relativamente baixo em todas as variáveis, mas com alguma variação entre os grupos *stakeholders*. Verifica-se alguma heterogeneidade de opinião entre o grupo I&E e os restantes grupos relativamente ao acesso a infraestruturas locais (saúde, educação - Q6.2), que apresenta uma elevada dispersão dos dados (1.73 de desvio padrão). Também na Q6.3, acesso a infraestruturas complementares (terminais multibanco, entidades bancárias, instalações desportivas) se verifica essa heterogeneidade, com o grupo TER a apresentar uma elevada dispersão dos dados (1.40 de desvio padrão) em relação aos restantes.

Tendo em consideração o nível de satisfação médio apresentado pelos grupos de *stakeholders* sobre os diversos aspetos relacionados com as necessidades básicas existentes nos municípios, pode deduzir-se que estes consideram que a acessibilidade às mesmas é satisfatória para os municípios da CIM RC estudados.

Grau de concordância sobre a contribuição do ecoturismo para a melhoria da qualidade de vida local

A dimensão D1.1 engloba ainda cinco variáveis que avaliam a contribuição das atividades de ecoturismo na melhoria da qualidade de vida nos municípios estudados.

Na análise das respostas verifica-se a presença de uma considerável homogeneidade dos dados por variável (cf. Quadro 13).

Todos os grupos de *stakeholders* apresentam um nível de concordância baixo, tanto com a existência de atividades de ecoturismo direcionadas para a satisfação de

necessidades das comunidades envolvidas (média de 2.7 ± 1.07), como para a recuperação de áreas sociais (média de $2.4 \pm .85$), apresentando mesmo o grupo I&E discordância (média de $2.0 \pm .81$) na Q7.2 e apenas o grupo AU mostra uma avaliação média superior a 3 nas duas variáveis.

Quadro 13| Q7- Concordância sobre a contribuição do ecoturismo para a melhoria da qualidade de vida local

D1.1-Sustentabilidade Sociocultural		AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min
7.1	No seu município existem atividades de ecoturismo direcionadas para a satisfação de necessidades das comunidades envolvidas	2.9/.99/ 2/4	2.9/.70/ 2/4	2.2/1.05/ 1/5	2.7/1.25/ 1/4	2.2/1.25/ 1/4	3.4/1.34/ 2/5	2.7/1.07
7.2	No seu município existem atividades de ecoturismo direcionadas para a recuperação de áreas sociais	2.5/.52/ 2/3	3.0/.84/ 2/4	2.4/1.18/ 1/5	2.0/.81/ 1/3	2.0/.81/ 1/3	2.6/.89/ 2/4	2.4/.85
7.3	No seu município o ecoturismo potencializa o aumento de oportunidades de emprego	2.9/.99/ 2/4	3.0/.79/ 1/4	3.3/1.20/ 1/5	2.2/1.25/ 1/4	3.0/1.41/ 1/4	4.4/.89/ 3/5	3.1/1.09
7.4	No seu município o ecoturismo potencializa a melhoria das relações interculturais das comunidades envolvidas	2.5/1.65/ 1/5	3.4/.50/ 3/4	3.5/1.25/ 1/5	2.5/1.29/ 1/4	2.7/1.25/ 1/4	3.8/.83/ 3/5	3.0/1.13
7.5	No seu município as atividades de ecoturismo contribuem para a melhoria da qualidade de vida local	2.4/1.50/ 1/4	3.2/.59/ 2/4	3.2/1.21/ 1/5	2.5/1.29/ 1/4	2.5/1.29/ 1/4	4.4/.54/ 4/5	3.0/1.07

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

Salienta-se a elevada concordância por parte do grupo AU em como o ecoturismo potencializa o aumento de oportunidades de emprego nos municípios (média de $4.4 \pm .89$) e que as atividades de ecoturismo contribuem para a melhoria da qualidade de vida local (média de $4.4 \pm .54$). Pode-se verificar que, neste caso, a avaliação mais positiva está diretamente relacionada com o grupo que a avalia, nomeadamente os *stakeholders* do grupo AU.

Verifica-se também estatisticamente que existe uma grande concentração dos dados apenas na variável Q7.2, que apresenta valor de desvio padrão médio de .85. Em todas as outras variáveis verifica-se uma dispersão considerável, com um desvio padrão superior a 1 e os dados a estenderem-se por toda a escala de avaliação, em quase todos os grupos de *stakeholders*.

Apesar desta dispersão de respostas, as opiniões tendem para um nível de concordância baixo no que se refere ao facto de atualmente as atividades de ecoturismo contribuírem para a melhoria da qualidade de vida local.

5.3.2 Sustentabilidade económica (D1.2)

Grau de concordância sobre processos de endogeneização - participação de *stakeholders* locais

A dimensão D1.2 engloba seis variáveis que avaliam o nível global de concordância dos *stakeholders* com os processos de endogeneização existentes. Pode-se considerar que o mesmo é neutro, com a média perto de 3 - nem satisfeito nem insatisfeito (cf. Quadro 14).

O grupo AU destaca-se novamente por ter um nível de concordância mais elevado em todas as variáveis, enquanto no outro extremo se encontra o grupo AT, exceto na Q8.22. A variável em que o conjunto dos *stakeholders* apresenta menor nível de concordância é a relativa à participação da população local nos processos de decisão relacionados com o desenvolvimento turístico local (Q8.2), em que a média se situa em 2.7. Verifica-se que este valor confirma o já anteriormente referido no capítulo I, no sentido em que, hoje em dia, é tido como facto que os *stakeholders* de qualquer atividade devem ser mais participativos e interventivos no planeamento e gestão dos recursos existentes. No entanto, verifica-se que a sua intervenção é ainda diminuta e limitada, o que é visível, por exemplo, na fase de consulta pública dos instrumentos de gestão territorial (IGT).

A variável sobre se os empreendimentos direcionados para a prática do ecoturismo partem de iniciativas de agentes locais (Q8.1) é a que apresenta maior dispersão (1.11 de desvio padrão) em todos os grupos de *stakeholders*. Uma vez mais se verifica que a avaliação é mais positiva quando diretamente relacionada com o grupo que a avalia. Neste caso são os *stakeholders* do grupo TER que demonstram uma avaliação mais positiva com esta questão (média de 4.1 ± 0.75) apresentando respostas maioritariamente de 5 – concordo totalmente.

É de salientar a diferença entre os grupos AT e AU na variável que avalia a existência de instituições capazes de planear/implementar processos de desenvolvimento endógeno nos municípios (Q8.6), em que o grupo AT manifesta

uma discordância total (média de $1.4 \pm .51$) e a quase concordância do grupo AU (média de $3.4 \pm .89$).

Neste conjunto de variáveis que avaliam a existência de processos de endogeneização - participação das organizações e população local, as opiniões tendem mais para um nível de concordância neutro, verificando-se, contudo que as respostas se estendem por toda a escala de avaliação em todas as variáveis e em todos os grupos de *stakeholders*.

Quadro 14| Q8- Grau de concordância sobre processos de endogeneização

D1.2-Sustentabilidade Económica		AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min
8.1	No seu município os empreendimentos direcionados para a prática do ecoturismo partem de iniciativas de agentes locais	2.4/1.50/ 1/4	3.4/.63/ 2/4	4.1/0.75/ 1/5	3.2/1.50/ 1/4	3.3/1.15/ 2/4	3.8/1.09/ 2/5	3.3/1.11
8.2	No seu município verifica-se uma favorável participação da população local nos processos de decisão relacionados com o desenvolvimento turístico local	2.3/.67/ 1/3	2.6/.98/ 1/4	2.2/1.34/ 1/5	2.7/.50/ 2/3	3.0/1.15/ 2/4	3.6/.89/ 2/4	2.7/.88
8.3	No seu município os benefícios económicos gerados pelo ecoturismo beneficiam a comunidade local	2.6/.69 2/4	3.5/.64/ 3/5	2.9/1.01/ 1/5	3.0/1.41/ 1/4	3.3/1.15/ 2/4	4.0/.70/ 3/5	3.2/.94
8.4	No seu município existe apoio dado pela Autarquia Local para o setor do turismo	2.2/.63/ 2/4	3.2/.94/ 2/5	2.8/1.14/ 1/4	3.2/.50/ 3/4	4.0/.81/ 3/5	4.2/.83/ 3/5	3.2/.81
8.5	No seu município existe apoio dado pelas Associações Locais para o setor do turismo	2.1/.73/ 1/4	3.1/1.24/ 1/5	2.1/1.03/ 1/4	3.5/.57/ 3/4	3.5/1.29/ 2/5	3.8/.44/ 3/4	3.0/.89
8.6	No seu município existe um número suficiente de instituições capazes de planear/implementar processos de desenvolvimento endógeno	1.4/.51/ 1/2	2.9/1.16/ 1/4	2.1/1.00/ 1/4	2.5/.57/ 2/3	3.0/.81/ 2/4	3.4/.89/ 2/4	3.3/.83

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

Grau de concordância sobre a gestão e uso eficiente dos recursos endógenos

A dimensão D1.2 engloba ainda cinco variáveis que avaliam o grau de concordância sobre a gestão e uso eficiente dos recursos endógenos. O grau de concordância, à semelhança do grupo de variáveis analisadas nas questões 8.1 a 8.6, é neutro para quase todas as variáveis. No conjunto das cinco questões (Q9.1 a Q9.5), apenas uma exhibe a avaliação média próxima do discordo totalmente: A aprendizagem, passiva e ativa da população local, em relação a atividades associadas ao ecoturismo realiza-se através de serviços de interpretação em áreas protegidas ou locais associados ao ecoturismo (média $1.5 \pm .52$) e num só grupo (AT) (cf. Quadro 15).

Entre os grupos de *stakeholders*, o grupo AU destaca-se como sendo o que mais concorda que as atividades associadas ao ecoturismo respeitam e valorizam o conhecimento tradicional local (*self-reliance*), que potencializam a solidariedade

com as gerações futuras e preservam os recursos e atrativos turísticos locais (média de 4 - Q9.1, Q9.4 e Q9.5). No caso dos I&E, seria de esperar um peso mais acentuado dos inquiridos na concordância com estas questões (Q9.1, média de 3.5; Q9.4, média de 2.7 e Q9.5 média de 3.7).

Quadro 15| Q9- Grau de concordância sobre a gestão e uso eficiente dos recursos

D1.2-Sustentabilidade Económica		AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
9.1	No seu município as atividades associadas ao ecoturismo respeitam e valorizam o conhecimento tradicional local (<i>self-reliance</i>)	3.5/.70/ 3/5	3.4/.83/ 1/4	3.7/1.02/ 2/5	3.7/.50/ 3/4	3.5/1.0/ 2/4	4.0/.70/ 3/5	3.6/.80
9.2	No seu município a aprendizagem, passiva e ativa da população local, em relação a atividades associadas ao ecoturismo realiza-se através de serviços de interpretação em áreas protegidas ou locais associados ao ecoturismo	1.5/.527/ 1/2	3.2/.88/ 2/5	2.4/1.05/ 1/4	2.5/1.0/ 1/3	2.5/1.73/ 1/5	3.0/1.0/ 2/4	2.5/1.03
9.3	A região da CIM RC tem uma boa rede de áreas e sítios protegidos	2.6/.69/ 2/4	3.5/.74/ 2/5	3.0/.82/ 2/4	3.5/.57/ 3/4	3.5/.57/ 3/4	3.8/.44/ 3/4	3.5/.65
9.4	As atividades associadas ao ecoturismo realizadas no seu município potencializam a solidariedade com as gerações futuras	3.4/.99/ 2/5	3.4/.74/ 2/5	3.4/1.05/ 1/5	2.7/1.25/ 1/4	2.7/.50/ 2/3	4.0/1.0/ 3/5	3.3/.92
9.5	As atividades associadas ao ecoturismo realizadas no seu município potencializam a preservação dos recursos e atrativos turísticos locais	3.8/1.31/ 2/5	3.7/.70/ 3/5	3.7/.69/ 3/5	2.7/1.25/ 1/4	3.7/.95/ 3/5	4.0/.70/ 3/5	3.6/.94

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

Quando questionados sobre se a região da CIM RC tem uma boa rede de áreas e sítios protegidos (Q9.3), a maioria dos grupos de *stakeholders* concorda (média de $3.5 \pm .65$), mas com diferenças estatísticas entre os grupos AT (média de $2.6 \pm .69$) e AU (média de $3.8 \pm .44$). Apesar destas diferenças, é de realçar que esta é a variável em que há menor dispersão de opiniões ($\pm .65$) e menor dispersão de dados (máximo de 4, mínimo de 2).

Ainda neste conjunto de variáveis, a maioria dos inquiridos discorda que atualmente a aprendizagem, passiva e ativa da população local, em relação a atividades associadas ao ecoturismo se realize através de serviços de interpretação em áreas protegidas ou locais associados ao ecoturismo (Q9.2, média de 2.5 ± 1.03). Nesta variável verificam-se igualmente diferenças estatísticas entre o grupo AT (média de $1.5 \pm .52$) e AU (média de 3 ± 1). De facto, o grupo dos agentes de animação turística destaca-se de todos os outros, sendo o único que tem uma opinião tendencialmente discordante. É ainda de realçar que a diversidade de opiniões nesta resposta é expressiva (desvio padrão superior a 1). Esta é uma variável relativamente

importante mas complexa na gestão das áreas protegidas. De facto, existem conveniências que podem influenciar a resposta, pois pode ser proveitoso para alguns *stakeholders* assumirem que a aprendizagem da população local se realiza através de serviços de interpretação em áreas protegidas como forma de entrar em coerência com as respostas dada à variável da questão Q8.6 que avalia a existência de instituições capazes de planear/implementar processos de desenvolvimento endógeno nos municípios.

Neste conjunto de variáveis que avaliam no seu conjunto o grau de concordância sobre a gestão e uso eficiente dos recursos endógenos, as opiniões inclinam-se para um nível de concordância neutro de 3 – nem concordo nem discordo verificando-se, no entanto, que o grupo AT é tendencialmente mais discordante dos restantes e o grupo AU tendencialmente mais concordante.

5.3.3 Sustentabilidade ambiental (D1.3)

Nível de importância dado à implementação de boas práticas e sistemas de gestão associados ao turismo sustentável

Questionados sobre a importância da implementação de boas práticas e de sistemas de gestão ambiental e de qualidade no setor do turismo, a opinião varia entre o pouco importante e o muito importante (cf. Quadro 16).

Quadro 16| Q10- Nível de importância dado à implementação de iniciativas associadas ao turismo sustentável

D1.3-Sustentabilidade Ambiental		AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
10.1	Código de conduta e de boas práticas do turismo	3.2/.42/ 3/4	3.8/.35/ 3/4	3.4/.75/ 2/4	3.2/.50/ 3/4	2.7/1.25/ 1/4	3.4/.54/ 3/4	3.3/.64
10.2	Programas de educação ambiental nas entidades diretamente relacionadas com a atividade turística	3.5/.52/ 3/4	4.0/0.00/ 4/4	3.4/.75/ 2/4	3.2/.95/ 2/4	3.2/.95/ 2/4	3.4/.05/ 3/4	3.4/.38
10.3	Sistemas de gestão de qualidade	2.6/.84/ 2/4	3.8/.35/ 3/4	3.5/.75/ 2/4	3.5/.57/ 3/4	3.0/0/ 3/3	3.2/.44/ 3/4	3.2/.50
10.4	Sistemas de gestão ambiental	2.6/.84/ 2/4	3.8/.35/ 3/4	3.3/.74/ 2/4	3.7/.50/ 2/4	3.7/.50/ 3/4	3.2/.44/ 3/4	3.4/.56
10.5	Prioridade à produção de biomassa e ao uso de recursos naturais renováveis	2.3/.48/ 2/3	3.2/.88/ 2/4	2.6/1.18/ 1/4	3.2/.95/ 2/4	3.0/1.41/ 1/4	2.2/1.09/ 1/4	2.7/1.0
10.6	Redução de gastos energéticos e conservação de energia	3.0/0.0/ 3/3	3.5/.51/ 3/4	3.1/.98/ 1/4	3.2/.50/ 3/4	2.7/.95/ 2/4	2.8/.83/ 2/4	3.0/.63
10.7	Tecnologias e processos produtivos com baixo índice de resíduos	2.2/.78/ 1/3	3.2/.88/ 2/4	2.6/1.14/ 1/4	3.5/1.00/ 2/4	2.7/.95/ 2/4	2.4/.89/ 2/4	2.8/.94

(1- nada importante; 2- pouco importante; 3- importante; 4- muito importante)

Neste conjunto de sete variáveis (Q10.1 a Q10.7), todos os grupos de *stakeholders* valorizam a implementação de programas de educação ambiental nas entidades diretamente relacionadas com a atividade turística (média de $3.4 \pm .38$) e consideram menos importante dar prioridade à produção de biomassa e ao uso de recursos naturais renováveis (Q10.5, média de 2.7 ± 1). Contudo é de referir a limitação desta questão, porquanto, ela engloba duas questões numa só, pelo que os inquiridos podem ter sentido alguma dificuldade na separação do conteúdo da mesma aquando da sua resposta.

Entre os grupos de *stakeholders*, e no conjunto das sete variáveis, é de realçar que apenas uma - Prioridade à produção de biomassa e ao uso de recursos naturais renováveis (Q10.5) - apresenta uma maior dispersão de opiniões (desvio padrão de 1), sendo que as restantes variáveis apresentam uma menor dispersão de opiniões (desvio padrão a variar entre .38 e .94).

Grau de concordância com aspetos relacionados com a sustentabilidade ecológica

A opinião dos inquiridos sobre os diversos aspetos relacionados com a sustentabilidade ecológica é comparativamente diversificada, identificando-se uma variável cuja avaliação é menos positiva entre os grupos de *stakeholders* (Q11.4). Nas restantes três variáveis a média situa-se em torno do 3 - nem concordo nem discordo (cf. Quadro 17).

Quadro 17| Q11- Grau de concordância com aspetos da sustentabilidade ecológica

D1.3-Sustentabilidade Ambiental		AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
11.1	No seu município as ações, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo têm sido implementadas no sentido de preservar, recuperar e manter as áreas naturais existentes	3.4/.51/ 3/4	3.4/.51/ 3/4	3.5/.75/ 1/5	2.7/1.25/ 1/4	3.2/1.70/ 1/5	4.2/.44/ 4/5	3.4/.87
11.2	Nos locais que são atualmente espaços de desenvolvimento de ações associadas ao ecoturismo, as mesmas têm sido projetadas/implementadas tendo em conta os ciclos ecológicos dos ecossistemas	2.0/1.05/ 1/3	3.4/.50/ 3/4	3.1/.73/ 1/5	3.0/1.41/ 1/4	3.2/1.70/ 1/5	3.8/.83/ 3/5	3.1/1.00
11.3	Nos locais que são atualmente espaços de desenvolvimento de ações associadas ao ecoturismo, as mesmas têm sido projetadas/implementadas com base no uso prudente de recursos não renováveis	3.9/.31/ 3/4	3.4/.51/ 3/4	3.1/.81/ 1/5	2.5/1.0/ 1/3	2.5/1.73/ 1/4	4.0/.70/ 3/5	3.2/.85
11.4	Nos locais que são atualmente espaços de desenvolvimento de ações associadas ao ecoturismo, as ações projetadas/implementadas podem degradar o ambiente e os atrativos turísticos	1.6/.69/ 1/3	3.4/.64/ 3/5	3.0/.82/ 1/5	2.2/.95/ 1/3	2.2/1.50/ 1/4	2.8/1.48/ 1/5	2.5/1.02

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

Em geral, pode considerar-se que a maioria dos inquiridos tem uma opinião razoável sobre as ações que (direta ou indiretamente ligadas ao ecoturismo) têm sido implementadas no sentido de preservar, recuperar e manter as áreas naturais, tendo em conta os ciclos ecológicos dos ecossistemas com base no uso prudente de recursos não renováveis (Q11.1 a Q11.3).

No entanto, verificam-se diferenças estatísticas entre os diferentes grupos de *stakeholders*. Essas diferenças resultam fundamentalmente de uma avaliação mais positiva por parte do grupo AU. Na Q11.2 as diferenças são entre o AT (média de 2 ± 1.05) com todos os outros grupos, na Q11.1 entre o AU (média de $4.2 \pm .44$) com os todos os outros, realçando-se uma diferença estatística elevada se comparado com o grupo ONG/ASS (média de 2.7 ± 1.25), na Q11.3 entre o AU (média de $4 \pm .70$) e as ONG/ASS e o I&E (média de 2.5).

De facto, o grupo dos investigadores e especialistas e as ONG e associações ambientalistas destacam-se de todos os outros, sendo os únicos que têm uma opinião tendencialmente discordante, o que naturalmente seria de esperar, não só pelos conhecimentos científicos que possuem sobre a área estudada, mas também pela própria forma de observar esta problemática.

Apesar desta heterogeneidade de opiniões há que realçar que a maioria dos inquiridos não concorda que nos locais que são atualmente espaços de desenvolvimento de ações associadas ao ecoturismo, as ações projetadas/implementadas possam degradar o ambiente e os atrativos turísticos (Q11.4, média de 2.5 ± 1.02), o que é consonante com um dos princípios básicos do ecoturismo já enunciado no capítulo II. Nesta variável verificam-se diferenças estatísticas entre o grupo AT (média de $1.6 \pm .69$) e os restantes, o que por si só nos poderá levar a pensar que muitas das atividades realizadas pelos mesmos e denominadas de atividades ecoturísticas, efetivamente podem não o ser. É ainda de realçar a diversidade de opiniões nesta resposta (desvio padrão superior a 1), com uma elevada dispersão dos dados em todos os grupos.

Estado da oferta de serviços/recursos de educação ambiental

Segundo os *stakeholders* inquiridos, o estado da oferta de serviços/recursos de educação ambiental é baixo, com a média entre os 2.2 para programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas que possam contribuir para o desenvolvimento deste segmento turístico e os 2.3 para os programas de educação ambiental direcionados aos agentes diretamente envolvidos com o ecoturismo (cf. Quadro 18).

Quadro 18| Q12- Estado da oferta de serviços/recursos de educação ambiental

D1.3-Sustentabilidade Ambiental		AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
12.1	Programas de educação ambiental direcionados aos agentes diretamente envolvidos com o ecoturismo	2.0/0/ 2/2	2.8/.56/ 2/4	2.0/.96/ 1/4	2.7/.95/ 2/4	1.7/.50/ 1/2	3.0/.70/ 2/4	2.3/.61
12.2	Programas de educação ambiental direcionados à comunidade local que possam contribuir para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo	2.0/0/ 2/2	2.7/.70/ 2/4	2.0/1.03/ 1/4	2.2/1.25/ 1/4	1.7/.50/ 1/2	3.4/.89/ 2/4	2.3/.73
12.3	Programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas que possam contribuir para o desenvolvimento deste segmento turístico	2.0/0/ 2/2	2.8/.56/ 2/4	2.0/.96/ 1/4	2.0/.81/ 1/3	1.7/.50/ 1/2	3.0/.70/ 2/4	2.2/.59
12.4	Programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas e agentes que possam contribuir para estabelecer relações com o território para além da relação turística	2.1/.31/ 2/3	2.9/.79/ 2/5	1.8/1.01/ 1/4	2.0/.81/ 1/3	2.0/.81/ 1/3	2.8/.44/ 2/3	2.2/.70

(1- muito baixo; 2- baixo; 3- médio; 4- elevado; 5- muito elevado)

O desvio padrão é relativamente baixo em todas as variáveis e para todos os *stakeholders*, verificando-se algumas exceções: nos grupos TER (1.03) e ONG/ASS (1.25) na variável que avalia a existência de programas de educação ambiental direcionados à comunidade local (Q12.2) e no grupo TER na variável que avalia a existência de programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas e agentes (Q12,4) (desvio padrão de 1.01).

Embora se verifique uma convergência de opiniões neste conjunto de respostas, só uma variável (Q12.4) não apresenta diferenças estatísticas entre os grupos I&E e AU. Conforme se tem verificado em situações semelhantes em que a avaliação é mais positiva quando diretamente relacionada com os grupos que a avaliam. Neste caso são, uma vez, mais o grupo de *stakeholders* dos AU que apresentam uma avaliação mais satisfatória, e no outro extremo, já esperado, o grupo I&E que apresenta uma avaliação insatisfatória.

Potencial de desenvolvimento de serviços/recursos de educação ambiental

Na análise do potencial de desenvolvimento de serviços/recursos de educação ambiental (cf. Quadro 19), verifica-se que existe unanimidade entre os diversos *stakeholders*, que o classificam entre elevado e muito elevado em todas as vertentes, variando a média de 4 para programas de educação ambiental direcionados aos agentes diretamente envolvidos com o ecoturismo, até 4.1 para programas de educação ambiental direcionados à comunidade local que possam contribuir para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo e programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas e agentes que possam contribuir para estabelecer relações com o território, para além da relação turística. O grupo que apresenta uma avaliação do potencial mais baixo é o TER e os mais elevados os I&E e AT, mas a dispersão dos valores é reduzida em todas as variáveis, não se verificando grandes diferenças estatísticas entre os grupos de *stakeholders* (médias a variar entre 3.6 e 4.7).

Quadro 19| Q13- Potencial de desenvolvimento de serviços/recursos de educação ambiental

D1.3-Sustentabilidade Ambiental		AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
13.1	Programas de educação ambiental direcionados aos agentes diretamente envolvidos com o ecoturismo	4.4/.51/ 4/5	3.8/.91/ 3/5	3.8/1.42/ 1/5	4.0/.81/ 3/5	4.2/.50/ 4/5	3.8/.44/ 3/4	4.0/.77
13.2	Programas de educação ambiental direcionados à comunidade local que possam contribuir para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo	4.7/.48/ 4/5	4.0/.92/ 3/5	3.7/1.52/ 1/5	4.2/.50/ 4/5	4.0/.81/ 3/5	4.2/.83/ 3/5	4.1/.85
13.3	Programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas que possam contribuir para o desenvolvimento deste segmento turístico	4.7/.48/ 4/5	3.9/.88/ 3/5	3.8/1.39/ 1/5	4.50/.57/ 4/5	4.0/.81/ 3/5	3.8/.44/ 3/4	4.1/.77
13.4	Programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas e agentes que possam contribuir para estabelecer relações com o território para além da relação turística	4.5/.70/ 3/5	4.0/.92/ 3/5	3,6/1,46/ 1/5	4,7/,50/ 4/5	4,2/,50/ 4/5	3,8/,44/ 3/4	4,1/,76

(1- muito baixo; 2- baixo; 3- médio; 4- elevado; 5- muito elevado)

Fazendo uma comparação da avaliação da oferta destes serviços/recursos de educação ambiental (Q12.1 a Q12.4), com as suas potencialidades de desenvolvimento (Q13.1 a 13.4), verifica-se uma grande disparidade, com os *stakeholders* inquiridos a considerarem que o estado da oferta em todas as suas vertentes é muito inferior às potencialidades de desenvolvimento existentes.

5.3.4 Forças e fraquezas (D1.4)

Fase atual de desenvolvimento turístico na CIM RC

A generalidade dos inquiridos (66.2%; n=43) considera que os municípios estudados da CIM RC estão numa fase de elevado crescimento turístico, enquanto 10.8% considera que se está numa fase de estagnação (cf. Quadro 20). Estes valores são desde logo validados pelas evidências estatísticas do turismo da Região Centro de Portugal no ano de 2016.

Quadro 20| Q14- Fase atual de desenvolvimento turístico na CIM RC %

%	AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	Total	Total%
Baixo crescimento	1	1	8	1	1	3	15	23.1
Elevado crescimento	9	12	16	1	3	2	43	66.2
Estagnação		2	3	2			7	10.8
Declínio							0	0.0
Total dos inquiridos (n°.)	10	15	27	4	4	5	65	
Total dos inquiridos (%)	15	23	42	6	6	8		100

Potencial de ecodesenvolvimento a médio prazo (5 a 10 anos)

No que se refere ao potencial de ecodesenvolvimento a médio prazo (5 a 10 anos) nos municípios integrados no estudo, os *stakeholders* apresentam respostas que o situa entre o baixo e o elevado (média entre 2.4 e 4.4) (cf. Quadro 21).

Quadro 21| Q15- Potencial de ecodesenvolvimento a médio prazo (5 a 10 anos)

D1.4-Forças e Fraquezas		AT	AV	TER	ONG/ASS	I&E	AU	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
15.1	Arganil	4.1/.31/ 4/5	3.2/1.28/ 2/5	4.1/.80/ 2/5	4.2/.95/ 3/5	3.2/1.50/ 2/5	3.8/1.09/ 2/5	3.8/.99
15.2	Coimbra	3.0/0/ 3/3	4.0/.84/ 3/5	3.8/.76/ 3/5	3.5/.57/ 3/4	2.5/.57/ 2/3	3.8/.83/ 3/5	3.4/.60
15.3	Condeixa	3.4/.69/ 2/4	3.2/.56/ 2/4	3.5/1.17/ 2/5	4.0/.81/ 3/5	3.5/1.29/ 2/5	4.2/.83/ 3/5	3.6/.90
15.4	Lousã	4.4/.51/ 4/5	4.0/.65/ 3/5	3.8/.93/ 3/5	4.5/1.00/ 3/5	4.0/1.41/ 2/5	4.0/.70/ 3/5	4.1/.87
15.5	Miranda do Corvo	3.7/.82 /2/5	3.3/1.17/ 2/5	3.3/.97/ 2/5	3.7/1.25/ 2/5	3.5/1.0/ 2/4	3.8/1.09/ 2/5	3.5/1.05
15.6	Montemor-o-Velho	3.6/.96/ 2/5	3.0/1.36/ 1/5	2.8/1.33/ 1/5	3.2/1.50/ 2/5	3.6/1.52/ 2/5	3.6/1.14/ 2/5	3.3/1.31
15.7	Penacova	4.2/.91/ 2/5	3.3/1.23/ 2/5	3.2/1.03/ 2/5	3.7/.95/ 3/5	3.2/1.50/ 2/5	3.6/1.14/ 2/5	3.5/1.13
15.8	Penela	4.3/.67/ 3/5	2.8/1.08/ 1/5	4.1/.73/ 3/5	4.0/1.41/ 2/5	4.0/.81/ 3/5	4.4/.54/ 4/5	3.9/.88
15.9	Soure	3.4/.84/ 2/4	2.5/.74/ 1/4	2.6/.75/ 1/4	3.2/.95/ 2/4	3.0/1.0/ 2/4	3.4/.89/ 2/4	3.0/.86
15.10	Vila Nova de Poiares	3.3/.94/ 2/4	2.4/.73/ 1/3	2.5/.64/ 2/4	3.7/.95/ 3/5	2.7/.95/ 2/4	3.2/1.09/ 2/4	2.9/.89

(1- muito baixo; 2- baixo; 3- médio; 4- elevado; 5- muito elevado)

Este é considerado um valor modesto, nomeadamente quando comparado com a resposta à questão 14. Essa disparidade poderá ser explicada por um certo negativismo em relação ao potencial de ecodesenvolvimento de alguns municípios em particular, nomeadamente, em relação ao município de Vila Nova de Poiares (média de $2.9 \pm .73$).

Muitos inquiridos apresentam respostas tendencialmente mais otimistas, destacando-se os grupos AU, ONG/ASS e TER (o desvio padrão é, na generalidade dos municípios, inferior a 1). Contudo, verifica-se que algumas das variáveis (Q15.6, Q15.8 e Q15.10) apresentam diferenças importantes, com os dados a apontarem para a existência de uma divergência das opiniões entre os inquiridos, apresentando estas respostas que percorrem toda a escala de valores.

O município da Lousã destaca-se como o que os inquiridos consideram apresentar maior potencial de ecodesenvolvimento a médio prazo (média de $4.1 \pm .87$), podendo este valor ser explicado pelo facto de este ter, nos últimos anos, apresentado alternativas para reforçar o potencial estratégico do turismo para a região, nomeadamente, o de se posicionar no mercado como um destino de turismo acessível. O Projeto “Lousã, Destino de Turismo Acessível” englobou diversas áreas de intervenção e diversos agentes e foi já um dos projetos reconhecido no ano de 2011 na 7.^a edição dos Prémios Turismo de Portugal.

Seguem-se os municípios de Penela (média de $3.9 \pm .88$) e Arganil (média de $3.8 \pm .99$) apresentando-se o município de Coimbra com uma média de $3.4 \pm .60$, ficando este valor aquém do esperado, tendo em consideração a singularidade de atributos excepcionais existentes no conhecido conjunto histórico denominado de “Universidade de Coimbra - Alta e Sofia, classificado recentemente como “Património da Humanidade” pela Comissão Nacional da UNESCO, cuja singularidade se expande para além do município, abrangendo mesmo uma dimensão internacional.

Ainda na dimensão D.14, o instrumento de medida inclui duas questões de resposta aberta que pretendem avaliar os pontos fortes (Q16) e pontos fracos (Q17) dos

municípios em estudo, nas quais se solicita a exposição dos três pontos mais importantes para cada questão.

No que se refere aos pontos fortes (Q16), destaca-se o património, que corresponde a 15.1% (n=19) das respostas (cf. Figura 4). Importa evidenciar que muitas das respostas incluídas no grupo “património” englobam diversas tipologias de património, com destaque para o património natural. Importa também destacar como ponto forte a gastronomia (9.5%; n=12) e a paisagem e recursos endógenos que totalizam 17.4% (n=22) das respostas.

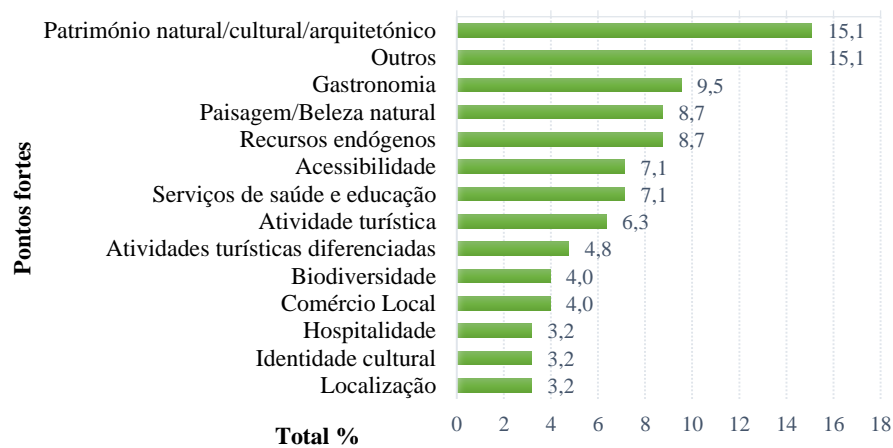


Figura 4| Pontos fortes (Q16)

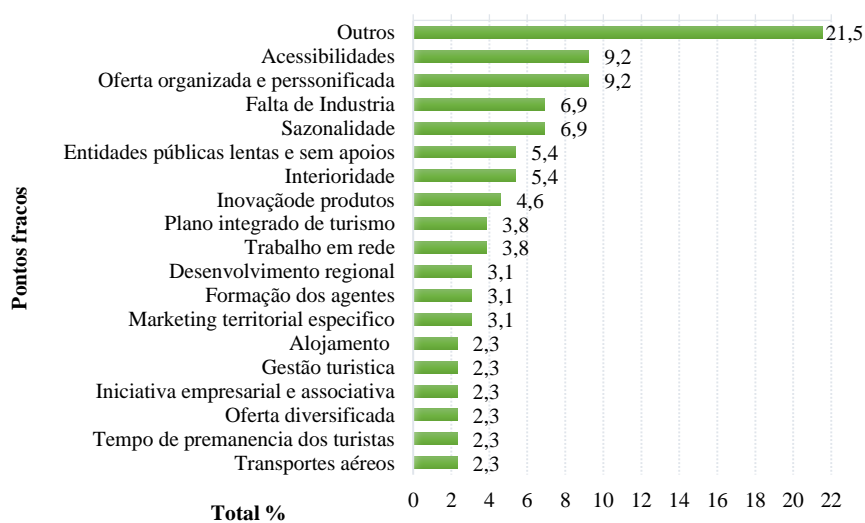
A disposição das respostas pelos grupos de *stakeholders* é comparativamente heterogênea, existindo determinadas especificidades, como a valorização do património, da gastronomia e dos recursos endógenos pelo grupo TER, da paisagem/beleza natural dos grupos AT e TER e da desvalorização por parte dos grupos AV, AU e ONG/ASS. É ainda de realçar o elevado número de menções, por parte do grupo AV, referentes aos serviços de saúde e de educação e a desvalorização nos restantes grupos (cf. Quadro 22).

Quadro 22|Q16- Principais pontos fortes do turismo da CIM RC (nº/%)

Pontos Fortes	AV	AT	AU	IE	ONG/ASS	TER	Total	Total%
Património natural/cultural/arquitetónico	3	1	2	2	2	9	19	15.1
Outros	7	4	1	1	1	5	19	15.1*
Gastronomia		1	1	1		9	12	9.5
Paisagem/Beleza natural		4		1		6	11	8.7
Recursos endógenos	1	2	2	1		5	11	8.7
Acessibilidade	2	4	1	2			9	7.1
Serviços de saúde e educação	9						9	7.1
Atividade turística	7		1				8	6.3
Atividades turísticas diferenciadas	1	4				1	6	4.8
Biodiversidade		1		2		2	5	4.0
Comércio Local	5						5	4.0
Hospitalidade	3					1	4	3.2
Identidade cultural	2	2					4	3.2
Localização		1		1		2	4	3.2
Total dos inquiridos (nº.)	40	24	8	11	3	40	126	
Total dos inquiridos (%)	32	19	6	9	2	32		100

*Percentagem parcial <= 2.4% (méd = 2.4)

Quanto à avaliação dos pontos fracos nos municípios selecionados no estudo (Q17), destacam-se as acessibilidades e a falta de organização da oferta (9.2%; n=12). É ainda de realçar o elevado número de referências à falta de indústria e à sazonalidade existente (6.9%; n=9). Não são de descurar também as referências à falta de apoio por parte das entidades públicas e à interioridade dos municípios (5.4%; n=7) (cf. Figura 5).

**Figura 5| Pontos Fracos (Q17)**

Fazendo uma análise comparativa entre grupos de *stakeholders* sobre os pontos fracos do turismo nos municípios, verifica-se diferenças importantes (cf. Quadro 23), salientando-se as seguintes: Pouca valorização das acessibilidades como ponto fraco pelos grupos AV, I&E e ONG/ASS; Maior valorização da falta de indústria como ponto fraco pelo grupo AV e menor pelos restantes grupos; Baixa valorização da localização dos municípios (interioridade) como ponto fraco pela maioria dos grupos, com exceção da expressiva valorização pelo grupo TER; Maior valorização da falta de apoios por parte das entidades públicas nos grupos AV e AT e total ausência nos outros grupos; Importância expressiva da organização e personificação da oferta turística como ponto fraco por parte dos grupos AT e TER; Ausência, ou indício residual de referências relativas à formação dos agentes ligados ao turismo e ao tempo de permanência dos turistas, como ponto fraco por parte da maioria dos grupos, com exceção do grupo TER.

Quadro 23| Q17- Principais pontos fracos do turismo da CIM RC (n°/%)

Pontos Fracos	AV	AT	AU	I&E	ONG/ASS	TER	Total	Total%
Outros	10	2	3	2	3	8	28	21.5*
Acessibilidades		4	2			6	12	9.2
Oferta organizada e personificada	2	4		2		4	12	9.2
Falta de Indústria	8					1	9	6.9
Sazonalidade	1	4				4	9	6.9
Entidades públicas lentas e sem apoios	3	4					7	5.4
Interioridade			1			6	7	5.4
Inovação de produtos	2			1		3	6	4.6
Plano integrado de turismo	2	1		1		1	5	3.8
Trabalho em rede	2	1	1	1			5	3.8
Desenvolvimento regional	3		1				4	3.1
Formação dos agentes	1					3	4	3.1
Marketing territorial específico		1		1		2	4	3.1
Alojamento			2	1			3	2.3
Gestão turística		3					3	2.3
Iniciativa empresarial e associativa	1		1			1	3	2.3
Oferta diversificada	2					1	3	2.3
Tempo de permanência dos turistas		1				2	3	2.3
Transportes aéreos	3						3	2.3
Total dos inquiridos (n°)	40	25	11	9	3	42	130	
Total dos inquiridos (%)	31	19	8	7	2	32		100

*Percentagem parcial <= 1.5% (méd=1.5)

5.4. Perceção dos *stakeholders* sobre a *ecoclusterização* (D2)

As 34 variáveis da terceira parte do instrumento de medida sobre o *ecoclusterização* (D2) foram também agrupadas em quatro subdimensões: D2.1 – Aglomeração de

agentes e tipologia (Questões - 18;19); D2.2 – Iniciativa empresarial local pública e privada (Questões 20; 21.1 a 21.6; 26.1; 26.2); D2.3 – Ações coletivas (Questões – 22.1 a 22.5; 23.1 a 23.5; 26.3; 26.4) e D2.4 - Ambiente de cooperação e competição (Questões – 24.1 a 24.4; 25.1 a 25.5; 26.5;27). A distribuição feita por três dos grupos de *stakeholders* (AT, AV e TER) é a única variável independente considerada.

5.4.1 Aglomeração de agentes: Tipologia/Município de prestação de serviços associados ao ecoturismo (D2.1)

A distribuição dos inquiridos por tipologia de entidade que presta serviços associados ao ecoturismo (Q18.2) apresenta uma grande concentração no município de Coimbra com 38% (n=20) dos respondentes, seguindo-se os municípios da Lousã com 17% (n=9) e Arganil com 13% (n=7). Em oposição, verifica-se uma menor concentração de respondentes nos municípios de Soure, Montemor-o-Velho e Condeixa com apenas 2% (n=1) dos respondentes, respetivamente (cf. Quadro 24).

Quadro 24| Q18- Entidades e municípios em que prestam serviços associados ao ecoturismo

D2.1-Aglomeração de agentes: Tipologia/Município	AR	CO	CON	LO	MDC	MOV	PE	PEN	SO	VNP	Total	Total%
Q 18.2/18.3 Questão / Variável												
AV		14			1						15	29
AT		5	1	4							10	19
TER	7	1		5	4	1	3	3	1	2	27	52
Total dos inquiridos (n°)	7	20	1	9	5	1	3	3	1	2	52	
Total dos inquiridos (%)	13	38	2	17	10	2	6	6	2	4		100

Comparando a avaliação da variável Q18.3, correspondendo ao principal município da CIM RC que oferece o serviço, com as apresentadas nas questões 15.1 a 15.10, correspondendo ao potencial de ecodesenvolvimento nos municípios integrados no estudo a médio prazo (5 a 10 anos), confirma-se a coerência desta avaliação para todos os municípios, com exceção do município de Coimbra, em que existe uma grande concentração de empresas que oferecem os seus serviços associados ao ecoturismo neste município e para o qual os *stakeholders* respondentes apresentam algum pessimismo no potencial de ecodesenvolvimento a médio prazo (média de

3.4±.60). Estes valores podem ser explicados, quer por o município ser capital de distrito e apresentar várias valências que permitem aos *stakeholders* ter maior visibilidade, como pelo facto da maioria destes *stakeholders* serem agentes de viagens que, na sua grande maioria, estão sediados no município mas prestam serviços que ultrapassam largamente as fronteiras físicas e administrativas do mesmo.

Ainda no sentido de avaliar esta dimensão (D2.1), o instrumento de medida inclui uma segunda questão de resposta aberta, direcionada também aos grupos AT, AV e TER, sobre os motivos que os levaram a ingressar na atividade turística (Q19), solicitando-se a apresentação de três motivos principais. A distribuição das respostas pelos grupos de *stakeholders* é relativamente homogénea, salientando-se o gosto pela própria atividade e perspetiva económica, que correspondem a 33.7% (n=30) das respostas (cf. Figura 6). Importa destacar que a totalidade das respostas incluídas no grupo preservação do património/rentabilização do património (11.2%; n=10) referem-se a respostas do grupo TER.



Figura 6| Fatores de motivação para o exercício da atividade turística (Q19)

5.4.2 Iniciativa empresarial – privada e pública (D2.2)

Na análise da iniciativa empresarial local e relativamente a candidaturas apresentadas com o objetivo de obter incentivos empresariais, verifica-se que a maioria dos *stakeholders* não refere nenhuma candidatura apresentada. Da totalidade dos inquiridos (n=65) somente 15 referem que apresentaram, pelo menos, uma candidatura e que todas as que foram apresentadas foram aprovadas (cf. Quadro 25).

Quadro 25| Q20- N° de candidaturas apresentadas versus Candidaturas aprovadas

D2.2 - Iniciativa empresarial local		AT	AV	TER
Q	Questão / Variável	n°	n°	n°
20.1	Número de candidaturas apresentadas a sistemas de incentivos empresariais	3	6	6
20.2	Número de candidaturas aprovadas em sistemas de incentivos empresariais	3	6	6
Diferença Apresentadas/Aprovadas		0	0	0

Quanto ao grau de importância dado pelas empresas aos apoios financeiros recebidos, os grupos de *stakeholders* apresentam heterogeneidade nas respostas (mínimo de 1 e máximo de 4). Apesar da menor concentração das opiniões, verifica-se contudo que a maioria considera nada importantes ou pouco importantes os apoios recebidos (média de 1.8 ± 1.24) (cf. Quadro 26). Confirma-se a coerência desta avaliação em comparação com a avaliação da variável Q20.1 - Número de candidaturas apresentadas a sistemas de incentivos empresariais, onde se verifica existir um número reduzido de candidaturas em todos os grupos de *stakeholders*, manifestando assim um quase total descrédito ou falta de informação relacionado com os mesmos.

Quadro 26| Q20 - Grau de importância dos apoios financeiros dados às empresas

D2.2 - Iniciativa empresarial local		AT	AV	TER	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
20.3	Importância dada aos apoios financeiros dados à empresa	1.7/1.16/ 1/4	2.1/1.45/ 1/4	1.6/1.09/ 1/4	1.8/1.24

(1- nada importante; 2- pouco importante; 3- importante; 4- muito importante)

A opinião dos inquiridos sobre os diversos aspetos relacionados com o investimento do setor produtivo local ligado diretamente ao segmento ecoturismo é em geral de discordância (cf. Quadro 27).

A questão que apresenta um nível de concordância mais elevado é a Q21.6, com todos os *stakeholders* a considerarem que os objetivos de desenvolvimento do turismo ecológico mundial são compartilhados pelas suas organizações (média de $4 \pm .88$).

Quadro 27| Q21 - Grau de concordância com aspetos relacionados com o investimento do setor produtivo local ligado diretamente ao segmento ecoturismo

D2.2 - Iniciativa empresarial local		AT	AV	TER	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
21.1	No seu município existe um ritmo elevado de investimento em capital humano diretamente ligado ao ecoturismo	1.9/.99/ 1/3	2.7/.96/ 1/4	2.1/.96/ 1/4	2.2/.97
21.2	No seu município existe uma melhoria sistemática das qualificações e competências do capital humano diretamente ligado ao ecoturismo	1.6/.69/ 1/3	3.1/.74 /2/4	2.2/1.14 /1/5	2.3/.86
21.3	No seu município as ações produtivas promovem a valorização dos recursos endógenos locais	3.6/.51 /3/4	3.7/.45/ 3/4	3.3/1.06/ 2/5	3.5/.68
21.4	No seu município existe um desenvolvimento visível do empreendedorismo diretamente ligado ao ecoturismo	2.1/1.19/ 1/4	3.1/.64/ 2/4	3.3/.75/ 1/4	2.8/.86
21.5	No seu município existe um desenvolvimento de iniciativas empresariais inovadoras suportadas pelo investimento nas despesas de investigação e desenvolvimento	2.3/.94 /1/3	3.0/.79/ 2/4	2.4/.98/ 1/4	2.6/.91
21.6	Os objetivos de desenvolvimento do turismo ecológico mundial são compartilhados pela sua organização	4.6/.51/ 4/5	4.1/.64/ 3/5	3.3/1.47/ 1/5	4.0/.88

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

Existe também um nível de concordância razoável (média de $3.5 \pm .68$) sobre a opinião relativa às ações produtivas existentes nos municípios que promovem a valorização dos recursos endógenos locais (Q21.3). Nas seis afirmações com as quais os inquiridos foram confrontados, quatro apresentam um nível de discordância, com a média a situar-se entre o 2.2 na Q21.1, que avalia a existência de investimento em capital humano diretamente ligado ao ecoturismo e 2.8 na Q21.4, que avalia a existência de empreendedorismo diretamente ligado ao ecoturismo.

5.4.3 Ações coletivas (D2.3)

A dimensão D2.3 engloba cinco variáveis que avaliam o grau de satisfação associada às ações coletivas, ligadas ao ecoturismo, existentes nos municípios. A satisfação média é globalmente modesta e partilhada por todos os grupos de *stakeholders*, com exceção do grupo AT, que expressa um nível de satisfação mais elevado (cf. Quadro 28).

Quadro 28| Q22 - Grau de satisfação associada às ações coletivas existentes ligadas ao ecoturismo

D2.3 - Ações coletivas		AT	AV	TER	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
22.1	Participação dos diferentes segmentos sociais na valorização da cultura e do saber local	4.1/.99/ 3/5	3.2/.77/ 2/5	2.6/1.12/ 1/4	3.3/.96
22.2	Participação dos diferentes órgãos públicos na valorização da cultura e do saber local	4.2/1.03/ 2/5	3.2/.67/ 2/4	2.8/1.13/ 1/4	3.4/.95
22.3	Processos de valorização da cultura e do saber local, incentivados pela inter-relação dos sistemas produtivos e das atividades culturais	4.3/.94/ 2/5	3.0/.75/ 2/4	3.0/1.09/ 1/5	3.4/.93
22.4	Processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo	2.5/.85 1/3	2.9/.79/ 2/4	2.7/.99/ 1/4	2.7/.88
22.5	Mecanismos de articulação das atividades locais, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo com outras externas	2.7/.94/ 1/4	3.0/.70/ 2/4	2.9/.97/ 1/4	2.9/.88

(1- muito insatisfeito; 2- insatisfeito; 3- nem satisfeito nem insatisfeito; 4- satisfeito; 5- muito satisfeito)

A existência de processos de valorização da cultura e do saber local, incentivados pela inter-relação dos sistemas produtivos e das atividades culturais (Q22.3), destaca-se pela positiva, e embora apresente uma média inferior a 4- satisfeito, esta é a única variável em que nenhum grupo de *stakeholders* apresenta uma avaliação média abaixo de 3.

As variáveis avaliadas com um menor nível de satisfação são a Q22.4 – Existência de processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas (média de 2.7±.88), a Q22.5 - Existência de mecanismos de articulação das atividades locais, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo com outras externas (média de 2.9±.88).

Em duas das 5 variáveis desta dimensão verificam-se diferenças estatísticas entre os grupos: Na variável Q22.1 é curioso verificar que a satisfação da participação dos diferentes segmentos sociais na valorização da cultura e do saber local seja tão elevada no grupo AT e tão baixa no grupo TER. Esta questão vem confirmar a coerência de respostas dadas pelo grupo TER à Q19 - Fatores de motivação para o exercício da atividade turística - em que a maioria dos elementos deste grupo referem a preservação/rentabilização do património. Podemos deduzir que este grupo sente alguma insatisfação relacionada com a colaboração dos diferentes segmentos sociais na valorização e preservação do património no seu todo, sendo o único grupo que apresenta avaliação de 1 – muito insatisfeito. A situação na Q22.2 é semelhante à

anterior, com a principal diferença a resultar de uma avaliação relativamente mais alta por ambos os grupos.

A dimensão D2.3 engloba ainda cinco variáveis que avaliam o nível de importância dado às ações coletivas, ligadas ao ecoturismo, existentes nos municípios. A importância média sobre os diversos aspetos situa-se em torno do 3 – importante, em todas as variáveis (cf. Quadro 29).

Quadro 29| Q23 – Nível de importância dado às ações coletivas existentes ligadas ao ecoturismo

D2.3 - Ações coletivas		AT	AV	TER	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
23.1	Participação dos diferentes segmentos sociais na valorização da cultura e do saber local	4.0/0/ 4/4	3.6/.48/ 3/4	3.5/.51/ 3/4	3.7/.33
23.2	Participação dos diferentes órgãos públicos na valorização da cultura e do saber local	4.0/0/ 4/4	3.7/.45/ 3/4	3.3/.47/ 3/4	3.6/.31
23.3	Processos de valorização da cultura e do saber local, incentivados pela inter-relação dos sistemas produtivos e das atividades culturais	4.0/0/ 4/4	3.5/.51/ 3/4	3.2/.43/ 3/4	3.5/.32
23.4	Processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo	3.0/1.05/ 2/4	3.5/0.51/ 3/4	3.3/.47/ 3/4	3.2/.68
23.5	Mecanismos de articulação das atividades locais, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo com outras externas	3.0/1.05/ 2/4	3.5/.51/ 3/4	3.2/.43/ 3/4	3.2/.67

(1- nada importante; 2- pouco importante; 3- importante; 4- muito importante)

É de realçar que a diversidade de opiniões neste conjunto de variáveis é pouco expressiva entre os diversos grupos de *stakeholders*, com exceção do grupo AT e nas variáveis Q23.4 e Q23.5 (desvio padrão de 1.05).

Uma conclusão relevante que ressalta da análise dos dados sobre as ações coletivas existentes é que existe um hiato importante entre a satisfação existente e a importância dada às mesmas, considerando os inquiridos que a existência de processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas e a existência de mecanismos de articulação das atividades locais com outras externas, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo, estão aquém das exigências de que a CIM RC necessita para se diferenciar positivamente.

5.4.4 Ambiente de cooperação e competição (D2.4)

A generalidade dos grupos de *stakeholders* não tem opinião ou considera que nos municípios estudados não existe um mercado aberto e concorrencial ligado ao segmento ecoturismo (média de 3 ± 1.06) que, em consequência da inexistência desse

mercado, não existe um equilíbrio dinâmico entre afetação de recursos e repartição de rendimentos (média de 2.8 ± 1.01), conduzindo com isto a que a competitividade entre empresas não se articule com estratégias ativas de inovação de produtos e serviços (média de 3 ± 1.07), que se expressam na inexistência de mecanismos capazes de fortalecer a qualidade e competitividade dos mesmos (média de 2.8 ± 1.18) (cf. Quadro 30). Contudo, é de referir que à exceção do grupo AV, tendencialmente mais positivo em termos de mercado concorrencial, todos os grupos de *stakeholders* e em todas as variáveis apresentam uma grande dispersão de respostas (desvio padrão superior a 1).

Quadro 30| Q24 - Grau de concordância sobre a competitividade existente no mercado ligado ao ecoturismo

D2.4 - Ambiente de cooperação e competição		AT	AV	TER	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
24.1	No seu município existe um mercado aberto e concorrencial diretamente ligado à atividade ecoturística	2.61.350/ 1/4	3.2/.67/ 2/4	3.2/1.15/ 1/5	3.0/1.06
24.2	No seu município o mercado concorrencial visa um equilíbrio dinâmico entre afetação de recursos e repartição de rendimentos	2.6/1.35/ 1/4	3.1/.64/ 2/4	2.8/1.03/ 1/5	2.8/1.01
24.3	No seu município a competitividade entre empresas, direta ou indiretamente ligadas à atividade ecoturística, articula-se com estratégias ativas de inovação de produtos/serviços	3.1/1.52/ 1/5	3.2/.41/ 3/4	2.8/1.26/ 1/5	3.0/1.07
24.4	No seu município existem mecanismos que fortalecem a qualidade e competitividade dos produtos/serviços locais, direta ou indiretamente, ligados à atividade ecoturística	2.5/1.65 1/5	3.3/.48/ 3/4	2.7/1.39/ 1/5	2.8/1.18

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

A dimensão D2.4 engloba cinco variáveis que avaliam a opinião dos inquiridos relativamente ao ambiente de cooperação entre organizações, privadas e públicas, existente nos municípios estudados (cf. Quadro 31). A opinião é mais positiva (média entre 3.1 e 3.7) e consensual (desvio padrão inferior a 1) do que o relacionado com a competitividade (cf. Quadro 30).

O grau de cooperação avaliado mais desfavoravelmente foi o dos processos existentes que favorecem o consumo e a salvaguarda de valores ambientais e recursos locais (média de $3.1 \pm .90$). No sentido oposto, o grau de cooperação diretamente relacionado com a interpenetração de sinergias entre organizações locais foi o avaliado mais favoravelmente (média de $3.7 \pm .95$).

Quadro 31| Q25 - Grau de concordância sobre a cooperação existente no mercado ligado ao ecoturismo

D2.4 - Ambiente de cooperação e competição		AT	AV	TER	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
25.1	No seu município os processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas, direta ou indiretamente ligadas ao ecoturismo, salvaguardam os valores ambientais e os recursos locais	2.8/1.31/ 1/4	3.4/.50/ 3/4	3.2/.87/ 2/5	3.10.90
25.2	No seu município os processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas, direta ou indiretamente ligadas ao ecoturismo favorecem o consumo	2.7/.94/ 2/5	3.4/.50/ 3/4	3.3/.89/ 2/5	3.1/.78
25.3	O desenvolvimento de parcerias entre as organizações públicas ligadas ao processo turístico do seu município, configuram-se em vantagens para a sua organização	2.7/1.33/ 1/5	3.7/.45/ 3/4	3.7/.82/ 1/5	3.3/.87
25.4	O desenvolvimento de parcerias entre as organizações privadas ligadas ao processo turístico do seu município, configuram-se em vantagens para a sua organização	3.0/1.49/ 1/5	3.6/.48/ 3/4	3.9/.44/ 3/5	3.5/.81
25.5	A interpenetração entre eficiência individual e coletiva depende das sinergias obtidas entre as organizações locais	3.4/1.71/ 1/5	3.8/.51/ 3/5	4.0/.63/ 2/5	3.7/.95

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

É de salientar que todas as variáveis que avaliam a cooperação em processos existentes entre setor privado e público (Q25.1, Q25.2 e Q.25.3) são as que apresentam um nível menos positivo. Conforme se tem verificado em situações semelhantes, em que as avaliações são mais positivas quando diretamente relacionadas com os grupos que as avaliam, neste caso, os grupos de *stakeholders* de organizações privadas foram os únicos a responder e como tal, os únicos a manifestarem uma avaliação menos positiva em relação à existência de cooperação entre setor público e privado.

Ainda na dimensão D2.4, que avalia a opinião dos inquiridos relativamente ao ambiente de cooperação e competitividade entre organizações, os inquiridos foram incentivados a manifestar a sua opinião relativamente à importância que dão ao desenvolvimento de processos e ações que potencialmente favorecem a cooperação e competitividade entre organizações.

Nesta análise, verifica-se que existe unanimidade entre os diversos *stakeholders*, que o classificam, no mínimo, de importante em todas as variáveis, com as respostas tendencialmente a concentrarem-se na escala de valores entre 3-importante e 4-muito importante, variando a média de 3.4 para a necessidade de existência de incentivo empresarial local público-privado (em coerência com a valorização dada a estas parcerias, manifestada nas respostas às questões Q25.1, Q25.2 e Q25.3) até 3.7, para

a importância dada à implementação de ações que estimulam as relações de complementaridade e cooperação entre agentes associados ao ecoturismo (cf. Quadro 32).

Quadro 32| Q26 - Grau de importância dado ao desenvolvimento de processos e ações que favorecem a cooperação/ competitividade

D2.4 - Ambiente de cooperação e competição		AT	AV	TER	CIM RC
Q	Questão / Variável	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/ max/min	méd/σ/
26.1	Desenvolvimento de parcerias com organizações privadas e instituições públicas que prestam serviços à sua organização	3.7/.48 3/4	3.6/.48/ 3/4	3.3/.49/ 3/4	3.5/.49
26.2	Incentiva empresarial local público-privada	3.4/.51/ 3/4	3.6/.48/ 3/4	3.2/.72/ 3/4	3.4/.58
26.3	Ações coletivas entre organizações privadas e instituições públicas	3.7/.48/ 3/4	3.7/.45/ 3/4	3.3/.49/ 3/4	3.6/.48
26.4	Processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas que salvaguardam os valores ambientais e os recursos locais	3.7/.48/ 3/4	3.8/.41/ 3/4	3.6/.47/ 3/4	3.7/.46
26.5	Ações implementadas para estimular as relações de complementaridade e cooperação entre agentes associados ao ecoturismo	3.7/.48/ 3/4	3.8/.35/ 3/4	3.7/.45/ 3/4	3.7/.43

(1- nada importante; 2- pouco importante; 3- importante; 4- muito importante)

O instrumento de medida inclui uma última questão de resposta aberta, que avalia as vantagens de atuar num *cluster* ecoturístico (Q27), solicitando-se a apresentação de três vantagens principais.

Os dados apontam para a existência de uma grande convergência nas opiniões. A cooperação e desenvolvimento de parcerias entre *stakeholders* surge como a mais referenciada, com 23% (n=23) de respostas. Os dados revelam, também, uma predominância de respostas que valorizam a promoção/marketing coletivo (13%; n=13), o conhecimento do mercado e o desenvolvimento local (7%; n=7 cada).

É ainda de salientar o reduzido número de referências pelos grupos inquiridos quanto à competitividade e posicionamento de mercado, que apresentam 3% (n=3) de respostas cada um. Foram muitos os inquiridos que apontaram outras vantagens, contudo a percentagem parcial (1.9%) é inferior à média de respostas (cf. Figura 7).

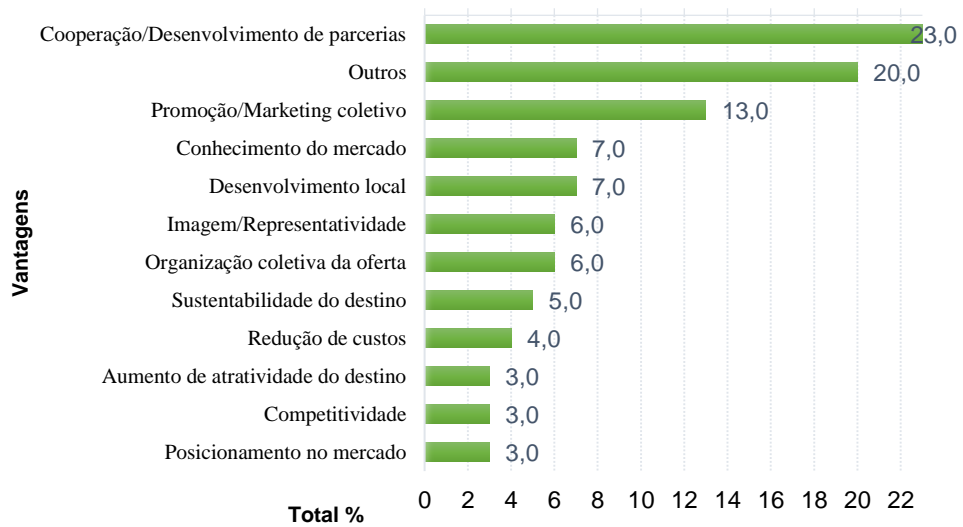


Figura 7| Vantagens de atuar em *cluster* (Q27)

Na comparação da distribuição por *stakeholders* (cf. Quadro 33), destaca-se a elevada valorização da cooperação/desenvolvimento de parcerias e conhecimento do mercado pelo grupo AV em relação aos grupos AT e TER; Ausência de valorização da sustentabilidade do destino pelos grupos AT e TER; Valorização da organização coletiva da oferta por parte do grupo TER e ausência ou indício residual nos restantes grupos; Pouca valorização pelos diversos os grupos do aumento de atratividade do destino, competitividade e posicionamento no mercado.

Quadro 33| Q27- Vantagens de atuar em um *cluster* ecoturístico

Vantagens	AV	AT	TER	Total	Total%
Cooperação/Desenvolvimento de parcerias	17	1	5	23	23.0
Outros	2	4	14	20	20.0*
Promoção/Marketing coletivo	5	4	4	13	13.0
Conhecimento do mercado	6		1	7	7.0
Desenvolvimento local	5	1	1	7	7.0
Imagem/Representatividade	1	4	1	6	6.0
Organização coletiva da oferta		1	5	6	6.0
Sustentabilidade do destino	5			5	5.0
Redução de custos	2	1	1	4	4.0
Aumento de atratividade do destino	2	1		3	3.0
Competitividade	2	1		3	3.0
Posicionamento no mercado	1	2		3	3.0
Total dos inquiridos (n°.)	48	20	32	100	

*Porcentagem parcial <= 1.9% (méd=3.44)

Comparando a avaliação destas variáveis com a apresentada na questão 26, correspondendo ao potencial de desenvolvimento de processos e ações que potencialmente favorecem a cooperação e competitividade entre empresas, uma vez mais se confirma a coerência destas avaliações.

5.5.Síntese

O questionário aplicado no âmbito deste estudo procurou avaliar a caracterização pessoal e profissional dos inquiridos (D0), o ecodesenvolvimento (D1) e a *ecoclusterização* na CIM RC (D2).

Na dimensão D0, a distribuição dos inquiridos por município (Q1) apresenta uma grande concentração no município de Coimbra, seguindo-se os municípios da Lousã e Arganil, culminando numa menor concentração de respondentes nos municípios de Soure e Montemor-o-Velho.

Já no que se refere à distribuição por grupo de *stakeholders* em que se insere (Q2), verifica-se uma maior concentração de *stakeholders* no grupo TER e em oposição, uma menor concentração nos grupos I&E e ONG/ASS.

No que se refere à função principal que cada inquirido exerce na entidade que representa (Q3) predominam as funções de gerente e proprietários que, no entanto, não apresentam como atividade principal ligação profissional a projetos de ecoturismo (Q4). Quanto às habilitações literárias dos inquiridos predomina a licenciatura e o ensino secundário (Q5).

Na segunda parte do questionário, relativa à dimensão D1, que visa apurar as potencialidades de ecodesenvolvimento nos municípios estudados da CIM RC - Aspectos de interesse turístico (D1), fazem parte integrante 53 variáveis agrupadas em quatro subdimensões.

A dimensão D1.1 engloba cinco variáveis que avaliam a contribuição das atividades de ecoturismo na melhoria da qualidade de vida nos municípios estudados. Na análise das respostas verifica-se que todos os grupos de *stakeholders* apresentam um nível de concordância baixo, tanto com a existência de atividades de ecoturismo

direcionadas para a satisfação de necessidades das comunidades envolvidas, como para a recuperação de áreas sociais.

A dimensão D1.2 engloba seis variáveis que avaliam o nível global de concordância dos *stakeholders* com os processos de endogeneização existentes. Pode-se considerar que o mesmo é neutro, manifestando-se a maioria das respostas no, nem satisfeito nem insatisfeito.

A dimensão D1.2 engloba ainda cinco variáveis que avaliam o grau de concordância sobre a gestão e uso eficiente dos recursos endógenos. Verifica-se que o grau de concordância, à semelhança do grupo de variáveis analisadas anteriormente é neutro para quase todas as variáveis.

Na avaliação da dimensão D1.3-sustentabilidade ambiental- quando questionados sobre a importância da implementação de boas práticas e de sistemas de gestão ambiental e de qualidade no setor do turismo, a opinião dos *stakeholders* varia entre o pouco importante e o muito importante. Salienta-se que neste conjunto de sete variáveis, todos os grupos de *stakeholders* valorizam a implementação de programas de educação ambiental nas entidades diretamente relacionadas com a atividade turística.

Ainda na dimensão D1.3, a opinião dos inquiridos sobre os diversos aspetos relacionados com a sustentabilidade ecológica é comparativamente diversificada (Q11.4). Segundo os *stakeholders* inquiridos, o estado atual da oferta de serviços/recursos de educação ambiental é baixo, quer para programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas, quer para os programas de educação ambiental direcionados aos agentes diretamente envolvidos com o ecoturismo.

Contudo, na análise do potencial de desenvolvimento desses mesmos serviços/recursos verifica-se que existe unanimidade entre os diversos *stakeholders*, que reconhecem um potencial de desenvolvimento elevado e muito elevado em todas as vertentes.

A dimensão D1.4 avalia as forças e fraquezas dos municípios, percecionadas pelos *stakeholders*. A generalidade dos inquiridos considera que os municípios estudados da CIM RC estão numa fase de elevado crescimento turístico. No entanto, no que se refere ao potencial de codesenvolvimento a médio prazo, os *stakeholders* apresentam respostas dispares situando-o entre o baixo e o elevado, dependendo do município em referência. Contudo, salienta-se que a opinião média é de que existe um potencial médio ou mesmo elevado.

Ainda na dimensão D1.4, o instrumento de medida inclui duas questões de resposta aberta que pretendem avaliar os pontos fortes (Q16) e pontos fracos (Q17) dos municípios em estudo. No que se refere aos pontos fortes (Q16), destaca-se o património existente, já no que se refere à avaliação dos pontos fracos (Q17), destacam-se as acessibilidades e a falta de organização da oferta.

Na dimensão D2.1, a distribuição dos inquiridos por tipologia de entidade que presta serviços associados ao ecoturismo (Q18.2), apresenta uma grande concentração no município de Coimbra, seguindo-se os municípios da Lousã e Arganil.

Na análise da iniciativa empresarial local e relativamente a candidaturas apresentadas com o objetivo de obter incentivos empresariais (D2.2), verifica-se que a maioria dos *stakeholders* não refere nenhuma candidatura apresentada, pelo que na avaliação do grau de importância dado aos apoios financeiros recebidos, os grupos de *stakeholders* apresentam uma heterogeneidade nas respostas mas a maioria considera nada importantes ou pouco importantes.

A opinião dos inquiridos sobre os diversos aspetos relacionados com o investimento do setor produtivo local ligado diretamente ao segmento ecoturismo é, em geral, de insatisfação.

A dimensão D2.3 engloba cinco variáveis que avaliam o grau de satisfação associado ao mercado e às ações coletivas, ligadas ao ecoturismo, existentes nos municípios. A satisfação média é globalmente modesta e partilhada por todos os grupos de *stakeholders*.

A generalidade dos grupos de *stakeholders* não tem opinião ou considera que nos municípios estudados não existe um mercado aberto e concorrencial ligado ao segmento ecoturismo.

Em consequência da inexistência desse mercado, não existe um equilíbrio dinâmico entre afetação de recursos e repartição de rendimentos, conduzindo isto, a que a cooperação e competitividade entre empresas não se articule com estratégias ativas de inovação de produtos e serviços. A inexistência de estratégias inovadoras expressa-se na inexistência de mecanismos capazes de fortalecer a qualidade e a competitividade.

A última dimensão (D2.4) engloba cinco variáveis que avaliam a opinião dos inquiridos relativamente ao ambiente de cooperação existente entre organizações privadas e públicas, verificando-se pelas respostas dadas pelos respondentes que a opinião é mais positiva e consensual do que a relacionada com a competitividade. Verifica-se contudo, insatisfação por parte dos *stakeholders* privados relacionada com a cooperação entre entidades públicas e privadas, dando estes uma importância elevada ao desenvolvimento de processos e ações público-privados que favoreçam a cooperação e a competitividade entre organizações.

O instrumento de medida inclui uma última questão de resposta aberta, que avalia as vantagens de atuar em um *cluster* ecoturístico (Q27), solicitando-se a apresentação de três vantagens principais. Os dados apontam para a existência de uma grande convergência nas opiniões surgindo como o mais referenciado, em coerência com as respostas dadas anteriormente, a cooperação e o desenvolvimento de parcerias entre *stakeholders*. Os dados também revelam uma predominância de respostas que valorizam a promoção/marketing coletivo, o conhecimento do mercado e o desenvolvimento local.

**CAPÍTULO VI | MODELO EMPÍRICO DE *CLUSTER* DE ECOTURISMO
DA CIM RC**

6.1. Nota introdutória

A pesquisa direcionada para a *ecoclusterização* tem sido, ainda hoje, pouco considerada na investigação em territórios de interior (TI). Os municípios estudados integrados na CIM RC, pela sua localização, interioridade, dispersão territorial, nível de desenvolvimento, diversificação e multiculturalidade constituem uma região muito peculiar no âmbito dos TI.

Nos capítulos II e III, foram apresentadas as especificidades do segmento turístico ecoturismo e do conceito de *cluster* ecoturístico pela necessidade de adaptação do conceito clássico de *cluster* às particularidades da atividade turística, em que o ecoturismo é a peça chave e o núcleo do *cluster* do qual faz parte integrante o capital natural, cultural e humano das localidades recetoras, concluindo-se que o ecoturismo é uma aposta estratégica para estes territórios, quer pelas suas potencialidades, quer porque estes apresentam particularidades diferenciadoras capazes de os tornar competitivos neste segmento turístico.

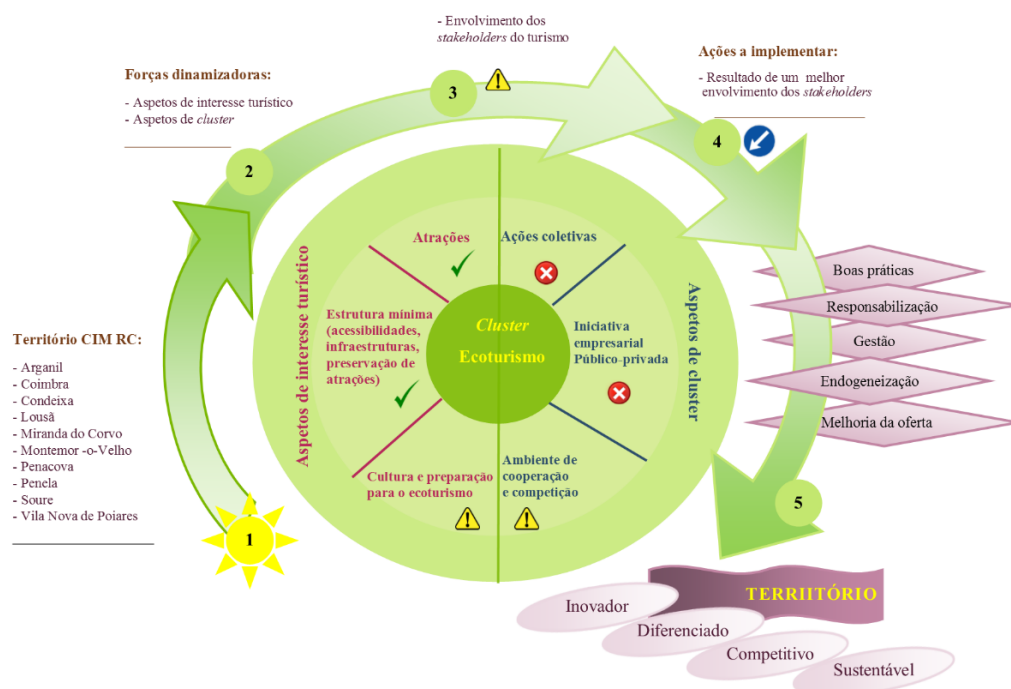
Aplicando o modelo proposto por Martins e Sicsú (2005), apresentado no capítulo III, na tentativa de diagnosticar as potencialidades de desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo, agregando a informação obtida no estudo empírico desta investigação, chegámos neste capítulo a uma proposta de modelo empírico de *cluster* de ecoturismo, com enfoque nos municípios estudados da CIM RC, mas de possível aplicação a todos os TI.

6.2. O modelo

Na pesquisa desenvolvida nesta investigação, os grupos de *stakeholders* identificaram distintamente as múltiplas debilidades e potencialidades da região para o codesenvolvimento e para a *ecoclusterização*, nomeadamente em termos de atrativos e estruturas mínimas existentes, cultura e preparação para o ecoturismo, competitividade e cooperação entre organizações e envolvimento dos *stakeholders*. Desde logo, a verificação destas constatações justifica a necessidade de equacionar tanto o atual estado, como as ações futuras a conceber

e implementar com vista ao desenvolvimento de um território vigoroso e competitivo.

Assim, considerando o estado da arte em relação ao ecodesenvolvimento e *ecoclusterização* e a opinião expressa pelos *stakeholders* no instrumento de medida desenvolvido nesta investigação, apresentam-se de seguida os elementos e fundamentação que se considera primária na proposta de um modelo de *cluster* ecoturístico para os municípios estudados da CIM RC, conforme se esquematiza na Figura 8.



Fonte: elaborado pela autora

Figura 8| Modelo empírico de *cluster* de ecoturismo - CIM RC

A apresentação da proposta do modelo assenta em 5 elementos estruturantes. O primeiro desses elementos respeita ao elemento-chave para o desenvolvimento do ecoturismo – **o Território (1)**.

Os municípios estudados constituem espaços nos quais a reduzida dimensão e interioridade são, por um lado, condições limitativas e, por outro, vantagens capazes de desencadear oportunidades, como a maior facilidade de promoção do território de forma global e uma gestão de proximidade que inclua os diversos *stakeholders*.

Considerando as limitações existentes ao nível da oferta de produtos turísticos de massa, é indispensável que estes municípios se sustentem nos seus pontos fortes, para desenvolver produtos diferenciadores orientados fundamentalmente para segmentos turísticos singulares, com forte identidade e fomentadores de experiências e emoções enriquecedoras.

É nesta tipologia de territórios, com as suas potencialidades, mas também com as suas dificuldades particulares, que mais eficiente e eficazmente se podem afirmar estratégias de desenvolvimento e coesão de investimentos privados, públicos e mistos. É importante que todas as ações a realizar integrem a participação dos principais *stakeholders* na sua conceção, implementação, acompanhamento e avaliação.

O segundo desses elementos respeita ao elemento-chave para estruturar o desenvolvimento do *cluster* – **Forças dinamizadoras existentes no interior do cluster (2)**.

No sentido de uma análise estruturada das potencialidades de desenvolvimento do *cluster* e, com vista a evidenciar os contributos que possam ser utilizados na formulação de estratégias e ações dinamizadoras, este segundo elemento subdivide-se na análise de dois conjuntos: o primeiro conjunto – aspetos de interesse turístico – engloba tudo aquilo que atrai os turistas/visitantes, salientando-se as atrações, infraestruturas básicas e a cultura e preparação para o ecoturismo; o segundo conjunto – aspetos de *cluster* – engloba alguns itens que, inexoravelmente, caracterizam uma região como *cluster*. Devem ser observadas neste segundo grupo, todas as interatividades que possibilitam aos grupos de *stakeholders*, atingir bons resultados e conseqüentemente uma melhoria

económica, salientando-se a iniciativa público-privada e o ambiente de cooperação e competição.

No caso do território estudado e no referencial do primeiro conjunto de aspetos, os grupos de *stakeholders* destacam a existência de elevada riqueza patrimonial (natural, cultural e arquitetónico) como a maior atração e ponto forte do território estudado, valorizando também aspetos como a gastronomia, paisagem e beleza natural e os recursos endógenos (✓).

Verificou-se nesta investigação que, apesar dos *stakeholders* locais respondentes referenciarem satisfação relacionada com o acesso às necessidades básicas e infraestruturas existentes nos municípios (✓), estes também reconhecem que o trabalho realizado para desenvolver processos de endogeneização, de educação ambiental, gestão e uso eficiente de recursos é ainda relativamente reduzido, manifestando mesmo alguma indiferença em relação às ações existentes.

A avaliação das variáveis diretamente ligados à cultura e preparação dos *stakeholders* para o ecoturismo, demonstrou que a atividade ecoturística no território ainda não ocasiona experiências responsáveis suficientes que permitam implementar os valores de educação e preservação ambiental, sustentem o bem-estar das populações locais e integrem uma orientação educacional capaz de lhe conferir a particularidade de conseguir, direta ou indiretamente, influenciar a construção de uma nova filosofia de vida dos locais e dos turistas/visitantes (princípios fundamentais do ecoturismo já apresentados anteriormente), (⚠).

Toda a atividade ecoturística deve ter como objeto final a garantia desta ser indutora de codesenvolvimento (processo já anteriormente definido no capítulo II) nos territórios onde se desenvolve. Contudo, nesta investigação verificou-se que apesar dos princípios do ecoturismo serem exemplos da inclusão de princípios de sustentabilidade sociocultural, ambiental e económica (e por isso perspetivarem uma visão positiva para o crescimento desta atividade diretamente ligada à natureza e aos recursos endógenos na região), a avaliação das quatro dimensões da sustentabilidade diretamente associadas ao codesenvolvimento da

região, demonstraram que as perspectivas de ecodesenvolvimento a médio prazo estão ainda longe de serem concretizadas, porquanto, existe um importante desfasamento entre os princípios de base e a realidade existente no território.

Verifica-se também existir um desfasamento, por parte dos vários grupos de *stakeholders*, na perceção dos atributos da região para o ecodesenvolvimento, considerando alguns dos grupos que efetivamente os municípios apresentam um elevado potencial e outros considerando que esses mesmos municípios apresentam um baixo potencial de ecodesenvolvimento.

Quanto ao segundo conjunto – aspetos de *cluster*, a importância da interpretação do que caracteriza um *cluster* torna-se relevante. Os *clusters* são potenciadores da mudança de paradigma do diálogo entre o setor privado e público, possibilitando que um conjunto de organizações de uma determinada região se interrelacione de forma a obter sinergias, massa crítica local, conhecimento e competências específicas.

Neste sentido, a *ecoclusterização* possibilita a promoção do diálogo e cooperação entre organizações públicas e privadas, direta ou indiretamente ligadas ao ecoturismo, podendo este diálogo levar a contributos eficazes de ganhos de produtividade e competitividade.

Em termos ecoturísticos, esta investigação demonstrou, e por isso se pode postular, que as forças dinamizadoras da região estão só associadas às iniciativas do setor privado, manifestando os *stakeholders* a ausência de iniciativas empresariais público-privadas (✘).

Os *stakeholders* manifestam também a inexistência de um mercado aberto e concorrencial ligado ao ecoturismo, que é indutor de um fraco ambiente de competição e colaboração entre organizações (⚠) e gera a inexistência de estratégias ativas e ações coletivas capazes de fortalecer a qualidade competitiva e a cultura associativa do território (✘).

Os *stakeholders* do turismo respondentes são unânimes em reconhecer que existem grandes vantagens em atuar num *cluster* ecoturístico, desde logo pela possibilidade de desenvolver ações de cooperação, parcerias e estratégias, entre organizações que se venham a tornar forças dinamizadoras na aquisição de qualidade competitiva e de inovação do território.

Em termos ecoturísticos, pode considerar-se que as forças dinamizadoras de um *cluster* deverão estar tão associadas aos fatores complementares e princípios que o ecoturista valoriza como aos principais projetos de desenvolvimento do território, devendo ter como valores aglutinadores a sustentabilidade sociocultural, económica e ambiental. Assim, podemos considerar que o território estudado ainda não apresenta atributos suficientes para iniciar processos de *ecoclusterização*.

O terceiro elemento do modelo respeita ao elemento-chave para a condução do desenvolvimento dentro de um *cluster* – **Envolvimento dos *stakeholders* do turismo (3)**.

É indiscutível que os *stakeholders* são os principais elementos dos processos de codesenvolvimento e de *ecoclusterização*, desde logo pelas opções individuais que tomam, mas também pela sua capacidade de criar forças dinamizadoras capazes de induzir esses processos, nomeadamente, pela sua capacidade de gestão do espaço geográfico e pela sua capacidade para o transformar e preservar.

Verificou-se neste estudo que os *stakeholders* do turismo, na generalidade das questões, respondia com alguma indiferença e manifestando pouco envolvimento no segmento turístico, com respostas tendencialmente na escala de valores 3- nem concordo nem discordo (⚠).

Desta forma, o envolvimento de todos estes elementos (públicos e privados) nos processos de planeamento e gestão e a aposta na formação e qualificação dos mesmos e da população local, nomeadamente, a aposta na formação em

interpretação e educação ambiental, são medidas estruturantes e de base, para que este território possa desenvolver um *cluster* de ecoturismo.

O quarto elemento do modelo respeita ao elemento-chave para aumentar a capacidade competitiva do território – **Ações a implementar (4)**.

Atualmente, o prefixo “*eco*” e o conceito de sustentabilidade tornaram-se generalista e muitas vezes usado de forma banal e indiscriminadamente, tendo, ao longo dos tempos perdido alguma credibilidade, ou até ser, frequentemente, considerado por muitos, uma ficção.

Apesar disso, na atualidade, conseguir atingir os princípios da sustentabilidade tornou-se necessário e até mesmo obrigatório, pelo que para se projetar e conceber ações de desenvolvimento turístico responsável num território, estas terão, sem dúvida, que estar focadas nos *stakeholders* e na população local e garantir a conservação ambiental, refletindo-se assim em ações responsáveis válidas.

Concluída a pesquisa efetuada nesta investigação (resultado do envolvimento atual dos *stakeholders*) é legítimo afirmar que a adoção de uma abordagem focada numa maior responsabilidade é o constituinte fundamental para reforçar a qualidade, garantir um nível de sustentabilidade mais elevado e conseguir assim um território inovador, diferenciado e competitivo.

A implementação de ações como, aplicação de índices a atingir relativamente á sustentabilidade e qualidade de produtos e serviços oferecidos; facilitar o acesso à atividade ecoturística, mas condicionar os apoios à boa gestão dos recursos (mecanismos de socialização, troca de informação, cooperação, trabalho em rede), à adoção de boas práticas baseadas nos princípios do ecoturismo e à inovação de produtos que estimulem a organização e melhoria da oferta; inclusão ativa dos diversos *stakeholders* privados em todos os processos, exigindo-se em simultâneo, que as organizações públicas coloquem o foco na simplificação, reforço e promoção das ações a implementar (afastando-as assim de ter uma

imagem penalizadora, privilegiando a apresentação de uma imagem focada nas vantagens da adoção de boas práticas) (🔗).

É desejável que as ações de responsabilização propostas sejam desenvolvidas por etapas porquanto, a implementação faseada das mesmas afigura-se como algo possível de atingir a curto prazo, facilitando, desde logo, um melhor envolvimento dos *stakeholders* e da população local, permitindo que estes consigam perceber melhor os objetivos propostos em cada etapa, credibilizando assim todo o processo e a aceitação da sua implementação.

O quinto elemento do modelo respeita ao elemento-chave para a *ecoclusterização* – **Território inovador, diferenciado, competitivo e sustentável (5)**.

Esta investigação demonstrou que as atrações, os pontos fortes do território estudado são, sem dúvida, a riqueza do património existente, a gastronomia e a diversificação de recursos concentrados. No entanto, tendo por base toda a revisão bibliográfica feita ao longo desta investigação, bem como ao conhecimento pessoal do território por parte da autora, podemos ainda enriquecer estes pontos fortes salientando a história, a tradição, os usos e costumes da população local e a autenticidade.

Estes são os atributos que satisfazem o perfil de um ecoturista e o atraem para os TI pelo que desde logo a sua preservação é indispensável. No entanto, sabemos que os recursos, embora determinantes e condicionantes, só por si apresentam uma capacidade finita de atração, pelo que a base de um *cluster* de ecoturismo em TI terá necessariamente de ser focada nos recursos endógenos, mas direcionada para as suas potencialidades diferenciadoras que os valorizam.

Consideramos assim, que existe necessidade urgente e evidente de garantir uma autenticidade moderna, com a recreação de novas vertentes dos recursos existentes associando o tradicional e o contemporâneo com vista a apresentar propostas de qualidade e inovadoras.

Diferenciação, identidade, inovação, empreendedorismo, adequada gestão, preservação do património e melhoria da qualidade de vida da população local, são alguns dos elementos estruturantes e indutores do desenvolvimento de um território competitivo, mas sustentável.

O reforço destas forças no território estudado é essencial, pelo que os diversos responsáveis envolvidos (públicos e privados) devem colaborar, tendo em vista a construção e implementação de modelos de gestão (*ecoclusterização*) que contribuam para o desenvolvimento de processos que, sem comprometer a preservação do património existente, permitam gerar ações reais capazes de melhorarem a qualidade de vida da população local e a economia verde (qualitativamente diferenciadora) aumentando assim a possibilidade dos TI se posicionarem de forma competitiva e vigorosa no mercado interno e externo deste segmento turístico que tem vindo, tendencialmente, a crescer ao longo das últimas décadas.

A confirmar o postulado nos parágrafos anteriores, Barbosa e Zamboni (2000, p.7) afirmam que “a interação entre os agentes tem por missão principal assegurar a sustentabilidade da exploração daquilo que inicialmente era apenas uma vantagem competitiva natural” pelo que, deverá ser a interação entre os *stakeholders* a possibilitar “a otimização no uso das vantagens competitivas naturais de forma sustentável” com o objetivo de criar *value for money* em produto de qualidade.

6.3. Síntese

O principal desafio e questão de partida desta investigação, passou por analisar qual o potencial de desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo na CIM RC. O principal objetivo passou por apresentar uma proposta de modelo empírico de *cluster* com identificação das suas potencialidades.

O modelo proposto neste capítulo resultou de uma metodologia que se considerou ser a mais adequada para diagnosticar as potencialidades de *ecoclusterização* de um território, tendo resultado da conjugação da revisão da literatura existente e da

aplicação da metodologia eleita para esta investigação baseada na teoria dos *stakeholders*, conforme explanado nos capítulos anteriores.

Aplicando o modelo proposto na tentativa de dar resposta à questão de partida desta investigação e, associando a informação obtida no estudo empírico, chegámos a um diagnóstico que apresentamos na Figura 8, onde identificamos cinco elementos estruturantes que consideramos primários para apresentação de uma proposta de modelo de *cluster* ecoturístico.

O ecoturismo depende diretamente dos recursos naturais, culturais, sociais e dos processos de endogeneização dos territórios onde se desenvolve, pelo que o desenvolvimento de ações de cooperação, preservação e coesão social entre os elementos, direta ou indiretamente ligados a este segmento turístico, devem ser direcionadas para a união das capacidades diferenciadoras dos recursos existentes, com vista a aumentar a sua qualidade competitiva.

A cooperação entre todos os *stakeholders* locais é tanto árdua como fundamental. É indiscutível que estes são os principais elementos dos processos de codesenvolvimento e de *ecoclusterização*, desde logo pelas opções individuais que tomam, mas também pela sua capacidade de criar forças dinamizadoras capazes de induzir esses processos, nomeadamente, pela sua capacidade de gestão do espaço geográfico e pela sua capacidade para o transformar e preservar.

Responsabilização, adequada gestão, autenticidade inovadora, diferenciação, preservação do património e melhoria da qualidade de vida da população local, são alguns dos elementos estruturantes para se obter um território competitivo, mas sustentável. O reforço destas forças no território estudado é tanto urgente como essencial, para potenciar o desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo na CIM RC.

A análise dos dados obtidos no estudo empírico permite-nos afirmar que no curto prazo, será difícil encontrar uma visão que potencialize o desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo na CIM RC, considerando-se que atualmente a

ecoclusterização ainda apresenta um potencial reduzido pela ausência de determinados aspetos estruturantes da sua formação.

Contudo, o território estudado apresenta potencial para oferecer um turismo de qualidade e atrativo, tal como referido por todos os *stakeholders*. A riqueza e a autenticidade existente no território, tal como em muitos outros TI, e os inúmeros aspetos de interesse turístico diferenciadores são indutores da agregação de sinergias e potencialidades dos diferentes *stakeholders* do mercado, diminuindo as possibilidades de insucesso.

Para que a *ecoclusterização* possa ser um modelo a implementar e se torne uma realidade, muito irá depender o futuro envolvimento dos diversos responsáveis na construção e implementação de um modelo de gestão que contribua para o desenvolvimento de processos que, sem comprometer a preservação do património existente, permitam gerar ações reais capazes de, em simultâneo, implementarem uma filosofia de vida assente no turismo responsável, impulsionarem a economia verde do território (qualitativamente diferenciadora e capaz de criar *value for money* em produto de qualidade), fortalecerem a coesão territorial e aproximarem a comunidade e as instituições de ensino (desenvolvimento de recursos humanos especializados para atividades de gestão e educação ambiental).

CAPÍTULO VII | CONCLUSÃO

7.1 Nota introdutória

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise das potencialidades existentes para o desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo na CIMRC. O reconhecimento de que o ecoturismo é um segmento turístico abrangente e nem sempre bem definido, tem levado a que o desenvolvimento de estudos que visam contribuir para compreender melhor este segmento em TI se tenha revelado limitado.

Para diluir essa lacuna, é necessário proceder a estudos suportados por uma marcante componente de investigação empírica como a desenvolvida nesta investigação, que teve por base a aplicação de questionários aos *stakeholders* do turismo de dez municípios da CIM RC, considerados de TI.

7.2 Conclusões teóricas e empíricas – principais resultados

Turismo responsável, adequada gestão, autenticidade inovadora, diferenciação, património preservado, qualidade de vida da população local e sustentabilidade são alguns dos vetores indutores de mudanças importantes em territórios cuja sua reduzida dimensão e interioridade são, por um lado, condições limitativas e, por outro, particularidades diferenciadoras capazes de desencadear oportunidades.

Na pesquisa apresentada e discutida neste trabalho evidenciam-se novas realidades do turismo, toda a problemática associada às questões ambientais e à preservação de recursos, mas também a associada à crescente consciencialização da importância que o turismo sustentável e inclusivo tem no crescimento económico dos territórios.

A partir do universo de conceitos e definições obtidos de uma vasta base bibliográfica, onde se identificaram princípios éticos subjacentes aos conceitos de ecodesenvolvimento e *ecoclusterização* e da interpretação do seu significado face a realidade turística, realizou-se uma abordagem de carácter reflexivo sobre o ecoturismo e os *clusters*, assumindo-se ao nível deste estudo que o ecoturismo, devido às suas particularidades e aos seus princípios conservacionistas contemporâneos (capazes de despertar e modificar a consciência dos *stakeholders* envolvidos), apresenta-se como um segmento turístico indutor de

ecodesenvolvimento em TI. Assume-se também que a tendência de formação dos *clusters* ecoturísticos (*ecoclusterização*) é espontânea e que os mesmos se apresentam impregnados de ferramentas de gestão de elevada relevância, num ambiente de competitividade crescente entre territórios.

Uma boa pesquisa é a chave para o desenvolvimento de uma base de conhecimento credível, pelo que, depois da abordagem teórica em torno das áreas de estudo associadas ao objetivo geral e específicos deste estudo, descrevem-se os principais resultados da investigação empírica, essencial para dar corpo ao desafio contido na própria pergunta de partida desta investigação – qual o potencial de desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo na CIM RC.

A questão inicial implicou desde logo uma abordagem a dois níveis, um mais sistémico, aplicado ao ecodesenvolvimento na CIM RC e outro aplicado em particular aos *stakeholders* do ecoturismo (*ecoclusterização*), pelo que foi necessário estabelecer igualmente dois grupos de objetivos.

Identificou-se como objetivo principal a apresentação de uma proposta de modelo de *cluster* de ecoturismo, com enfoque de aplicação na CIM RC, visando uma reflexão crítica e a representação de um modelo de *cluster* com base na teoria dos *stakeholders* do setor do turismo local.

Para alcançar este objetivo, desde logo, era necessário estabelecer um conjunto de objetivos mais específicos que o suportavam, nomeadamente: verificar os atributos da região para o ecodesenvolvimento através do levantamento da perceção dos *stakeholders* do setor do turismo; verificar se existiam desfasamentos entre a perceção dos *stakeholders* do setor do turismo, sobre os atributos da região para o ecodesenvolvimento; determinar em que medida a educação ambiental estava implementada nos *stakeholders* do setor do turismo; e verificar os atributos da região para a *ecoclusterização* através do levantamento da perceção dos *stakeholders* do setor do turismo.

Neste sentido, o estudo empírico nesta investigação permitiu não só validar a pertinência da existência dos processos de ecodesenvolvimento e *ecoclusterização* em TI, como dar resposta a todos os objetivos propostos.

O objetivo geral consistiu em estabelecer uma reflexão crítica e apresentação de uma proposta de modelo de *cluster* de ecoturismo na CIM RC, considerando o estado da arte, a opinião dos diversos *stakeholders* e as especificidades do território. A consecução deste objetivo teve como ponto de partida a aplicação do modelo proposto por Martins e Sicsú (2005), apresentado no capítulo III na tentativa de diagnosticar as potencialidades de desenvolvimento de um *cluster* de ecoturismo, recorrendo-se essencialmente a fontes secundárias, com aplicação de questionários aos *stakeholders* do turismo de dez municípios da região, cujos resultados foram apresentados no capítulo V.

Considerado o estado da arte e a opinião expressa pelos *stakeholders* no questionário aplicado neste estudo, foi possível apresentar no capítulo VI os cinco elementos estruturantes e a fundamentação que se considera primária na apresentação de uma proposta de modelo de *cluster* ecoturístico para a CIM RC, concluindo-se e justificando-se a necessidade da região investir no reforço de um conjunto de forças (consideradas elementos-chave e estruturantes) suportadas em torno dos recursos endógenos existentes, mas também do envolvimento dos diversos responsáveis na construção e implementação de um modelo de gestão capaz de desenvolver processos e ações reais, qualitativamente diferenciadores, capazes de criar, não só, *value for money* em produto de qualidade, mas também serem indutores do bem-estar das populações locais e do desenvolvimento de uma consciência ecológica, sem a qual o ecoturismo deixa de o ser, passando a ser turismo na natureza.

A análise desenvolvida no capítulo V permitiu, ainda, responder aos cinco objetivos específicos desta pesquisa. Assim, os resultados do estudo empírico sugerem que a região ainda não reúne atributos suficientes para o ecodesenvolvimento. A opinião dos *stakeholders* relacionada com as cinco dimensões associadas ao ecodesenvolvimento (preocupação com o bem-estar social, solidariedade com as gerações futuras, responsabilidade para com a conservação e gestão de recursos,

valorização do ambiente como parte do processo de desenvolvimento) demonstram existir um importante desfasamento entre os princípios de base e a realidade existente no território.

Esta constatação permitiu desde logo validar o segundo objetivo específico, designadamente, que se verifica um importante desfasamento entre a perceção dos *stakeholders* sobre os atributos da região para o ecodesenvolvimento. Denota-se que esta é uma problemática em que o setor público se apresenta com uma perspetiva mais positiva e confiante se comparada com as organizações privadas e especialistas.

Os resultados dos questionários permitiram ainda confirmar mais dois objetivos específicos definidos no início da pesquisa, nomeadamente, determinar em que medida a educação ambiental está implementada nos *stakeholders* do setor e verificar os atributos da região para a *ecoclusterização* através do levantamento da perceção dos *stakeholders*.

No que se refere à avaliação e análise do nível de educação ambiental dos *stakeholders* locais, denota-se que a atividade turística no território estudado ainda não ocasiona suficientes experiencias responsáveis, que permitam implementar valores de educação e preservação ambiental.

De facto, quando questionados sobre a oferta de programas de educação ambiental direcionados à comunidade local, *stakeholders* e turistas, as respostas situam-nos num nível muito baixo apesar dos *stakeholders* considerarem existir um potencial elevado para que se implementem. Também quando questionados sobre se a aprendizagem passiva e ativa da população se realiza através de serviços de interpretação em áreas protegidas, as respostas tendencialmente apontaram no sentido desta não se realizar. Contudo, todos os grupos valorizam a implementação de programas de educação e sistemas de gestão ambiental nas entidades diretamente relacionadas com a atividade turística, desvalorizando, no entanto, boas práticas como a utilização de tecnologia e processos produtivos com baixo índice de resíduos.

Por fim, a análise realizada no capítulo V permitiu ainda responder ao último objetivo específico - verificar os atributos da região para a *ecoclusterização* através

do levantamento da percepção dos *stakeholders*. Os resultados permitiram confirmar que os *stakeholders*, na sua generalidade, manifestam-se insatisfeitos relativamente aos aspetos relacionados com o investimento do setor produtivo local ligado ao ecoturismo.

A generalidade dos grupos não tem opinião ou considera que nos municípios estudados ainda não existe um mercado aberto e concorrencial ligado ao ecoturismo e que a inexistência desse mercado expressa-se na inexistência de mecanismos e estratégias capazes de fortalecer a cooperação, a cultura associativa e a qualidade competitiva, o que desde logo permite afirmar que, atualmente, não existem atributos para iniciar processos de *ecoclusterização* nos municípios estudados, justificado pela ausência de determinados aspetos estruturantes da sua formação.

Contudo, quando questionados sobre as vantagens de atuar num *cluster* de ecoturismo, os *stakeholders* são unânimes em reconhecer a existência de grandes vantagens, desde logo pela possibilidade de desenvolver ações, parcerias e estratégias indutoras de forças dinamizadoras capazes de fortalecer a coesão social, a qualidade competitiva e de inovação no território.

Procurando expressar o que contribuiria para consolidar as expectativas criadas em torno das potencialidades de desenvolver um *cluster* ecoturístico nos municípios estudados, destacam-se o grande trabalho a ser realizado, especialmente a nível do envolvimento dos diversos responsáveis do turismo, na implementação de uma filosofia assente no turismo sustentável e responsável capaz de despertar e modificar consciências; na implementação de estratégias diferenciadoras capazes de impulsionar a economia verde e a coesão territorial; e na aproximação da comunidade às instituições de ensino capazes de gerar recursos humanos específicos e qualificados na gestão e educação ambiental.

Para além da adoção de uma abordagem diferenciadora, é essencial que estes territórios de interior adotem um modelo de gestão ancorado nos elementos estruturantes propostos neste estudo, pelo que se destaca a importância do desenvolvimento do modelo proposto.

7.3 Limitações e orientações para investigações futuras

O nível de abrangência desta investigação e os desafios propostos são elevados, assumindo-se na elaboração deste estudo alguns riscos inerentes a algumas dificuldades e limitações.

Desde logo, porque o modelo de *cluster* ecoturístico proposto apresenta um conjunto de postulados, sustentados na teoria dos *stakeholders* em face da realidade territorial, o que, numa situação ideal, mas utópica no contexto deste estudo, envolveria a auscultação da totalidade dos *stakeholders* do turismo da CIM RC, bem como da totalidade da população local.

Como se pode compreender, isso seria um processo demasiado dispendioso e desgastante para ser realizado no âmbito desta investigação académica, pela falta de apoios financeiros e humanos. Este hiato foi limitado ao se recorrer ao processo de amostragem por *cluster* e à não inclusão da população local no estudo, considerando-se, ainda assim, a grande dificuldade de obtenção de respostas da totalidade do universo da amostra.

Arriscamo-nos a afirmar que uma das limitações identificada neste estudo é comum à maioria dos estudos empíricos realizados nesta área e é resultante de algum vazio existente inerente à escassez de dados suficientemente detalhados, precisos e atualizados, sobre os processos de *clusterização* do segmento turístico estudado.

Uma outra limitação identificada foi resultante do facto de se ter realizado uma análise descritiva dos dados. Apesar do intervalo de confiança apresentado introduzir o conceito de erro nas conclusões apresentadas, pelo que se pode considerar que a partir daí estamos, desde logo, a aplicar análise inferencial, a análise apresentada visou somente sintetizar e descrever os atributos mais proeminentes dos mesmos, não permitindo inferir sobre a totalidade da população a partir da amostra estudada. Justifica-se esta opção pelo facto do presente estudo pretender ser a base de estudos futuros da autora, considerando-se assim, que a análise descritiva não deve ser

depreciada porquanto, esta deve ser a primeira etapa de qualquer análise estatística, independentemente da sofisticação da mesma.

O enriquecimento e reconhecimento desta proposta de modelo específico de *cluster* ecoturístico para a CIM RC deve ser sustentada através do aprofundamento deste estudo. Partindo do modelo proposto, este deve ser aplicado a uma amostra mais representativa que permita fazer uma análise inferencial profunda, já que a mesma não se enquadrava no âmbito deste estudo. Igualmente, deve passar a incluir a análise do terceiro conjunto de aspetos identificados no modelo de Martins e Sicsú (2005) – aspetos de sobrevivência e desenvolvimento de *cluster*. A participação de organizações públicas e não-governamentais para a promoção de *clusters* e redes de cooperação também deve ser melhor compreendida.

Findo este estudo, com os seus objetivos atingidos resta-nos a conclusão, de carácter reflexivo, de que muitos processos inter-relacionados influenciam o potencial e sucesso do ecoturismo dentro de um determinado território (os *stakeholders* foram destacados neste estudo como elementos principais no desenvolvimento de todos os processos de codesenvolvimento e *ecoclusterização* pela sua capacidade única de gerir o território e capacidade para o transformar e preservar).

No entanto, os processos de codesenvolvimento e de *clusterização* aplicados aos TI e à atividade ecoturística revelam ser tão complexos como exigentes, o que desde logo dificulta a sua aplicação, especialmente a segmentos turísticos nos quais os fatores intangíveis e afetivos (mudança de consciência ecológica) são determinantes. Muitos *stakeholders* do turismo encaram a aplicação destes processos ceticamente, mas conscientes da vantajosa relação custo-benefício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acuña, M., Céspedes, D. V., & Mejías, K. R. (2001). La experiencia de Monteverde. In Cepal, Naciones Unidas (Ed.), *Series seminarios y conferencias* (pp. 157-175). Acedido em 30 de abril de 2017. Disponível em <http://archivo.cepal.org/pdfs/2001/S01121064.pdf>
- Allcock, A., Jones, B., Lane, S., & Grant, J. (1994). *National Ecotourism Strategy*. Canberra: Commonwealth Department of Tourism, Australian Government Publishing Service.
- Almeida M. C. (2015). *Deliberação da CIC Portugal 2020 - Classificação de Municípios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios*. Lisboa: Comissão Intermunicipal de Coordenação Portugal 2020. Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em http://norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/noticias/deliberacao_cic_baixadensidade_20150326.pdf
- Amaral, C., Pio, J., & Matos, L. (2009). *Dicionário de tipos de variáveis - 1º ano, 2º ciclo – Ciências da Educação Metodologia de Investigação Científica*. Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/15886719/Dicionario-de-tipos-de-variaveis>
- Amaral, N. (2012). *Habitats naturais e seminaturais do Paul de Arzila: Cartografia e gestão*. Coimbra: ICNF (não publicado).
- Antunes, A. P. M. (2012). *O ecoturismo como valorização do território – contributos ara o aumento da oferta turística existente na CIM Médio Tejo* (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias). Acedido em 08 de abril de 2017. Disponível em http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5063/Andreia_Antunes_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1
- Barbosa, M. A., & Zamboni, R. A. (2000). *Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito – MS*. Texto para discussão. (Instituto de Pesquisa Económica Aplicada). Acedido em 30 de março de 2017. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0772.pdf
- Barbosa, M. A. C., & Zamboni, R. A. (2001). La formación de un cluster en torno al turismo de naturaleza sustentable en Bonito. In Cepal, Naciones Unidas (Ed.), *Series seminarios y conferencias* (pp. 116-142). Acedido em 30 de abril de 2017. Disponível em <http://archivo.cepal.org/pdfs/2001/S01121064.pdf>
- Beni, M. C. (2003). *Análise estrutural do turismo* (9ª ed.). São Paulo: SENAC.
- Bezerra, G. S. (2009). *Os fundamentos teóricos – conceituais do ecoturismo*. Acedido em 26 de abril de 2017. Disponível em

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/22.pdf>

- Boo, E. (1995). O planeamento ecoturístico para áreas protegidas. In K. Lindenberg & D. E. Hawkins (ed.), *Ecoturismo: um guia para planeamento e gestão* (pp. 31-58). São Paulo: Senac.
- Braga, A. M., Natário, M. M., Daniel, A. C., & Fernandes, G. J. (2013). Tendências demográficas da região centro de Portugal: Caso de estudo dos municípios de baixa densidade. In *Atas das XXIII Jornadas Hispano-Lusas de Gestión Científica* (pp. 1-17), Málaga.
- Byrd, E. T. (2007). Stakeholders in sustainable tourism development and their roles: Applying stakeholder theory to sustainable tourism development. *Tourism Review*, 62(2), 6-13. Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/235299864_Stakeholders_in_sustainable_tourism_and_their_role_applying_stakeholder_theory_to_sustainable_development
- Câmara dos Deputados (1995). *Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento – Agenda 21*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações. Acedido em 30 de março de 2017. Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>
- Carbone, G., & Yunis, E. (2005). *Making Tourism more Sustainable: A guide for policy makers*. Acedido em 18 de abril de 2017. Disponível em <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx0592xPA-TourismPolicyEN.pdf>
- Castro, N. A. (2006). *O lugar do turismo na ciência geográfica: Contribuições teórico- metodológicas à ação educativa* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-17072007-110513/pt-br.php>
- Ceballos-Lascuráin, H. (1996). *Tourism, ecotourism, and protected areas: The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development*. California: Island Press.
- Ceia, C. (s.d.). *Verbetes. E-Dicionário de Termos literários* (coord.) de Carlos Ceia. Acedido em 08 de março de 2017. Disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6091/neologismo/>
- Corona-Armenta, J. R., Montañó-Arango, O., Garnica-González, J., Martínez-Castelán, P., Ortega-Reyes, A. O., & Niccolas-Morales, H. (2012). Modelo sistémico para la conformación de un cluster turístico regional de naturaleza

- sustentable. *Economía, Sociedad y Territorio*, XII (39), 493-525. Acedido em 18 de abril de 2017. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11123033009>
- Craveiro, M. C. (2007). *Formação em contexto – Um estudo de caso no âmbito da pedagogia da infância*. (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho). Acedido em 30 de abril de 2017. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7085?mode=full>
- Cunha, S. K., & Cunha, J. C. (2005). Tourism cluster competitiveness and sustainability: proposal for a systemic model to measure the impact of tourism on local development. *Anpad, Brazilian Administration Review*, 2 (2), 47-62. Acedido em 18 de abril de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/bar/v2n2/v2n2a05.pdf>
- Davis, J. B. (2001). Commentary: Tourism research and social theory – Expanding the focus. *Tourism Geographies*, 3 (2), 125-134.
- Diegues, A. C. S. (1996). *Ecologia humana e planeamento em áreas costeiras*. São Paulo: NUPAUB-USP.
- Dorsey, E. R., Steeves, H. L., & Porras, L. E. (2004). Advertising ecotourism on the internet: Commodifying environment and culture. *New Media & Society*, 6 (6), 753-779.
- Drumm, A., & Moore, A. (2002). *Ecotourism Development – A Manual Series for Conservation Planners and Managers*, vol 1. Arlington, Virginia: The Nature Conservancy.
- Eusébio, C., Kastenholz, E. & Carneiro, M. J. (2003). A relevância da investigação no ensino do turismo: Algumas estratégias de intervenção na realização do inquérito. In Instituto Politécnico de Coimbra/Escola Superior de Educação de Coimbra (Eds.), *Actas das 3as Jornadas Ibéricas do Turismo*. Coimbra: IPC. Acedido em 14 de abril de 2017. Disponível em http://www.researchgate.net/publication/259231126_A_relevncia_da_investigao_no_ensino_do_turismo_algumas_estratgias_de_interveno_na_realizao_do_inquirito
- Fennell, D. A. (2002). *Ecoturismo uma introdução*. São Paulo: Contexto.
- Fennell, D. A., & Dowlind, R. K. (2003). *Ecotourism policy and planning*. São Paulo: CAB International.
- Ferraz, J. (2008). *Turismo e ideologia: As sociedades mediterrânicas e o papel das organizações intergovernamentais* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa).

- Filho, G. M. (1993). Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável - Conceitos e princípios. *Textos de Economia*, 4 (1), 131-142. Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645>
- Filho, J. C., Neto F. C., Abreu, M. C., Cantalice, F. L., & Júnior C. D. (2010). *Estudo sobre o novo paradigma ecológico (NPE) no Brasil: Medindo a consciência ambiental através da escala – NEP*. Comunicação apresentada no XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, Brasília. Acedido em 30 de abril de 2017. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/gct1133.pdf>
- Finn, M., Elliott-White, M., & Walton, M. (2000). *Tourism & leisure research methods – Data collection, analysis and interpretation*. Harlow, England: Longman.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação – Da concepção à realização* (5ª ed.). Loures: Lusociência.
- Freeman, R. E. (2004). The stakeholder approach revisited. *ZFWU*, 5 (3), 228-241. Acedido em 03 de abril de 2017. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.466.6445&rep=rep1&type=pdf>
- Freitas, M. J. (2012). *Caracterização e avaliação do ecoturismo na Ilha da Madeira numa perspetiva de desenvolvimento sustentável* (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa). Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/10550>
- Friedman, A. L., & Miles, S. (2006). *Stakeholders: Theory and practice*. New York: Oxford University Press.
- Guaiato, E. C. (2013, julho, 15). *Identificação de cluster turístico na cidade de Campos do Jordão* [Web]. Acedido em 08 de março de 2017. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/identificacao-de-cluster-turistico-na-cidade-de-campos-do-jordao-em-sao-paulo/110587/>
- Hardy, A. L., & Beeton, R. J. (2001). Sustainable tourism or maintainable tourism: Managing resources for more than average outcomes. *Journal of Sustainable Tourism Analysis*, 9 (3), 168-192.
- Hill, M., & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário* (2ª. Ed). Lisboa: Edições Sílabo.
- Honey, M. (1999). *Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?* Washington, DC: Island Press.

- Hughes, G. (1992). Tourism and the geographic imagination. *Leisure Studies*, 11 (1), 31-42. Acedido em 08 de março de 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/248996783_Tourism_and_the_Geographical_Imagination
- Inácio, H. L. D. (2007). *O Ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável: Um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí* (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina). Acedido em 18 de abril de 2017. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103186/248836.pdf?sequence=1>
- INE, I.P. (2015). *As novas unidades territoriais para fins estatísticos*. Acedido em 03 de março de 2017. Disponível em [http://www.poci-competite2020.pt/admin/images/NUTS2013_\(1\).pdf](http://www.poci-competite2020.pt/admin/images/NUTS2013_(1).pdf)
- Kovacs, M. H., Barbosa, M. L., Sousa, A. G., & Mesquita, A. E. (2012). Pesquisa em turismo: uma avaliação das metodologias empregadas nos artigos publicados nos anais no triénio do seminário anual da associação brasileira de pesquisa e pós-graduação em turismo. *ANPTUR, Revista de turismo visão e ação-eletrónica*, 14 (1), 19-34. Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/2031/2164>
- Krippendorff, J. (2001). *Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens* (3ª ed). São Paulo: Aleph.
- Lima, S., Partidário, M. R. (2002). *Novos turistas e a procura da sustentabilidade – Um novo segmento de mercado turístico*. Excerto da publicação. Lisboa: Ministério da Economia, GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica.
- Lindberg, K., & Hawkins, D. E. (1995). *Ecoturismo: Um guia para planeamento e gestão*. São Paulo: Senac.
- Lopes, S. D., Maia, S. C., & Boubeta, A. R. (2010). Segmentação de mercado com base nas preferências dos turistas: uma aproximação multivariada. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 4 (2), 49-63. Acedido em 08 de março de 2017. Disponível em <http://spell.org.br/documentos/ver/4697/tourism-segmentation-based-on-tourists-preferences--a-multivariate-approach>
- Lorga, S. (2014). Estudo e potencialidades dos *clusters* agroalimentar, economia do mar, cidades inteligentes, tecnologias de produção e turismo para as empresas TICE. *B'TEN Business Talent Enterprise Network*, 1-188. Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em http://www.inovaria.pt/sites/default/files/projects/estudo_de_atratividade_clusters_final.pdf

- Miles, D.C. (2011). Resenha de Sachs, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. *Revista Acadêmica de São Marcos*, 1, 95-106. Acedido em 08 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.saomarcos.com.br/ojs>
- Mariani, M. A., & Arruda, D. O. (2010). *Território, territorialidade e desenvolvimento local: Um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS*. Comunicação apresentada no 48º. Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, Brasil. Acedido em 08 de abril de 2017. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/15/301.pdf>
- Martínez, N. M. (2007). Turismo de natureza o ecoturismo, turismo de aventura, y activo. *Abaco: Revista de Cultura y Ciencias Sociales*, (54), 84-98. Acedido em 30 de abril de 2017. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2539204>
- Martins, H. S. (2005). *Aspetos inovativos do turismo em Belém do Pará. É possível clusterizar?* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco). Acedido em 30 de março de 2017. Disponível em http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/5930/arquivo7477_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Martins, H. S. & Sicsú, A. B. (2005). *Modelo de identificação de Clusters Turísticos*. Comunicação apresentada no XII SIMPEP, Bauru, Brasil. Acedido em 08 de abril de 2017. Disponível em [file:///C:/Users/acer/OneDrive/Documentos/MARTINS_H_S_Modelo%20Identificacao%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/acer/OneDrive/Documentos/MARTINS_H_S_Modelo%20Identificacao%20(1).pdf)
- Martins, L. C., Silva, F. P., & Déjardin, I. P. (2013). *Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária*. Comunicação apresentada no V Congresso Latino Americano de Investigação Turística, 24, 187-207. Acedido em 2 de abril de 2017. Disponível em <file:///C:/Users/acer/Desktop/Dialnet-ReflexoesSobreAImportanciaDaInvestigacaoHistoricaP-4195154.pdf>
- Martins, M. E. (2009). *Análise de dados*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Acedido em 8 de março de 2017. Disponível em <http://docplayer.com.br/4333187-Analise-de-dados-introducao-as-tecnicas-de-amostragem-introducao-a-estimacao-introducao-aos-testes-metodos-nao-parametricos.html>
- Mckercher, B. (2002). *Turismo de natureza: planeamento e sustentabilidade*. São Paulo: Contexto.

- Mira, M. R., & Ramos, A. V. (2013). Modelos explicativos e paradigmas, investigação e intervenção em turismo. *Exedra – Revista Científica*, (8), 36 - 55. Acedido em 30 de abril de 2017. Disponível em <http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2014/09/03.pdf>
- Monfort, M. V. (2000). Competitividad y factores críticos de éxito en la "hotelería de litoral": experiencia de los destinos turísticos Benidorm y Peñíscola (Tese de Doutoramento, Universidade de Valência). Acedido em 2 de abril de 2017. Disponível em <http://www.cervantes.com/fichaobra.html?Ret=2619>
- Montero, C., & Parra, C. (2001). El cluster del ecoturismo en San Pedro. In Cepal, Naciones Unidas (ed.), *Series seminarios y conferencias* (pp. 93-114). Acedido em 8 de março de 2017. Disponível em <http://archivo.cepal.org/pdfs/2001/S01121064.pdf>
- Oliveira, J. B. B. (2005,09,19). Ecoturismo e desenvolvimento sustentável [Web]. Acedido em 30 de abril de 2017. Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em <http://www.monografias.com/trabajos27/ecoturismo/ecoturismo.shtml#top>
- OMT- Organização Mundial do Turismo (2003). *Turismo internacional: Uma perspectiva global* (2ª ed.). São Paulo: Bookman.
- Pinto, J. B. (2008). *Possibilidades de desenvolvimento do ecoturismo na área de proteção ambiental Morro do Urubu* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe-São Cristóvão). Acedido em 18 de abril de 2017. Disponível em [https://btd.ufs.br/bitstream/tede/1233/1/JOYCE BARRETO PINTO.pdf](https://btd.ufs.br/bitstream/tede/1233/1/JOYCE%20BARRETO%20PINTO.pdf)
- Pires, G. M., Carvalho, M. F., Donaire, D., & Gaspar, M. A. (2013). Proposal for a strategic evaluation of tourism clusters: The case of Paranapiacaba-SP. *Cultura - Revista de Cultura e Turismo*, (2), 157-186. Acedido em 18 de abril de 2017. Disponível em www.uesc.br/revistas/culturaeturismo
- Pires, P. S. (1998). A dimensão conceitual do ecoturismo. *Turismo - Visão e Ação*, 1 (1),75-91. Acedido em 2 de abril de 2017. Disponível em <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1392/1095>
- Pires, P. S. (2002). *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Senac.
- POC- Programa Operacional do Centro (2011). Mais Centro 2007- 2013. Acedido em 08 de abril de 2017. Disponível em http://www.qren.pt/np4/file/1605/1_PO_Centro_Reprograma_o_2011.pdf
- Poon, A. (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Wallingford: C.A.B. International.

- Porter, M. E. (1999). *Competição: Estratégias Competitivas Essenciais* (13ª ed). Rio de Janeiro: Campus.
- Quivy R., & Campenhoudt, L.V. (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, A. B. (2001). Geografia do Turismo: Novos desafios. In L. G. G. Trigo (Ed.), *Turismo: Como aprender, como ensinar*. São Paulo: Senac.
- Ross S., & Wall G. (1999). Ecotourism: Towards congruence between theory and practice. *Tourism Management*, 20 (1),123-132. Acedido em 18 de abril de 2017. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/e8a3/085b20e89020f0a5e86a1322a67713e7b5b6.pdf>
- Samagaio, F. (2000). *Desenvolvimento: Uma noção entre o imaginário e a realidade*. Comunicação apresentada no IV Congresso Português de Sociologia, pp. 103-142, Coimbra, Portugal. Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1469.pdf>
- Santos, C. C. (2007). *Identificando clusters. Uma proposta metodológica com aplicação empírica ao sector do turismo* (Tese de Mestrado, Faculdade de Economia, Universidade do Porto). Acedido em 3 de março de 2017. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7587>
- Santos, S. V., & Cerveira, J. P. (2013). Comunicação e ciências empresariais estratégias de coopetição em Portugal: O contributo dos pólos e clusters de empresas. *Exedra - Revista científica*, 30 (8). Acedido em 20 de março de 2017. Disponível em <http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2014/09/02.pdf>
- Silva, A. S. (2013). *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores*. (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa – Instituto de Geografia e Ordenamento do território). Acedido em 15 de abril de 2017. Disponível em [file:///C:/Users/acer/Downloads/ulsd066009 td Francisco da Silva.pdf](file:///C:/Users/acer/Downloads/ulsd066009_td Francisco da Silva.pdf)
- Silva, J. A. (2004). *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster* (Tese de Doutoramento, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo). Acedido em 2 de março de 2017. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-02122005-231931/pt-br.php>
- Silva, J. S. (2009). *A visão holística do turismo Interno e a sua modelação* (Tese de Doutoramento, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Aveiro).

- Silveira, M.A. (2005). Turismo e estratégias de desenvolvimento local. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 7 (11), 129-140. Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em <http://www.interacoes.ucdb.br/article/viewFile/505/549>
- Schuch, M., & Rodegheri, V. (2010). *Estratégia empresarial: Planejamento e implementação*. Comunicação apresentada no VII Congresso Virtual Brasileiro de Administração, Brasil. Acedido em 6 de março de 2017. Disponível em http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_1559.pdf
- TIES - The International Ecotourism Society (2007). *How is ecotourism different from nature tourism, sustainable tourism, responsible tourism?* Acedido em 03 de março de 2017. Disponível em <https://www.ecotourism.org/book/how-ecotourism-different-nature-tourism-sustainable-tourism-responsible-tourism>
- TIES - The International Ecotourism Society (2015). *TIES Announces Ecotourism Principles Revision*. Acedido em 03 de março de 2017. Disponível em <https://www.ecotourism.org/news/ties-announces-ecotourism-principles-revision>
- Tkaczynski, A. (2009). *Destination segmentation: A recommended two-step approach* (Doctoral dissertation, University of Southern Queensland). Acedido em 12 de abril de 2017. Disponível em https://eprints.usq.edu.au/6255/2/Tkaczynski_2009_whole.pdf
- Tkaczynski, A., Rundle-Thiele, S., & Beaumont, N. (2009). Segmentation: A tourism stakeholder view. *Tourism Management*, 30 (1), 169-175. Acedido em 18 de abril de 2017. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517708000915>
- Tonon, K. M. Q. (2012). *Ecoturismo em Portugal: Práticas sustentáveis no Alentejo* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas). Acedido em 11 de março de 2017. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/8337>
- Tungchwal, K. (2001). *Sustainable ecotourism in the Village of Khiriwong and the Khao Luang National Park, Thailand* (Master of Science Degree With a Major in Hospitality and Tourism The Graduate College, University of Wisconsin-Stout). Acedido em 12 de março de 2017. Disponível em <http://www2.uwstout.edu/content/lib/thesis/2001/2001tungchawalk.pdf>
- UNWTO - World Tourism Organization (2005). *Making Tourism More Sustainable- A Guide for Policy Makers*, 11-12. Acedido em 03 de março de 2017. Disponível em <http://sdt.unwto.org/content/about-us-5>
- Weaver, D.B. (2001). *The encyclopedia of ecotourism*. Londres: CAB International.

Wallace, G. N., & Pierce, S. M. (1996). An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil. *Annals of Tourism Research*, 23 (4), 843-873.

ANEXOS

Anexo I | Protocolo e inquérito por questionário



PROTOCOLO DE REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Exmo. (a) Sr. (a)

Estou a desenvolver a minha tese no âmbito do Mestrado em Turismo de Interior-Educação para a Sustentabilidade, cujo tema é “Turismo na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC) – Potencial para a *ecoclusterização*”

Um dos objetivos desta investigação, com enfoque de aplicação na CIM RC, passa por auscultar a opinião dos principais grupos de *stakeholders* do turismo, porquanto o objetivo principal visa a análise e apresentação de um modelo de *cluster* de ecoturismo, no seu estágio atual. Este é um tema ainda pouco estudado em Portugal, pelo que, para levar a cabo a consecução dos objetivos acima enunciados, necessito da sua preciosa colaboração através do preenchimento do questionário em anexo.

As suas respostas serão estritamente confidenciais (não sendo divulgada qualquer informação individualizada nele contida, após tratamento estatístico apenas será divulgada informação de forma conjunta) e muito importantes para um adequado diagnóstico da situação.

Agradeço desde já a sua colaboração que considero de extrema importância para o desenvolvimento deste estudo e solicito que após o preenchimento, o questionário seja enviado para o endereço eletrónico sampaio.elisabete@gmail.com.

Abreviaturas utilizadas: **AT** – Agentes de Animação Turística; **AV** – Agentes de viagens e turismo; **TER** – Turismo em Espaço Rural; **ONG** – Organização Não- Governamental; **CIM RC** – Comunidade Intermunicipal da Região Centro.

Com os melhores cumprimentos,
Elisabete Cristina Mateus de Sampaio

QUESTIONÁRIO AOS *STAKEHOLDERS* DO TURISMO DA CIM RC

Questionário

Este questionário deve ter por base as noções de:

Ecoturismo: "viagem responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar das populações locais e envolve interpretação e educação" (TIES, 2015).

Ecodesenvolvimento: "desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e económicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio" (Sachs, cit. in Filho, 2011, p. 132).

Cluster turístico: "conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado dotado de equipamentos e serviços de qualidade, de eficiência coletiva, de coesão social e política, de articulação da cadeia produtiva e cultura associativa, e com excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens estratégicas comparativas e competitivas" (Beni, 2003, p. 74).

Caracterização pessoal e profissional – D0

1 – Município (por favor, assinale apenas um):

Coimbra Montemor-o-Velho Condeixa Soure Penela Penacova Arganil
Miranda do Corvo Vila Nova de Poiares Lousã

2 – Grupo em que se insere (apenas 1):

Agentes de AT AV Unidades de alojamento turístico-TER ONG/Associação
Investigador/Especialista Autarca

3 – Função principal exercida na entidade:

4 – Já esteve ou está envolvido (a) em algum projeto que possa ser ou ter sido significativo para o desenvolvimento do Ecoturismo no território?

Sim, como atividade principal Sim, mas não como atividade principal Não

5 – Habilitações Literárias:

Ensino básico Ensino secundário Licenciatura Mestrado/Doutoramento

Ecodesenvolvimento na CIM RC – D1
--

6 – Em que medida se encontra satisfeito com as necessidades básicas existentes no seu município (D 1.1)

(1- muito insatisfeito; 2- insatisfeito; 3- nem satisfeito nem insatisfeito; 4- satisfeito; 5- muito satisfeito)

	1	2	3	4	5
Acesso a infraestruturas locais (transportes, comunicações)					
Acesso a infraestruturas locais (saúde, educação)					
Acesso a infraestruturas complementares (terminais multibanco, entidades bancárias, instalações desportivas)					
Acesso a benefícios sociais (saúde, educação)					
Qualificação profissional dos recursos humanos					

7 – Exprima a sua opinião em relação a cada uma das seguintes afirmações (D 1.1)

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

	1	2	3	4	5
No seu município existem atividades de ecoturismo direcionadas para a satisfação de necessidades das comunidades envolvidas					
No seu município existem atividades de ecoturismo direcionadas para a recuperação de áreas sociais					
No seu município o ecoturismo potencializa o aumento de oportunidades de emprego					
No seu município o ecoturismo potencializa a melhoria das relações interculturais das comunidades envolvidas					
No seu município as atividades de ecoturismo contribuem para a melhoria da qualidade de vida local					

8– Exprima a sua opinião em relação a cada uma das seguintes afirmações (D 1.2)

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

	1	2	3	4	5
No seu município os empreendimentos direcionados para a prática do ecoturismo partem de iniciativas de agentes locais					
No seu município verifica-se uma favorável participação da população local nos processos de decisão relacionados com o desenvolvimento turístico local					
No seu município os benefícios económicos gerados pelo ecoturismo beneficiam a comunidade local					
No seu município existe apoio dado pela Autarquia Local para o setor do turismo					
No seu município existe apoio dado pelas Associações Locais para o setor do turismo					
No seu município existe um número suficiente de instituições capazes de planear/implementar processos de desenvolvimento endógeno					

9– Exprima a sua opinião em relação a cada uma das seguintes afirmações (D 1.2)

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

	1	2	3	4	5
No seu município as atividades associadas ao ecoturismo respeitam e valorizam o conhecimento tradicional local (<i>self-reliance</i>)					
No seu município a aprendizagem, passiva e ativa da população local, em relação a atividades associadas ao ecoturismo realiza-se através de serviços de interpretação em áreas protegidas ou locais associados ao ecoturismo					
A região da CIM RC tem uma boa rede de áreas e sítios protegidos					
As atividades associadas ao ecoturismo realizadas no seu município potencializam a solidariedade com as gerações futuras					
As atividades associadas ao ecoturismo realizadas no seu município potencializam a preservação dos recursos e atrativos turísticos locais					

10 – Que nível de importância dá à implementação das seguintes ações no setor do turismo no seu município (D 1.3)

(1- nada importante; 2- pouco importante; 3- importante; 4- muito importante)

	1	2	3	4
Código de conduta e de boas práticas do turismo				
Programas de educação ambiental nas entidades diretamente relacionadas com a atividade turística				
Sistemas de gestão de qualidade				
Sistemas de gestão ambiental				
Prioridade à produção de biomassa e ao uso de recursos naturais renováveis				
Redução de gastos energéticos e conservação de energia				
Tecnologias e processos produtivos com baixo índice de resíduos				

11– Exprima a sua opinião em relação a cada uma das seguintes afirmações (D 1.3)

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

	1	2	3	4	5
No seu município as ações, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo têm sido implementadas no sentido de preservar, recuperar e manter as áreas naturais existentes					
Nos locais que são atualmente espaços de desenvolvimento de ações associadas ao ecoturismo, as mesmas têm sido projetadas/implementadas tendo em conta os ciclos ecológicos dos ecossistemas					
Nos locais que são atualmente espaços de desenvolvimento de ações associadas ao ecoturismo, as mesmas têm sido projetadas/implementadas com base no uso prudente de recursos não renováveis					
Nos locais que são atualmente espaços de desenvolvimento de ações associadas ao ecoturismo, as ações projetadas/implementadas podem degradar o ambiente e os atrativos turísticos					

12 – Dos seguintes recursos/serviços associados ao ecoturismo, indique o estado da oferta atual no seu município (D1.3)

(1- muito baixo; 2- baixo; 3- médio; 4- elevado; 5- muito elevado)

	1	2	3	4	5
Programas de educação ambiental direcionados aos agentes diretamente envolvidos com o ecoturismo					
Programas de educação ambiental direcionados à comunidade local que possam contribuir para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo					
Programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas que possam contribuir para o desenvolvimento deste segmento turístico					
Programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas e agentes que possam contribuir para estabelecer relações com o território para além da relação turística					

13 – Dos seguintes recursos/serviços associados ao ecoturismo, indique as potencialidades de desenvolvimento no seu município (D1.3)

(1- muito baixo; 2- baixo; 3- médio; 4- elevado; 5- muito elevado)

	1	2	3	4	5
Programas de educação ambiental direcionados aos agentes diretamente envolvidos com o ecoturismo					
Programas de educação ambiental direcionados à comunidade local que possam contribuir para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo					
Programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas que possam contribuir para o desenvolvimento deste segmento turístico					
Programas de educação ambiental direcionados aos ecoturistas e agentes que possam contribuir para estabelecer relações com o território para além da relação turística					

14 – Considera que no seu município o turismo encontra-se atualmente numa fase de:

Baixo crescimento Elevado crescimento Estagnação Declínio

15 – Na sua opinião, qual o potencial de ecodesenvolvimento nos municípios integrados na CIM RC (5 a 10 anos)? (D 1.4)

(1- muito baixo; 2- baixo; 3- médio; 4- elevado; 5- muito elevado)

	1	2	3	4	5
Arganil					
Coimbra					
Condeixa					
Lousã					
Miranda do Corvo					
Montemor-o-Velho					
Penacova					
Penela					
Soure					
Vila Nova de Poiares					

16 – Por favor, indique os 3 principais pontos fortes do seu município

17 – Por favor, indique os 3 principais pontos fracos do seu município

Ecoclusterização na CIM RC – D2

(Se for responsável ou representante de uma empresa que presta serviços associados ao turismo, por favor responda a todas as perguntas, Se não, termine aqui as suas respostas)

18 – Caracterização do setor – Identificação das entidades (D 2.1)

Nome da entidade _____
 Tipo de registo (AT; AV; TER) _____
 Principal Município da CIM RC em que oferece o serviço _____

19 – Por favor, indique os 3 principais motivos que levaram os sócios/proprietários a ingressarem na atividade turística (D 2.1)

20 – Caracterização do setor – Incentivos públicos (D 2.2)

Número de candidaturas apresentadas a sistemas de incentivos empresariais _____
 Número de candidaturas aprovadas em sistemas de incentivos empresariais _____
 Importância dada aos apoios financeiros dados à empresa:
 Nada importante Pouco importante Importante Muito importante

21– Exprima a sua opinião em relação a cada uma das seguintes afirmações (D 2.2)

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

	1	2	3	4	5
No seu município existe um ritmo elevado de investimento em capital humano diretamente ligado ao ecoturismo					
No seu município existe uma melhoria sistemática das qualificações e competências do capital humano diretamente ligado ao ecoturismo					
No seu município as ações produtivas promovem a valorização dos recursos endógenos locais					
No seu município existe um desenvolvimento visível do empreendedorismo diretamente ligado ao ecoturismo					
No seu município existe um desenvolvimento de iniciativas empresariais inovadoras suportadas pelo investimento nas despesas de investigação e desenvolvimento					
Os objetivos de desenvolvimento do turismo ecológico mundial são compartilhados pela sua organização					

22 – Qual o grau de satisfação em relação às ações coletivas existentes no seu município (D 2.3)

(1- muito insatisfeito; 2- insatisfeito; 3- nem satisfeito nem insatisfeito; 4- satisfeito; 5- muito satisfeito)

	1	2	3	4	5
Participação dos diferentes segmentos sociais na valorização da cultura e do saber local					
Participação dos diferentes órgãos públicos na valorização da cultura e do saber local					
Processos de valorização da cultura e do saber local, incentivados pela inter-relação dos sistemas produtivos e das atividades culturais					
Processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo					
Mecanismos de articulação das atividades locais, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo com outras externas					

23 – Que o nível de importância dá às ações coletivas existentes no seu município? (D 2.3)

(1- nada importante; 2- pouco importante; 3- importante; 4- muito importante)

	1	2	3	4
Participação dos diferentes segmentos sociais na valorização da cultura e do saber local				
Participação dos diferentes órgãos públicos na valorização da cultura e do saber local				
Processos de valorização da cultura e do saber local, incentivados pela inter-relação dos sistemas produtivos e das atividades culturais				
Processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo				
Mecanismos de articulação das atividades locais, direta ou indiretamente, ligadas ao ecoturismo com outras externas				

24 – Exprima a sua opinião em relação a cada uma das seguintes afirmações (D 2.4)

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

	1	2	3	4	5
No seu município existe um mercado aberto e concorrencial diretamente ligado à atividade ecoturística					
No seu município o mercado concorrencial visa um equilíbrio dinâmico entre afetação de recursos e repartição de rendimentos					
No seu município a competitividade entre empresas, direta ou indiretamente ligadas à atividade ecoturística, articula-se com estratégias ativas de inovação de produtos/serviços					
No seu município existem mecanismos que fortalecem a qualidade e competitividade dos produtos/serviços locais, direta ou indiretamente, ligados à atividade ecoturística					

25 – Exprima a sua opinião em relação a cada uma das seguintes afirmações (D 2.4)

(1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente)

	1	2	3	4	5
No seu município os processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas, direta ou indiretamente ligadas ao ecoturismo, salvagam os valores ambientais e os recursos locais					
No seu município os processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas, direta ou indiretamente ligadas ao ecoturismo favorecem o consumo					
O desenvolvimento de parcerias entre as organizações públicas ligadas ao processo turístico do seu município, configuram-se em vantagens para a sua organização					
O desenvolvimento de parcerias entre as organizações privadas ligadas ao processo turístico do seu município, configuram-se em vantagens para a sua organização					
A interpenetração entre eficiência individual e coletiva depende das sinergias obtidas entre as organizações locais					

26 – Que importância dá à implementação das seguintes ações no setor do turismo no seu município? (D 2.2/2.3/2.4)

(1- nada importante; 2- pouco importante; 3- importante; 4- muito importante)

	1	2	3	4
Desenvolvimento de parcerias com organizações privadas e instituições públicas que prestam serviços à sua organização				
Incentiva empresarial local público-privada				
Ações coletivas entre organizações privadas e instituições públicas				
Processos de interação entre instituições públicas e o capital humano das organizações privadas que salvagam os valores ambientais e os recursos locais				
Ações implementadas para estimular as relações de complementaridade e cooperação entre agentes associados ao ecoturismo				

27– Indique 3 vantagens de atuar em um *cluster* ecoturístico (D 2.2)

Obrigado pela sua colaboração.